



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MARÇO/2013



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

Rio de Janeiro, 03/2013

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores	Cgcre – Coordenação Geral de Acreditação
ABDI - Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial	Cicma – Centro Integrado de Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade
Abeiva - Associação Brasileira de Empresas Importadoras de Veículos Automotivos	CIML – Conference International de Métrologie Légale
ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação	CIPM – Conference International des Poids et Mesure
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	CM – Controle Metrológico
ABS - ABS Quality Evaluations, Inc	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
AC – Avaliação da Conformidade	Codex Alimentarius – Organismo da ONU para a qualidade de alimentos
Acadef – Associação Canoense de Deficientes Físicos	Codrh - Coordenação Geral de Recursos Humanos
ACAMEP – Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa	Conpet - Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural
AGU – Advocacia-Geral da União	COPPE - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (UFRJ)
ANAB – ANI-ASQ National Accreditation Board	Cored - Coordenação Geral da RBMLQ-I
ANAB - National Accreditation Board	CPSC - Comissão de Segurança de Produtos de Consumo
Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações	DAP - German Accreditation System for Testing
Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	Diavi - Divisão de Metrologia Acústica e de Vibrações
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Diele - Divisão de Metrologia Elétrica
BIPM – Bureau International des Poids et Mesures	Dimat - Divisão de Materiais da Dimci
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Dimci - Diretoria de Metrologia Científica
BNM - Bureau National de Métrologie	Dimec - Divisão de Metrologia Mecânica
BPM - Business Process Management	Dimel - Diretoria de Metrologia Legal
CAA - Comitê de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão do MDIC/Inmetro	Dinam - Divisão de Metrologia em Dinâmica de Fluidos
Caint - Coordenação Geral de Articulação Internacional	Diope - Divisão de Operações
CBAC - Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade	Diopt - Divisão de Metrologia Óptica
CBM - Comitê Brasileiro de Metrologia	Dipro - Diretoria de Programa
CBN - Comitê Brasileiro de Normalização	Diraf – Diretoria de Administração e Finanças
CBR - Comitê Brasileiro de Regulamentação	Ditel - Divisão de Metrologia de Telecomunicações
CE - Comissão Européia (União Européia)	Dgcor - Divisão de Gestão Corporativa
CECO - Curso de Formação de Profissionais de Nível Médio em Metrologia	Dplad - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
Cenam - Centro Nacional de Metrologia (México)	Dqual – Diretoria da Qualidade
CG - Contrato de Gestão	Dquim – Divisão de Química da Dimci
CGU – Controladoria-Geral da União	EA – European Cooperation for Accreditation

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Fiergs – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

IN MARE - Instrução Normativa do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado

IN STN – Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional

INNOQ - Instituto Nacional de Normalização e Qualidade – (Moçambique)

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INPM – Instituto Nacional de Pesos Medidos

INT – Instituto Nacional de Tecnologia (MCT)

INTI – Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Argentina)

INTN - Instituto Nacional de Tecnología, Normalización y Metrología - (Paraguai)

Ipem – Instituto de Pesos e Medidas

IPHE - International Partnership for Hydrogen Economy

IPQ - Instituto Português de Qualidade

ISO – International Standards Organization

JAB - Japan Accreditation Board for Conformity Assessment

Labag - Laboratório de Análise de Gases

Label - Núcleo de Laboratório de Eletroquímica

Labin - Setor de Laboratório de Análise Inorgânica

Labit - Núcleo de Laboratório de Biomateriais e Tribologia

Labmi - Núcleo de Laboratório de Microscopia

Labor - Laboratório de Análise Orgânica

Labus - Laboratório de Ultrassom

Lacin - Laboratório de Capacitância e Indutância

Lacoe - Laboratório de Colorimetria e Espectrofotometria

Lacomet - Laboratorio Costarricense de Metrología - Lacomet (Costa Rica)

Laeta - Laboratório de Eletroacústica

Laflu - Laboratório de Fluidos

Lafor - Laboratório de Força

Laint - Laboratório de Interferometria

Lamas – Laboratório de Metrologia e Massas

Lamat – Laboratório de Materiais

Lamed - Laboratório de Metrologia Dimensional

Lamoc - Laboratório de Motores e Combustíveis

Lapen – Laboratórios de Potência e Energia

Lapre - Laboratório de Pressão

Larad – Laboratório de Radiometria

Lares – Laboratório de Resistência Elétrica

Latce – Laboratório de Tensão e Corrente Elétrica

Latec – Laboratório de Telecomunicações

Later – Laboratório de Termometria

Latra - Laboratório de Transformadores

LATU – Laboratorio Tecnológico de Uruguay

Lavib - Laboratório de Vibrações

Mdic – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério das Minas e Energia

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPE – Micro e Pequenas Empresas

MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas

MRA - Acordo de Reconhecimento Mútuo (Mutual Recognition Agreement)

MRC – Material de Referência Certificado

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NCSL – National Conference of Standards Laboratories

NIG – Norma Inmetro Geral

NIST – National Institute of Standards and Technology

NIT – Núcleo Inovação Tecnológica

NPL – National Physical Laboratory

NRC – National Research Council

OAA – Organismo Argentino de Acreditación

OCDE – Organization for Economic Cooperation and Development

ODA – Overseas Development Administration

ODSLEC - Projeto Oferta e Demanda de Serviços Laboratoriais de Ensaio e Calibração

OEA - Organização dos Estados Americanos

OI – Organismo de Inspeção Acreditado

OIML – Organisation Internationale de Metrologie Légale

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU/GHS – Globally Harmonized System (de classificação e rotulagem de produtos químicos)

OS – Ordem de Serviço

OUA - Organismo Uruguayo de Acreditación

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAC – Programa de Avaliação da Conformidade

PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PBAC – Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade

PBE – Programa Brasileiro de Etiquetagem

PCD – Pedido de Concessão de Diária

PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo

PDUM – Padronização e Disseminação das Unidades de Medida

PEI – Plano Estratégico do Inmetro

PEMM - Process and Enterprise Maturity Model

PGF – Procuradoria Geral Federal

PME – Pequenas e Médias Empresas

PPA – Plano Plurianual de Atividades do Governo Federal

Procel – Programa de Conservação de Energia Elétrica (Eletrobrás)

Prometro – Programa de Capacitação para a Metrologia Científica e Industrial do Inmetro

PTB – Physikalisch Technische Bundesanstalt

PUC RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RAC – Regulamento de Avaliação da Conformidade

Raint – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RBC – Rede Brasileira de Calibração

RBLE – Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio

RBMLQ-I – Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

RTM – Regulamento Técnico Metrológico

RTQ – Regulamento Técnico da Qualidade

RvA - Raad vor Accreditate (Dutch Accreditation Council)

SBM – Sociedade Brasileira de Metrologia

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

Seain – Serviço de Auditorias Internas

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SFC – Secretaria Federal de Controle

SGI – Sistema de Gestão Integrada

SGQI – Sistema de Gestão da Qualidade do Inmetro

SGT-3 – Subgrupo de Trabalho Nº 3 – Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (Mercosul)

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (GF)

Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal (GF)

Sicaf – Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores (GF)

Siconv – Sistema de Convênios

Sim – Sistema Interamericano de Metrologia

Sincert - Sistema Nazionale per l'Accreditamento degli Organismi di Certificazione

STN– Secretaria do Tesouro Nacional

Sur-GO – Superintendência do Inmetro no Estado de Goiás

Sur-RS – Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul

TCU – Tribunal de Contas da União

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UKAS - Unite

LISTA DE QUADROS

I - Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	12
II - Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	65
III - Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático.....	67
IV. Quadro A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	68
V- Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	69
VI - Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	72
VII - Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção	75
VIII - Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ.....	76
IX - Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	80
X - Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	81
XI - Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	82
XII - Quadro A.4.10- Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	82
XIII - Quadro A.4.11- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	83
XIV - Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	85
XV - Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	86
XVI - Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	88
XVII - Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	89
XVIII - Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	90
XIX - Quadro A.5.3 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	92
XX - Quadro A.5.4 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	94
XXI - Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes..	94
XXII - Quadro A.5.6 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	95
XXIII - Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e	96
Contratos de Repasse.....	96
XXIV - Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	103
XXV - Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	104
XXVI - Quadro A.5.11 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	106
XXVII - Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	107
XXVIII - Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	108
XXIX - Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12	109
XXX - Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	110
XXXI - Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	110
XXXII - Quadro A.6.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	111
XXXIII - Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	112

XXIV - Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	114
XXXV - Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	114
XXXVI - Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	115
XXXVII - Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	116
XXXVIII - Quadro A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	116
XXXIX - Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	117
XL - Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os Atos submetidos a Registro	117
XLI - Quadro A.6.14 - Cargos e Atividades inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ.....	119
XLII - Quadro A.6.15 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	119
XLIII - Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	121
XLIV - Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	122
XLV - Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	123
XLVI - Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	126
XLVII - Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	129
XLVIII - Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	131
XLIX - Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	134
L - Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	136
LI - Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	137
LII - Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	163

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	12
1.1 Identificação da UJ	12
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	13
1.3 Organograma Funcional	15
1.4 Macroprocessos	20
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES	53
2.1 Planejamento das Ações	53
2.2 Estratégias de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos.....	56
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	57
2.4 Principais Indicadores Corporativos	60
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	64
3.1 Estrutura de Governança.....	64
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	65
3.3 Sistema de Correição	66
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	67
4.1 Informações sobre Programas do PPA	67
4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	67
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	68
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	69
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	72
4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	75
4.1.6 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	76
4.1.7 Análise Crítica.....	80
4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	80
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias	80
4.2.2 Programação de Despesa.....	81
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	81
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	82
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	82
4.2.2.4 Análise Crítica.....	83
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	83
4.2.4 Execução orçamentária da Despesa	85
4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	85
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	85
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários.....	86
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	88
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	88
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	89

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	90
5.1 Reconhecimento de Passivos - NÃO SE APLICA	90
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	90
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	90
5.2.2 Análise Crítica.....	90
5.3 Transferência de Recursos	92
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	92
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	94
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	94
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	95
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	96
5.3.6 Análise Crítica.....	97
5.4 Suprimento de Fundos	103
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	103
5.4.1.1 Suprimento de Fundos - Visão Geral	103
5.4.1.2 Suprimento de Fundos - Conta Tipo B - NÃO UTILIZADO PELO INMETRO.....	104
5.4.1.3 Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	104
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	106
5.4.1.5 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.....	107
5.4.1.6 Análise Crítica.....	107
5.5 Renúncias Tributárias - NÃO SE APLICA	107
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	108
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	108
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da UJ	108
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ	109
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	110
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade	110
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade.....	111
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ	112
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	114
6.1.4.1 Classificação do quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	114
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ.....	114
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	114
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	115
6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	115
6.1.7.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	115
6.1.7.2 Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	117

6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos	117
6.1.8	Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos	118
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	119
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	119
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	119
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	121
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ.....	121
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	122
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	123
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	123
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	123
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	126
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	126
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	129
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	131
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	134
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	134
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	136
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	136
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	138
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	138
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	138
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	149
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	150
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	153
10.2	Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	154
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei Nº 8.730/93.....	163
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	163
10.4	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e no SINCONV – ANEXO 1	163
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	163
11.1	Declaração do Contador – ANEXO 2	163
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	163
13.	ANEXOS	165

INTRODUÇÃO

O Relatório Anual da Gestão apresentar-se-á conforme a ordem apresentada no Anexo II da Decisão Normativa TCU N° 119/2012.

Sobre os itens da Decisão normativa TCU N° 108/2010 que não se aplicam à realidade do Inmetro, destacamos apenas dois itens do **capítulo 5**, são eles: **a) item 5.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos e b) item 5.5 - Informações sobre Renúncia Tributária.**

Para o **item 5.1**, informamos que apesar das restrições orçamentárias estabelecidas pelo governo federal, fato que exigiu dos órgãos da administração pública federal o máximo controle das contas a pagar; o INMETRO implantou procedimentos internos no sentido de equacionar os gastos, não assumindo compromissos sem a devida cobertura contratual e também sem o devido saldo de empenho.

Cumpra esclarecer que é cediço que o objetivo do governo em estabelecer procedimentos contábeis para o reconhecimento de obrigações no SIAFI, no momento do fato gerador, ainda que sem a correspondente execução orçamentária, foi de evidenciar todos os compromissos honrados pelo órgão; porém no caso do INMETRO, ao final do exercício parte das cotas foram autorizadas pelo governo e tal situação proporcionou que a execução orçamentária e financeira fosse cumprida a contento.

Para o **item 5.5**, informamos que para ocorrer a Renúncia Tributária deve haver lei específica.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 Identificação da UJ

I - Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			Código SIORG: 003162
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia			
Denominação Abreviada: Inmetro			
Código SIORG: 240	Código LOA: 28202	Código SIAFI: 183023	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Especial		CNPJ: 00.662.270/0003-20	
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(021) 2563-2800		
Endereço Eletrônico: audin@Inmetro.gov.br			
Página na Internet: http://www.inmetro.gov.br			
Endereço Postal: Rua Santa Alexandrina, 416 - CEP: 20261-232 - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pela Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011. Como autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com personalidade jurídica e patrimônio próprios. É órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Competências atualizadas por meio da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, alterada pela Lei n.º lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura Regimental - Decreto nº 6.275 de 28 de novembro de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
http://www.Inmetro.gov.br/infotec/publicacoes.asp			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
183025	Superintendência Regional do Inmetro - GO		
183035	Superintendência Regional do Inmetro - PR		
183039	Superintendência Regional do Inmetro - RS		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
183025		18205	
183035		18205	
183039		18205	

Nota: Todavia, cumpre informar que até o encerramento do exercício de 2012 somente a Unidade Gestora Executora 183035 - Curitiba/PR foi implementada e encontra-se em plena execução das suas atividades finalísticas. As outras nove Unidades Gestoras, quais sejam: São José/SC, São Paulo/SP, Cuiabá/MT, Campo Grande/MS, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Belo Horizonte/MG, São Luís/MA e Fortaleza/CE não foram implementadas até o momento e não há execução orçamentária e financeira, haja vista que as mesmas não configuram como Unidades Gestoras no Sistema SIAFI.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, institui o Sistema Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro, integrado por entidades públicas e privadas que exerçam atividades relacionadas com metrologia, normalização, avaliação da conformidade e qualidade, tendo como órgão normativo das políticas e diretrizes o Conselho Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, colegiado integrado por 9 (nove) Ministros, com representação de entidades privadas de normalização (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT), do setor produtivo (Confederação Nacional da Indústria - CNI) e dos consumidores (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec), presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- Inmetro, autarquia federal vinculada ao MDIC, é o órgão executivo central do Sinmetro, exercendo a Secretaria- Executiva do Conmetro. Na qualidade de Agência Executiva, o Inmetro mantém, desde 1998, um Contrato de Gestão com o MDIC, sendo intervenientes o Ministério da Fazenda – MF e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Em 1992, pela Resolução Conmetro nº 08/92, foi reconhecido como o organismo de acreditação oficial brasileiro. A Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, alterando a Lei nº 5.966/73, ainda em vigor. Alia-se a esta legislação básica de suporte ao Inmetro outras normas legais e administrativas que a Instituição deve observar, notadamente as Resoluções do Conmetro.

Com a Lei Nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011 o Inmetro passa a denominar-se Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e altera suas atribuições e competências destacando-se:

- elaborar e expedir regulamentos técnicos que disponham sobre o controle metrológico legal, abrangendo instrumentos de medição;
- exercer poder de polícia administrativa, expedindo regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insumos e serviços, desde que não constituam objeto da competência de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, abrangendo os seguintes aspectos: segurança; proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal; proteção do meio ambiente; e prevenção de práticas enganosas de comércio;
- executar, coordenar e supervisionar as atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória por ele regulamentadas ou exercidas por competência que lhe seja delegada;
- atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade;
- registrar objetos sujeitos a avaliação da conformidade compulsória, no âmbito de sua competência;
- planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;
- produzir e alienar materiais de referência, padrões metrológicos e outros produtos relacionados;
- realizar contribuições a entidades estrangeiras congêneres, cujos interesses estejam amparados em acordos firmados entre si ou entre os respectivos países, como uma única ação;

- designar entidades públicas ou privadas para a execução de atividades de caráter técnico nas áreas de metrologia legal e de avaliação da conformidade, no âmbito de sua competência regulamentadora;
- atuar como órgão oficial de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;
- conceder bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia, de produto ou de processo, de caráter contínuo, diretamente ou por intermédio de parceria com instituições públicas ou privadas;
- estabelecer parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica;
- anuir no processo de importação de produtos por ele regulamentados que estejam sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo; e
- representar o País em foros regionais, nacionais e internacionais sobre avaliação da conformidade.
- Para o exercício de suas competência nas atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória, o Inmetro poderá celebrar, com entidades congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, convênios, termos de cooperação, termos de parceria e outros instrumentos contratuais previstos em lei.

Cabe ressaltar que o Inmetro reúne funções que nos seus congêneres estrangeiros estão distribuídas em organizações distintas e específicas, sejam elas públicas ou privadas. Sua concepção organizacional integra, de forma única e inovadora, áreas de conhecimento interdependentes (metrologia, avaliação da conformidade, acreditação, regulamentação), trazendo benefícios para a infraestrutura tecnológica do País.

A participação do Inmetro na formulação de políticas públicas processa-se em três instâncias de suma importância: sociedade, setor empresarial e governo. Nas três instâncias, os comitês assessores do Conmetro (nos quais o Inmetro, como secretaria-executiva, atua como formulador e articulador) são fóruns de proposição e debate de programas, diretrizes e resoluções no contexto da metrologia e da qualidade. Todas as propostas dos comitês são submetidas à aprovação das reuniões plenárias do Conmetro.

A política pública de Desenvolvimento Produtivo referencia-se ao Contrato de Gestão - CG e ao Plano Plurianual - PPA.

No Contrato de Gestão 2012-2014, definiu-se as relações e compromissos entre os signatários, constituindo-se em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da Autarquia, para efeito de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação de Agência Executiva. A contratualização de desempenho institucional é um mecanismo do “Modelo de Gestão Pública por Resultados” e promove a eficiência, a eficácia e a efetividade institucional.

O CG tem por objeto a pactuação de resultados a serem alcançados pelo Inmetro, por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes, com a finalidade de permitir avaliação objetiva do seu desempenho, de forma a contribuir para elevar o nível da Instituição na execução das políticas nacionais de metrologia e qualidade industrial.

No PPA, coube ao Inmetro o Programa Desenvolvimento Produtivo, cujas diretrizes e metas foram incorporadas ao seu planejamento e de cuja execução a Instituição prestou contas em relatórios ao MDIC e ao MP.

1.3 Organograma Funcional

O INMETRO, atualmente, tem a seguinte estrutura organizacional:

Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

Gabinete - Gabin

Competências: assistir ao Presidente em sua representação social e política; acompanhar a tramitação dos atos legais de interesse do INMETRO, em especial daqueles que tramitam no Congresso Nacional; incumbir-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Presidente do INMETRO; coordenar as atividades de comunicação social; providenciar a publicação e divulgação das matérias de interesse do INMETRO; coordenar o Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO; prestar apoio técnico-administrativo ao Presidente do INMETRO, para o exercício do encargo de Secretário-Executivo do CONMETRO; supervisionar as atividades da Comissão Permanente de Licitação; e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente do INMETRO

Processo Organizacional: Gestão Estratégica

Principal produto: Comunicação Social

Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Cored

Competências: assessorar o Presidente no estabelecimento do direcionamento estratégico e os diretores, nas orientações específicas setoriais para os órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I); supervisionar e controlar a definição e a elaboração dos termos dos convênios e contratos necessários para a delegação e execução das atividades delegadas pelo Inmetro no País; coordenar as ações de acompanhamento e supervisão das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I; apoiar o Presidente na coordenação das atividades das Superintendências do Inmetro; coordenar, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças e com a Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional, as ações de repasses orçamentários e financeiros à RBMLQ-I; - coordenar a elaboração dos planos anuais de investimento para a RBMLQ-I; coordenar ações de identificação e priorização de necessidades, bem como de implementação do desenvolvimento e capacitação da força de trabalho dos órgãos da RBMLQ-I; propor, desenvolver e implementar projetos de modernização e uniformização da execução das atividades delegadas pelo Inmetro, especialmente as atividades de informatização e implantação do sistema de gestão da qualidade para a RBMLQ-I; coordenar a aquisição e a distribuição do material necessário para a execução das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I; coordenar a ação integrada das câmaras setoriais e regionais com o conselho gestor e reuniões plenárias da RBMLQ-I; e fiscalizar a observância das normas técnicas e legais quanto a unidades de medida, métodos de medição, medidas materializadas, instrumentos de medição e produtos pré-medidos.

Macroprocesso: Garantia Metrológica

Principais Produtos: Ciclo de relacionamento com os órgãos delegados; Plano de Trabalho dos órgãos delegados; Plano de Aplicação e Investimentos dos órgãos delegados; Gestão dos Convênios com os órgãos delegados; Informatização das atividades delegadas, incluindo automação das atividades de campo; Aquisição e a distribuição do material necessário para a execução das atividades delegadas; e Coordenação das ações de capacitação dos órgãos delegados

Coordenação-Geral de Articulação Internacional - Caint

Competências: coordenar, planejar e articular as atividades voltadas para o relacionamento internacional do INMETRO; acompanhar as negociações para a celebração de convênios, acordos e contratos, com entidades estrangeiras e internacionais, além da participação do INMETRO em eventos internacionais; supervisionar e controlar a realização de programas de cooperação técnica e de intercâmbio com organizações internacionais e estrangeiras, nas áreas de metrologia, da

avaliação da conformidade e de regulamentação técnica, inclusive para o desenvolvimento de recursos humanos; coordenar a harmonização de regulamentos técnicos no âmbito do Mercosul e demais blocos econômicos, bem como apoiar tecnicamente as reuniões negociais na área de comércio internacional, em nível regional e plurilateral; propor, coordenar e acompanhar, em articulação com as demais áreas do INMETRO, a alocação dos recursos indispensáveis ao cumprimento de compromissos internacionais; e coordenar, planejar e articular, no âmbito do INMETRO, as negociações internacionais de caráter técnico, científico e comercial, que envolvam as áreas de metrologia, regulamentação técnica e avaliação da conformidade, atuando como Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações, com o intuito de auxiliar as pequenas e médias empresas em seu esforço exportador, visando à superação de barreiras técnicas.

Macroprocesso: Articulação Internacional

Principais Produtos: Superação de Barreiras Técnicas e Monitoramento de Articulação Internacional

Coordenação-Geral de Acreditação - Cgere

Competências: planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de acreditação; atuar como órgão acreditador de organismos de avaliação da conformidade e de outros organismos necessários ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos no país, em conformidade com as normas, guias e regulamentos internacionalmente reconhecidos; capacitar profissionais para sua atuação nas atividades de acreditação; credenciar avaliadores e especialistas para a execução das atividades técnicas, materiais e acessórias aos serviços de avaliação de organismos de avaliação da conformidade; coordenar as ações de reconhecimento internacional e regional relacionadas às atividades de acreditação; coordenar a interação com os foros relacionados às atividades de sua área de atuação, em âmbitos nacional, regional e internacional, acompanhando e avaliando as tendências mundiais; participar de foros internacionais e regionais relacionados às atividades de acreditação; e identificar oportunidades e captar recursos junto às instituições de fomento, para financiamento de programas de acreditação.

Macroprocesso: Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade

Principais Produtos: Acreditação de Organismos de Certificação, Acreditação de Organismos de Inspeção, Acreditação de Laboratórios, Desenvolvimento de Programas de Acreditação e Qualificação e Capacitação em Acreditação.

Ouvidoria - Ouvid

Competências: receber, analisar, tratar e encaminhar às áreas competentes e mediar, quando necessário, as demandas recebidas do público interno e externo; avaliar a satisfação da sociedade, em relação ao INMETRO, por meio de pesquisas com usuários externos dos serviços da Ouvidoria; gerar relatórios com dados gerenciais, tanto dos atendimentos relativos ao público interno, quanto do externo, que possibilitem a visualização da Instituição; coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Ouvidorias na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-INMETRO; e coordenar e supervisionar o serviço de teleatendimento.

Processo Organizacional: Gestão Estratégica

Principais Produtos: a) Demanda externa: Atendimento a denúncias, reclamações, críticas, pedidos de informações, sugestões e elogios. b) Demanda Interna: Atendimento a denúncias, reclamações, sugestões, elogios e mediação de conflitos. c) Confecção de relatórios gerenciais.

Órgãos Seccionais:

Auditoria Interna - Audin

Competências: verificar a conformidade em relação às normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Presidente, das ações de caráter técnico-operacional; criar condições necessárias para ratificar a eficácia dos controles interno e externo, procurando a regularidade na utilização dos recursos públicos; examinar a legislação específica e as normas correlatas, orientando quanto à sua observância; realizar inspeções regulares nas áreas de atuação do INMETRO, para verificar a execução física e financeira dos projetos e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados no contrato de gestão; realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas com o propósito de avaliar e mensurar a exatidão e regularidade das contas da Autarquia, bem como da RBMLQ-I, avaliando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos; e executar auditorias extraordinárias de cunho específico que, no interesse da administração, venham a ser determinadas pelo Presidente do INMETRO.

Processo Organizacional: Apoio

Principais Produtos: Relatórios de auditorias na RBMLQ-I; Relatórios de auditorias internas nas respectivas coordenadorias e diretorias do Inmetro e acompanhamento das mesmas.

Procuradoria Federal - Profe

Competências: exercer a representação judicial e extrajudicial do INMETRO, atuando nos processos em que a Autarquia for autora, ré, oponente ou assistente; cumprir e velar pelo cumprimento das orientações normativas emanadas da Advocacia-Geral da União; prestar assessoria direta e imediata ao Presidente e aos órgãos da Estrutura Regimental do INMETRO, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; examinar e aprovar minutas de editais de licitação, de instrumentos de contratos, de convênios e de outros atos criadores de direitos e obrigações, que devam ser celebrados pelo INMETRO; analisar e emitir pareceres e manifestações sobre questões suscitadas pela aplicação das leis e dos regulamentos relativos às atividades desenvolvidas pelo INMETRO; examinar e emitir pareceres sobre projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos pelo INMETRO quando contiverem matéria jurídica; e apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, resultantes das atividades implementadas pelo INMETRO, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Processo Organizacional: Apoio

Principais Produtos: Além das ações realizadas nas competências, destacamos: licenciamentos, editais (concessão de bolsas de estudo, credenciamento de avaliadores/especialistas externos, seleção de empresas para incubação em nossa incubadora de empresas) e controle da Dívida Ativa do Inmetro e da RBMLQ-I.

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento - Dplad

Competências: Assessorar o Gerente de Programa e os coordenadores de ação nos assuntos relativos ao PPA; coordenar a elaboração e implantação do planejamento estratégico do INMETRO; assessorar as unidades principais do INMETRO no planejamento e gerenciamento das suas atividades; elaborar os relatórios de gestão do INMETRO; e monitorar as metas e resultados previstos no Contrato de Gestão.

Processo Organizacional: Gestão Estratégica

Principal Produto: Insumos do Inmetro para o PPA; Planejamento Orçamentário do Inmetro; Plano Estratégico do Inmetro; Planos Táticos e Administrativos das UPs; Relatório de Gestão; Plano Diretor de Informática; Capacitação da força de trabalho; e Capacitação de agentes externos.

Diretoria de Administração e Finanças - Diraf

Competências: planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações concernentes aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal, no âmbito do INMETRO; e planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relativas a projetos e estudos relacionados aos serviços de engenharia, obras e instalações dos imóveis do INMETRO e daqueles por ele administrados.

Processo Organizacional: Apoio

Principais Produtos: Equipamentos mantidos em condições de uso; projetos de arte arquitetônicos e executivos de engenharia; contas em dia; bens registrados e mantidos com segurança; transporte de colaboradores, dentre outros.

Órgãos Específicos Singulares:

Diretoria da Qualidade - Dqual

Competências: planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de avaliação da conformidade; articular-se com os diferentes segmentos da sociedade, objetivando identificar e priorizar as demandas por programas de avaliação da conformidade; efetuar estudos de viabilidade, desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação dos diferentes programas de avaliação da conformidade, no âmbito do SINMETRO; realizar ações para acompanhar, fiscalizar e verificar, no mercado, a conformidade de produtos, de processos e de serviços às normas e regulamentos técnicos pertinentes; orientar e educar os diferentes segmentos da sociedade nas questões ligadas à avaliação da conformidade, qualidade e relações de consumo; incentivar o desenvolvimento da normalização nacional; elaborar regulamentos técnicos na área da qualidade; coordenar ações de reconhecimento internacional dos programas de avaliação da conformidade; e coordenar as atividades de registro dos produtos, serviços e processos submetidos a regulamentos e programas de avaliação da conformidade de sua competência.

Macroprocesso: Avaliação da Conformidade de Produtos, Processos e Serviços

Principais Produtos: Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais, Programas de Avaliação da Conformidade, Fiscalização e Verificação da Conformidade, Orientação e Incentivo à Qualidade.

Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - Dimci

Competências: planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução das atividades no âmbito da metrologia básica; estabelecer diretrizes de atuação no âmbito da metrologia científica e industrial, em conformidade com políticas consolidadas no CONMETRO; realizar ou reproduzir as unidades de medida, bem como manter e conservar os padrões metrológicos nacionais; referenciar, direta ou indiretamente, os padrões metrológicos nacionais aos internacionais, visando à harmonização através de comparações-chaves, comparações suplementares, comparações internacionais, comparações regionais e rastreabilidade das medições; disseminar as unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI, os seus múltiplos e submúltiplos, por intermédio de metodologias metrológicas adequadas; prover rastreabilidade aos padrões metrológicos dos diversos laboratórios do País; desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia e áreas correlatas; prestar serviços de natureza metrológica, inclusive designando laboratório de referência nacional, para uma dada grandeza, nos termos do parágrafo 1º do art. 3º da Resolução nº 3, de 23 de julho de 2002, do CONMETRO, e acompanhar o desempenho das atividades relativas à sua atuação como "Laboratório Designado"; prestar apoio às áreas de metrologia legal, avaliação da conformidade e acreditação, no âmbito da metrologia básica; participar dos foros internacionais e regionais relacionados às atividades de metrologia científica e industrial, bem como representar o Brasil no *Bureau International des Poids et Mesures - BIPM* e em outras instâncias internacionais de metrologia; coordenar as ações de reconhecimento internacional, relacionadas à padronização das unidades do SI; e disseminar conhecimentos de metrologia para a sociedade, através de cursos,

publicação de material instrucional, metodologias e apresentação de trabalhos em eventos técnicos e científicos.

Macroprocesso: Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia - PDRM

Principais Produtos: Comparações Interlaboratoriais e Ensaio de Proficiência, Engenharia de Instrumentação em Metrologia Científica e Industrial, Metrologia Térmica, Metrologia Óptica, metrologia Mecânica, Metrologia Elétrica, Metrologia Acústica e Vibrações, Metrologia Química, Metrologia de Materiais, Metrologia de Telecomunicações, Metrologia em Dinâmica de Fluidos, Metrologia Biológica

Diretoria de Metrologia Legal - Dimel

Competências: orientar, planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução de atividades no âmbito da metrologia legal; propor projetos de regulamentos técnicos;

III - propor programas de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos em metrologia legal; especificar os requisitos que os modelos de medidas materializadas e de instrumentos de medição deverão atender, examinando-os, definindo-os e aprovando-os; enunciar os requisitos e especificações que os produtos pré-medidos deverão satisfazer; estabelecer as especificações de equipamentos, padrões e instalações a serem utilizados pelos órgãos executores das atividades operacionais de metrologia legal; e participar dos foros internacionais e regionais relacionados com as atividades de metrologia legal.

Macroprocesso: Garantia Metrológica

Principais Produtos: Articulação e Regulamentação Técnica Metrológica, Supervisão Metrológica, Mercadorias Pré-Medidas, Medição de Massa, Medição de Fluidos, Medição de Comprimento e Força, Medição no âmbito da Eletroeletrônica

Diretoria de Inovação e Tecnologia - Ditec

Competências: apoiar as ações da política industrial, estimulando a inovação e a competitividade do setor produtivo; desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, análises de cenários e de tecnologias-chave, para subsidiar a orientação estratégica e o processo de tomada de decisão no INMETRO, relevantes para a inovação tecnológica; apoiar as demais Diretorias do INMETRO na análise de impactos econômicos e financeiros de novos projetos direcionados para a inovação tecnológica e desenvolvimento de novos produtos; articular-se, em nível nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades voltadas para a inovação tecnológica e a modernização do setor industrial; coordenar, planejar, dirigir e executar as atividades de informação tecnológica e de apoio à difusão da informação em metrologia, normalização, avaliação da conformidade e sobre barreiras técnicas aos setores empresarial, tecnológico, acadêmico e científico, contribuindo para o processo de modernização tecnológica do País; orientar, planejar e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do Polo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do INMETRO; planejar, articular e coordenar ações relacionadas à gestão da inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia no INMETRO; e atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do INMETRO, gerindo a política de inovação da Autarquia, nos termos previstos no art. 17 e parágrafo único, do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Macroprocesso: Inovação e Tecnologia

Principais Produtos: Estudos Prospectivos e de Propriedade Intelectual

Órgãos Descentralizados:

Superintendência de Goiás - SURGO e Superintendência do Rio Grande do Sul - SURRS

Competências: desempenhar as atribuições legais da Autarquia em suas respectivas circunscrições; atuar no apoio ao desenvolvimento das atividades delegadas à RBMLQ-I nas suas execuções orçamentárias e financeiras, e cumprir as diretrizes e determinações emanadas pela Presidência do INMETRO.

1.4 Macroprocessos

AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE (Dqual)

Diretoria da Qualidade

Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais

Plano de Ação Quadrienal do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida

Aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, por meio da Resolução 01/2012. Este Plano contempla 14 Projetos Estratégicos sobre elaboração de inventários de ciclo de vida, disseminação de conceitos sobre avaliação do ciclo de vida, identificação das categorias de impactos e métodos de avaliação de impactos do ciclo de vida (AICV).

Projeto de Cooperação Técnica Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sideromecânica de Cuba.

Foi elaborado, com assessoria do Inmetro, o Plano de Ação Quadrienal do SIME, o qual contempla um total de 54 demandas de produtos da área siderúrgica a terem a conformidade avaliada no quadriênio 2012 - 2015.

Programas de Avaliação da Conformidade para produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia

Desenvolvimento e a implementação de Programas de AC para produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia Brasileira (Selo Amazônico), visando promover o monitoramento de requisitos quanto à Legalidade; Qualidade; Saúde e Segurança; Sociedade; Meio ambiente; Desenvolvimento econômico; e Procedência da matéria-prima. O primeiro produto a ter programa de avaliação da conformidade desenvolvido é o pirarucu.

Plano de Ação Quadrienal 2013-2016

Aprovado pelo Conmetro com um total de 194 demandas.

Comitê Codex Alimentarius do Brasil - CCAB

Organizada a participação do Brasil em 14 reuniões internacionais, com posição brasileira aprovada. Temas em debate: Limites para Fumonisina em Milho, Disposições sobre Alumínio em Aditivos, Código de Práticas de Higiene sobre Frutas Vermelhas, Aflatoxinas em cereais, Código de Práticas para Prevenção e Redução da Contaminação de Micotoxinas em Cereais, dentre outros. Realizado Seminário para avaliação dos resultados das atividades realizadas pelo CCAB em 2012, bem como para o planejamento das atividades a serem implementadas em 2013.

Estabelecimento de Programas de Avaliação da Conformidade

Estudo de Impacto e Viabilidade de Programas de Avaliação da Conformidade

Implementada a metodologia de Estudos de Impacto e Viabilidade de Programas de Avaliação da Conformidade, com o objetivo de identificar os impactos econômicos, sociais e ambientais que a regulamentação em estudo pode vir a causar, auxiliando, dessa forma, o regulamentador na tomada de decisão sobre a regulamentação do setor.

Foram desenvolvidos 06 estudos relativos aos seguintes produtos: cadeira alta de alimentação; cadeira plástica infantil; tampas para produtos saneantes fortemente ácidos e fortemente básicos; perfis de aço formados a frio para drywall; perfis de aço formados a frio para light steel framing; telhas de aço.

Desenvolvimento e Implementação de Programas de Avaliação da Conformidade

Novos Programas de Avaliação da Conformidade Compulsórios: Serviço de Inspeção de Container-Tanque destinado ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, Implantes Mamários, Carrinhos para Crianças, Componentes para Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Proteção Contra Quedas com Diferença de Nível – Cinturão de Segurança, Dispositivo Trava-Queda e Talabarte de Segurança, Fornos Elétricos Comerciais, Escadas Metálicas Domésticas, Assentos Plásticos para Espectadores de Eventos Esportivos e Plataforma Elevatória Veicular.

Novos Programas de Avaliação da Conformidade Voluntários: Bens de Informática, Centros de Treinamento de Cão-Guia, Treinadores e Instrutores de Cão-Guia e Manejo Florestal Sustentável

Acompanhamento no Mercado

Programas de Verificação da Conformidade

Desenvolvidos 11 (onze) Programas de Verificação da Conformidade, a saber: Luvas Cirúrgicas, Luvas de Procedimento não Cirúrgico, Cadeira Plástica Monobloco, Preservativos, Pneus de Bicicleta, Brinquedos, Barras e Fios de Aço, Fios Elétricos, Cabos Elétricos, Chupetas, Reatores Eletrônicos para Lâmpadas Fluorescentes Compactas.

O Programa de Verificação da Conformidade consiste na modalidade de acompanhamento no mercado, de caráter proativo, que avalia por meio da realização de ensaios em amostras coletadas pela RBMLQ-I, o objeto com conformidade avaliada voluntária ou compulsoriamente, com o objetivo de evidenciar se são mantidas as condições nas quais a conformidade do produto foi atestada, para identificar possíveis aperfeiçoamentos no Programa de Avaliação da Conformidade ou aplicação de medidas punitivas.

Realizadas Operações Especiais de Fiscalização de produtos regulamentados, conforme tabela a seguir apresentada:

Operações	Produtos/Foco
Mãos à obra	Barras e fios de aço destinados a armaduras de concreto armado (3328), cabos de aço (3416), tubos de aço (3373), conexões de ferro fundido maleável (3367), reservatório de água potável (3423)
Páscoa	Brinquedos em produtos de páscoa (3049)
Hora Extra	Registrador Eletrônico de Ponto (3663)
Dia das mães	Produtos têxteis – foco em moda feminina (3141)
Boa viagem	Capacetes para usuários e ocupantes de motocicletas e similares (3045); dispositivos de retenção para crianças (3332); Acessibilidade em ônibus urbanos e rodoviários (3433 / 3434 / 3466)
Eficiência energética (PBE)	Refrigeradores (3384), condicionadores de ar (3381/3382), máquinas de lavar (3385), fornos a gás (3285), fogões a gás (3286), televisores (3417/3418).
Segurança elétrica	Estabilizadores (3074), reatores (3167/3175), plugues (3299) e tomadas – certificação e novo padrão (3300); adaptadores de plugues e tomadas (3389), fios e cabos elétricos (3325, 3326, 3327, 3366, 3369 e 3370).
Dia das crianças	Brinquedos (3049); bicicletas Infantis (3313);
Vulcano	Acessibilidade em ônibus urbanos e rodoviários (3433 / 3434 / 3466)
Papai Noel	Brinquedos (3049), luminárias natalinas (3164)

Elaborados 11 (onze) novos procedimentos para a fiscalização de objetos fiscalizáveis com a conformidade avaliada compulsoriamente, são eles: Acessibilidade de Veículos Novos, Aparelho para melhoria da Água, Aparelhos Eletrodomésticos, ARLA 32, Berços Infantis, Copos Plásticos, Motores Elétricos, Pneus de bicicletas de uso adulto, Reatores Eletromagnéticos à vapor de sódio e a vapor metálico, Registrador eletrônico de ponto – REP e Rodas Automotivas.

Revisados, em função do novo modelo, todos os procedimentos de fiscalização existentes, sendo todos consolidados no novo modelo, totalizando 79 (setenta e nove) procedimentos revisados, abaixo apresentados:

Item	Objetos Fiscalizáveis
01	Acessibilidade em veículos, fabricados com características rodoviárias, para transporte coletivo de passageiros
02	Acessibilidade em veículos, fabricados com características rodoviárias, que trafegam em vias urbanas para transporte coletivo de passageiros (ônibus executivo / "frescão")
03	Acessibilidade em veículos, fabricados com características urbanas, para transporte coletivo de passageiros
04	Adaptação de Acessibilidade em Veículos para o Transporte Coletivo de Passageiros
05	Adaptadores de Plugues e Tomadas para uso Doméstico e Análogo até 20A/250V
06	Aquecedores de Água a Gás, dos tipos Instantâneo e de Acumulação
07	Barras e Fios de Aço (Destinados a Armaduras para Concreto Armado)
08	Bicicletas de uso infantil
09	Brinquedos
10	Cabo de Aço
11	Cabos de Potência
12	Cabos e Cordões Flexíveis Isolados com Policloreto de Vinila (PVC)
13	Cabos Flexíveis Isolados com Borracha Etilenopropileno (EPR)
14	Cadeira Plástica Monobloco
15	Capacete de segurança para indústria
16	Capacetes de Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares
17	Cesta de Alimentos
18	Chupeta
19	Cilindro GNV
20	Colete de Segurança de Alta Visibilidade
21	Componentes GNV
22	Condicionadores de Ar de uso Doméstico
23	Conexões de Ferro Fundido Maleável para Condução de Fluidos
24	Contentores Intermediários para Granéis (IBC)
25	Conversor Catalítico
26	Cordões e Cabos Flexíveis
27	Cordões flexíveis com isolamento extrudada de polietileno clorossulfonado (CSP)
28	Descontaminadores de Equipamentos para Transporte de Produtos Perigosos -Código(3405)
29	Disjuntores
30	Dispositivo de Retenção para Crianças
31	Dispositivos de Acoplamento Mecânico - Engate
32	Dispositivos de Quebra Mato
33	Dispositivos Elétricos Utilizados nas Instalações Elétricas de Baixa Tensão
34	Eixo Veicular Auxiliar
35	Embalagens para Transporte de Produtos Perigosos
36	Embalagens plásticas para álcool
37	Equipamentos cuja função seja emitir som

38	Equipamentos Elétricos para Atmosferas Potencialmente Explosivas
39	Estabilizadores de Tensão
40	Extintores de Incêndio
41	Filtro Prensa
42	Fios e Cabos
43	Fornos e Fogões à Gás
44	Fósforos de Segurança
45	Indicador de Pressão para Extintores de Incêndio
46	Interruptores para instalação elétrica fixa, doméstica e análoga
47	Isqueiro a Gás Recarregável ou Descartável
48	Lâmpadas de uso doméstico - Linha Incandescente
49	Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado
50	Luva Isolante de Borracha
51	Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Não Cirúrgico de Borracha Natural, Borracha Sintética e de Misturas de Borrachas Sintéticas
52	Mamadeira
53	Mangueira de PVC para GLP
54	Máquinas de Lavar Roupas
55	Observância da Adequação das Eletrobóias nos Filtros Prensa
56	Panelas de Pressão
57	Peça semifacial filtrante
58	Pino Rei
59	Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20A/250V – Certificação compulsória e padronização - NBR14136
60	Pneus Novs de Motocicletas e Ciclomotores
61	Pneus Noos destinados a Automóveis
62	Pneus Rformados
63	Pó para Extintor de incêndio
64	Preservativos Masculinos
65	Programa Caminhos da Escola
66	Quinta Roda
67	Reatores Eletromagnéticos
68	Reatores Eletrônicos
69	Refrigeradores e seus Assemelhados de Uso Doméstico
70	Reguladores para Gás Liquefeito
71	Requalificação de Cilindros de Aço para GNV
72	Reservatório de Água Potável
73	Tanques Aéreos de Armazenamento de Derivados de Petróleo e Outros Combustíveis
74	Tanques Portáteis utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos
75	Televisores com Cinescópio
76	Televisores tipo plasma, LCD e projeção
77	Têxteis
78	Tubos de Aço-Carbono Para Usos Comuns na Condução de Fluidos
79	Ventiladores de Teto de uso Residencial

Elaborado o Guia para Elaboração do Plano de Trabalho da Área da Qualidade - 2012 da RBMLQ-I

O Guia harmoniza conceitos, uniformiza termos e serve de base para a RBMLQ-I elaborar, de forma orientada e acompanhada pelo Inmetro, o planejamento das atividades relacionadas à avaliação da conformidade. Contempla, também, orientações para a elaboração do Plano de Trabalho da Área da Qualidade Específico do Órgão Delegado, sem, no entanto, perder de vista o indispensável grau de liberdade do Órgão para estruturar o referido Plano, levando em consideração as especificidades do Estado.

Promoção da Atividade de Avaliação da Conformidade

- Elaborados, até dezembro de 2012, 61 (sessenta e um) planos de implantação assistida, sendo 42 (quarenta e dois) para Programas de Avaliação da Conformidade (PAC) novos e 19 (dezenove) para PAC aperfeiçoados, destinado ao atendimento das demandas previstas na Agenda Regulatória 2012.
- Monitorados 86 (oitenta e seis) Planos de Implantação Assistida.
- Publicadas 71 (setenta e um) matérias no Blog e no site do Portal do Consumidor, sendo 38 (trinta e oito) sobre relações de consumo e 33 (trinta e três) sobre as atividades da Diretoria da Qualidade.
- Realizadas 6 (seis) enquetes, disponibilizadas no Portal do Consumidor, com foco nos Programas de Avaliação da Conformidade implantados ou em fase de desenvolvimento.
- Disponibilizadas 2.488 (duas mil, quatrocentos e oitenta e oito) notícias sobre Avaliação da Conformidade e Relações de Consumo no Portal do Consumidor.
- Realizados 2 (dois) relatórios do Programa de Análise de Produtos (PAP): “Produtos Descafeinados: Café e Chá” e “Gordura e Fitosteróis em Nuts”.
- Divulgados resultados de 6 (seis) análises do PAP: Pilhas; Serviço de Atendimento ao Consumidor de Transporte Aéreo e Terrestre; Fontes de Alimentação para Computadores; Fitas Isolantes; Produtos Descafeinados: Café e Chá; Gordura e Fitosteróis em Nuts.
- Realizadas 10 (dez) ações de orientação para Implantação Assistida de Programas de Avaliação da Conformidade, com foco em 3 (três) Programas: Berços Infantis, Artigos para Festas e Fornos Elétricos de Padaria.
 - Berços Infantis:
 - Elaborado vídeo instrucional para uso em ações de EAD - Nota: Concluídas as ações que caberiam à Dqual, aguardando edição do vídeo pelo Cicma.
 - Articulação com associações representativas do setor produtivo e seleção das regiões prioritárias para ações presenciais.
 - Realizada ação presencial de orientação e assessoramento técnico ao setor produtivo.
 - Elaborado vídeo informativo para consumidores.
 - Artigos para Festas:
 - Reunião com o setor produtivo para orientação e esclarecimentos sobre o Programa.
 - Reunião com organismos e laboratórios para divulgação do Programa e sensibilização para acreditação.
 - Participação na Expo Parques e Festas, feira direcionada ao setor produtivo.
 - Organizado Workshop destinado a Fabricantes a ser realizado em SP.

- Fornos Elétricos de Padaria:

- Elaborado folder orientativo para fabricantes.
- Realizado evento de divulgação do Programa de Avaliação da Conformidade para Fornos Elétricos Comerciais, em SP.

ACREDITAÇÃO DE LABORATÓRIOS (Cgcre)

Coordenação Geral de Acreditação

Reconhecimento Internacional

O Brasil, por meio da Coordenação Geral do Inmetro (Cgcre/Inmetro), alcançou em 2011 a adesão plena aos Atos do Conselho da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) relacionados à aceitação mútua de dados de acordo com os Princípios das Boas Práticas de Laboratório – BPL.

Em 2012, obteve-se a adesão plena aos atos da OCDE para aceitação mútua de dados laboratoriais BPL para os produtos “agrotóxicos” e “produtos químicos industriais”, permitindo assim que os testes realizados em laboratórios nacionais com esses produtos e com reconhecimento BPL da Cgcre do Inmetro sejam aceitos pelos países membros da OCDE e não membros mas com adesão plena aos atos.

Com o alcance da adesão junto à OCDE, além de possibilitar que os testes realizados em laboratórios nacionais sejam aceitos em outros países, a Cgcre/Inmetro, juntamente com os órgãos regulamentadores ANVISA e IBAMA, também tem direito a participar com direito a voz nos foruns importantes relacionados à avaliação de risco de substâncias químicas e sobre os Princípios das Boas Práticas de Laboratório-BPL.

O reconhecimento da atividade de acreditação de laboratórios e de organismos de certificação foram mantidos no acordo da Interamerican Accreditation Cooperation - IAAC e no International Accreditation Forum – IAF após realização da avaliação de pares ocorrida em março/12. Também foi avaliado o reconhecimento da atividade de acreditação de organismos de inspeção, sendo que o processo será avaliado em reunião do Comitê Técnico do IAAC em Fev/2013.

No que se refere à ampliação de escopo da atividade de reconhecimento da conformidade aos princípios das Boas Práticas de Laboratório-BPL, houve a adesão junto à OCDE, o CONMETRO estabeleceu um grupo de trabalho, envolvendo o INMETRO, ANVISA, MAPA, IBAMA, MCT, para avaliar a oportunidade e conveniência de estender o escopo para aceitação mútua de dados laboratoriais segundo os princípios das Boas Práticas de Laboratório-BPL junto à OCDE, englobando outros produtos como Medicamentos, Saneantes, Cosméticos, para que posteriormente testes realizados com esses produtos em laboratórios nacionais e reconhecidos pela Cgcre do Inmetro possam ser aceitos em outros países.

Cooperação Técnica Nacional

Dentre diversos acordos firmados em 2012, destaca-se o acordo com o Ministério da Agricultura (MAPA) para possibilitar o intercâmbio de informações técnico-científicas, a realização conjunta de programas de comparação interlaboratorial, a acreditação e o reconhecimento de laboratórios e a realização de programas de apoio a pesquisas e ao desenvolvimento tecnológico, visando o apoio mútuo para o desenvolvimento da metrologia e da qualidade nas áreas da agropecuária e segurança dos alimentos.

As atividades de acreditação de laboratórios, de acordo com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, e o reconhecimento de instalações de teste, segundo os Princípios das Boas Práticas de Laboratório – BPL, organizadas pela Coordenação-Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), constituem o principal objetivo do acordo, uma vez que visam à ampliação da Rede Nacional de Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROs) do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, coordenado pelo MAPA.

Os Laboratórios Nacionais Agropecuários e os laboratórios públicos e privados credenciados que constituem esta rede têm como função as seguintes ações: realização de análises de amostras de controles oficiais relacionadas às atividades de vigilância e defesa sanitária, vegetal e animal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal e animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

Os laboratórios acreditados pela Cgcre são responsáveis pela consolidação e pelo fortalecimento desta Rede para a detecção de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal. Atualmente, existem quatro LANAGROs acreditados e um em fase de acreditação, que realizam testes de resíduos em alimentos. As ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica contribuirão para alcançar os objetivos, que são baseados nos princípios e diretrizes da sanidade agropecuária no Brasil.

Estes princípios e diretrizes prevêm a garantia da proteção da saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, e identidade, qualidade, segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais, destinados aos consumidores no mercado interno ou externo, em especial aqueles membros da União Europeia.

Cooperação Técnica Internacional

O Inmetro mantém acordos de cooperação técnica com países da América Latina para o desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica. Como parte das atividades com os organismos de acreditação membros da Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), a Cgcre do Instituto recebeu em setembro de 2012, a visita de representantes do organismo de acreditação do Paraguai (ONA): Alba Cabrera (Secretaria Executiva do ONA), Mirta Leiva (Chefe do Departamento de Capacitação do ONA), Diego Molinas (Chefe da Assessoria Jurídica) e Roberto Delgado (Chefe da Área de Informática).

Durante a programação foram apresentadas todas as divisões da Cgcre proporcionando intercâmbio de ações e identificação de oportunidades de melhoria referentes à acreditação de laboratórios, organismos de certificação e organismos de inspeção, além das áreas de qualificação de avaliadores e desenvolvimento de novos programas de acreditação.

Os visitantes destacaram a importância da interação do Inmetro com países ainda em fase de estruturação dos serviços de acreditação, promovendo a difusão de conhecimento que certamente contribuirão para realização de melhorias no ONA.

Novos Programas de Acreditação

Em 2012, a Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro atua no desenvolvimento de novos programas de acreditação de relevante interesse nas áreas de saúde, segurança e meio-ambiente, destacando-se os seguintes programas:

Boas Práticas Clínicas em Cosméticos

Programa em desenvolvimento, visando a atender laboratórios da indústria cosmética e o órgão regulador, Anvisa, que exige testes feitos de acordo com o Guia para Avaliação de Segurança de Produtos Cosméticos, para registro dos mesmos. Alguns dos testes exigem a utilização de voluntários humanos, de onde vem então a necessidade da aplicação das Boas Práticas Clínicas. Trata-se, possivelmente, de uma nova modalidade de acreditação ou de reconhecimento da conformidade.

Em 24/05/12, foi realizada a reunião de instalação do Grupo de Trabalho com representantes da Cgcre, Anvisa (Gerências de Laboratórios, de Cosméticos e de Medicamentos).

Centro de Recursos Biológicos (CRB)

Programa em desenvolvimento, visando à acreditação das atividades de ensaio (ABNT NBR ISO/IEC 17025 + requisitos OCDE) e de produção de materiais de referência biológicos de coleções de cultura (ISO Guia 34 em combinação com ABNT NBR ISO/IEC 17025 + requisitos

OCDE). Participam do projeto, através de um grupo técnico, representantes de quatro coleções de cultura candidatas a centro de recursos biológicos que almejam fazerem parte da futura Rede Global de Centros de Recursos Biológicos (GBRCN). As coleções candidatas pertencem à Fiocruz, Embrapa, CBMAI (Unicamp) e Banco de Células (UFRJ). Participam também do projeto, o Inmetro (Cgcre, assessoria da Presidência, Dqual), o INPI, o MCT e o Tecpar.

Foi publicada norma da Divisão de Acreditação de Laboratórios (Dicla) – NIT-DICLA-061, com requisitos e aplicativos para acreditação de CRB, a qual foi baseada na tradução do Guia de Boas Práticas para Centros de Recursos Biológicos da OCDE feita pelo grupo de trabalho. Em abril/2012 foi realizado treinamento com gestores de acreditação e avaliadores. Haverá um segundo treinamento abordando questões de biossegurança e bioproteção.

Gases de efeito estufa pela ISO 14065

Os requisitos aplicáveis à acreditação, ou outras formas de reconhecimento de organismos de validação e verificação de gases de efeito estufa, se baseiam na ISO 14065.

O programa de acreditação de organismos de verificação e validação em gases de efeito estufa segue em desenvolvimento. Atualmente, a Cgcre encontra-se elaborando seus kits internos (formulários e documentos normativos) para a acreditação e buscando viabilizar um treinamento nas normas de acreditação para esta nova modalidade, junto a outros organismos de acreditação congêneres. Espera-se concluir o desenvolvimento desse novo programa até o mês de agosto/2012, quando então os organismos interessados poderão solicitar a acreditação para esta nova modalidade.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL (Caint)

Coordenação Geral de Articulação Internacional

Parcerias e Apoio à Competitividade Brasileira

Acordo com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil)

- Realização de pesquisas referentes à promoção de exportações e exigências técnicas sobre produtos em países selecionados;
- Organização e participação conjunta em feiras e eventos de comércio exterior para divulgação dos serviços oferecidos pelos partícipes, como promoção comercial e superação de barreiras técnicas no mercado internacional, às empresas nacionais; e
- Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica para o desenvolvimento, a implantação, o acompanhamento e a avaliação de programas de avaliação da conformidade junto ao setor produtivo para a promoção das exportações.

Como resultados de 2012, ocorreram três oficinas de competitividade em Dourados e Corumbá (MS) e Vitória (ES), a realização de projeto-piloto de Oficina de Sustentabilidade, ocorrida em Belém (PA). O objetivo dessas ações foi capacitar empresários em Tecnologia Industrial Básica (TIB), Metrologia, Avaliação da Conformidade e Barreiras Técnicas.

Projeto PEIEX – Parceria com Apex Brasil

No âmbito dessa parceria, o Inmetro (Caint) tem participado ativamente do Projeto PEIEX para incremento à competitividade e promoção da cultura exportadora empresarial, por meio da solução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos. O Projeto trata da disponibilização de núcleos operacionais em diversos Estados, que são responsáveis pelo atendimento às empresas. A participação do Inmetro tem sido primordialmente na capacitação em metrologia, qualidade e superação de barreiras técnicas em treinamento para os 32 núcleos participantes do projeto.

Foram realizados nove treinamentos com aproximadamente dezoito núcleos contemplados, nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará, Bahia, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo.

Além disso, foi produzida a Cartilha Barreiras Técnicas e a Competitividade Empresarial, baseada em textos sobre Tecnologia Industrial Básica, Promoção da Qualidade e das Exportações produzidos por técnicos e especialistas contratados pelo governo brasileiro ou por organizações internacionais.

Acordo de Cooperação Institucional entre o Inmetro e a FGV para Mapeamento da Regulamentação Global sobre Barreiras Técnicas em Negociações Comerciais.

As seguintes ações além de fazerem parte do Plano Brasil Maior, também têm relação com o projeto de Fortalecimento da infraestrutura tecnológica e regulatória para implementação do Sistema Harmonizado Globalmente para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) no Brasil e adequação à Regulação sobre Registro, Avaliação, Autorização e Restrição do Uso de Químicos da União Europeia:

- Mapeamento dos Laboratórios Brasileiros aptos a desenvolverem estudos associados ao **GHS** e ao **REACH** - A Caint, em parceria com a CGCRE, mapeou os laboratórios brasileiros reconhecidos no BPL que têm capacidade de realizar estudos associados ao **GHS** e ao **REACH**, no intuito de construir um banco de dados que sistematizasse e facilitasse a difusão desse conhecimento para as empresas. Identificou-se que há 32 laboratórios no Brasil com capacidade para fazer a maioria dos ensaios. Nesse sentido, monitorar os laboratórios reconhecidos é atividade permanente e que continuará sendo realizada pela Caint.
- Em **parceria** com a Associação Brasileira da Indústria Química (**Abiquim**), a Caint iniciou em 2012 a participação de projeto de capacitação das empresas brasileiras a respeito da regulamentação de outros países sobre produtos químicos, de modo a subsidiá-las na busca de competitividade e superação desse tipo de barreiras técnicas. Além disso, o projeto visa a disseminar o conhecimento produzido a partir da criação do banco de dados com os laboratórios associados ao GHS e REACH entre as empresas do setor químico. Para 2013 existe a expectativa de intensificação dessa parceria e participação de workshops do setor químico.

Projeto Econormas de Cooperação entre Mercosul e União Europeia

O Projeto Programa de Apoio ao aprofundamento do processo de Integração Econômica e Desenvolvimento Sustentável do MERCOSUL (Econormas) tem por objetivo melhorar a qualidade e segurança dos produtos do Mercosul e reforçar a sua capacidade de conciliar o crescimento econômico e a atividade comercial com a gestão sustentável dos recursos e o fortalecimento da proteção ambiental, a ser executado em quatro grandes linhas de atividades, sendo uma delas a convergência da base normativa e regulamentária (qualidade e segurança) de produtos elétricos e metais-mecânico.

O programa articula, sob a mesma operação, quatro linhas de ações integradas e complementares entre si: (1) A promoção da produção e consumo sustentáveis (PCS); (2) A luta contra a desertificação e os efeitos da seca (DeS); (3) **Progressos para a implementação do GHS;** (4) **A convergência da base normativa e regulatória - de qualidade e segurança - de produtos em áreas específicas selecionadas - madeira e móveis (no Uruguai e Paraguai), produtos elétricos, metalomecânica - e criação das capacidades regionais de avaliação da conformidade.**

O Inmetro (Caint) atua diretamente nas linhas 3 e 4. As atividades relacionadas à linha de ação 4 são: I. Promover a convergência regulamentar, os procedimentos de regulamentação e avaliação da conformidade nas áreas selecionadas; II. Equipar e acreditar laboratórios de ensaios; e III. Reforçar a avaliação da conformidade dos produtos nacionais.

Em 2012, a Delegação da União Europeia no Uruguai, aprovou o orçamento da segunda fase de execução do Projeto no valor de € 1.574.540, que será dividido entre os quatro Estados Partes.

Como resultados, houve visita técnica de representante do IFAM à cidade de Porto (Portugal) para munir a instituição com informação para correta construção do laboratório de 160 m².

Além disso, dos sete contratos previstos para concretização dos objetivos da linha 4, seis foram adjudicados dentro do prazo previsto.

No bojo do projeto para fazer do Inmetro o centro brasileiro de validação de Métodos Alternativos e no âmbito de ações na linha 3 do Projeto Econormas, o Inmetro atua diretamente no apoio ao processo de implementação do laboratório de métodos alternativos – que está sendo executado no **Labio** do Inmetro –, que visa à implementação do GHS e adaptação ao REACH da UE, segundo as Boas Práticas de Laboratórios (BPL), com objetivo inicial de produção de material de referência para seis tipos de técnicas metodológicas da OCDE.

Em 2013 serão executados todos os contratos e serviços licitados no ano 2012, o que implica na realização de capacitações técnicas e de gestão de qualidade pelos técnicos dos laboratórios beneficiados, assim como recebimento e instalação dos equipamentos, seguida pela operacionalização destes, e subseqüentemente iniciada a prestação dos serviços em escala piloto.

No âmbito do Mercosul, os principais acontecimentos de 2012 foram:

O Inmetro coordenou as atividades do **Subgrupo de Trabalho Nº 3 do Mercosul (SGT Nº 3) "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade"**, em suas Reuniões Ordinárias XLVI, XLVII e XLVIII, em que foram negociados temas relevantes para o comércio regional. Também houve continuidade no desenvolvimento de um guia para elaboração de regulamentos técnicos Mercosul e procedimentos Mercosul de avaliação da conformidade. Em 2013, dar-se-á continuidade à Coordenação Nacional do SGT Nº 3 do Mercosul, ao Projeto Econormas, às negociações do Comitê de Negociações Birregionais e à coordenação regional das atividades do Subgrupo. Ressalte-se que no segundo semestre o Brasil ocupou a Presidência Pro Tempore no Mercosul, posto que lhe delegou a responsabilidade de organizar as duas reuniões ordinárias do semestre. As reuniões ocorreram em Porto Alegre em agosto e dezembro.

Cooperação com a Venezuela

No âmbito da cooperação com a Venezuela, a qual está em processo de adequação aos regimes do Mercosul, Inmetro e Sencamer realizaram visitas técnicas mútuas e elaboraram proposta de atividades nas áreas de Acreditação e Avaliação da Conformidade.

Nas relações com os demais países americanos, houve:

Assinatura de acordo de cooperação entre o Inmetro e a Organização dos Estados Americanos (OEA), com vistas a estabelecer marco regulatório sobre mecanismos de cooperação entre as partes, dirigindo o desenvolvimento de ações conjuntas para contribuir e promover a circulação de bens e serviços de consumo seguro nos mercados, estreitar a cooperação em matéria de promoção e fortalecimento dos sistemas de metrologia legal.

Organização do I Encontro dos Pontos Focais do Acordo sobre Barreiras Técnicas da OMC entre os países das Américas: No âmbito do diálogo comercial MDIC-DoC e da cooperação entre Inmetro e Nist, foi realizado um Workshop que reuniu os Pontos Focais dos países do continente americano. O workshop, que reuniu cerca de 70 representantes de 32 países das Américas, teve por objetivo promover os negócios entre as empresas e as melhores práticas dos Pontos Focais do continente. Como resultado, foi criada uma rede de contatos entre os países, está sendo desenvolvido um guia de boas práticas dos pontos focais das Américas e foram iniciadas várias tratativas de processos de cooperação entre os países participantes.

Interação no Workshop “Intercâmbio com Especialistas Regionais do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica na América Latina e no Caribe”, com troca de experiências de cooperação técnica internacional entre os especialistas do PTB/Alemanha e os dos países parceiros da América Latina e Caribe, além de capacitação na metodologia de cooperação alemã. Durante as Comemorações do 125º Aniversário do PTB, foram apresentadas duas propostas de Projeto:

“Aprimoramento da Atuação do Inmetro nas áreas de Eficiência Energética e Energias Renováveis” e “Etiquetagem e Eficiência Energética de Equipamentos domésticos entre o PTB e o SGT N°3/Mercosul”.

Acordos de Cooperação Técnica firmados:

- Estabelecimento de Memorando de Entendimento com a **Agência Coreana de Consumidor (KCA) e Agência para Tecnologia e Normas da Coreia do Sul (KTAS)**, em temas ligados à segurança do consumidor e cooperação nas áreas de avaliação da conformidade, metrologia legal e de segurança dos produtos; e com o **Council of Scientific and Industrial Research (CSIR) e National Accreditation Board for Certification Bodies (NBCB) da Índia**, no intuito de fortalecer o reconhecimento mútuo das creditações, bem como ampliar o intercâmbio de conhecimento e serviços científicos e tecnológicos.
- Firmou-se também Memorando de Entendimento com o **Bureau de Normas de Trinidad e Tobago (TTBS)** para compartilhar conhecimentos, trocar informações, inclusive sobre o Comitê de Barreiras Técnicas da OMC e intensificar o contato entre os dois Pontos Focais do Acordo sobre Barreiras Técnicas da OMC.
- Cooperação firmada entre Inmetro, **Eletrobrás e Adene (Portugal)** para realização do **Projeto Portugal Innovating Energy Solutions** no âmbito da eficiência energética e de energias renováveis.
- Assinado Memorando de Entendimento entre o Inmetro e o **National Institute of Standards and Technology (NIST) dos EUA**, como responsáveis por desenvolver material de referência para biocombustíveis de aviação.

No âmbito da Cooperação Técnica Internacional Brasileira, o Inmetro participa do **Projeto de Fortalecimento Técnico e Institucional do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique (INNOQ)**, concebido na modalidade trilateral com Brasil-Alemanha-Moçambique. O projeto envolve capacitação do INNOQ nas áreas de Metrologia Legal e Industrial, Avaliação da Conformidade, com atividades de capacitação no âmbito da Normalização e Certificação de Produtos e Serviços e implementação da estratégia de comunicação interna e externa do Instituto Moçambicano para o fortalecimento das competências institucionais. Outro tópico trabalhado em 2012 no acordo foi a assistência para implementação do Ponto Focal do Acordo sobre Barreiras Técnicas de Moçambique e do sistema de informações para empresas locais, em que foram adquiridos e instalados os equipamentos previstos no projeto e preparada a página internet por meio da qual as empresas moçambicanas terão acesso ao serviço “Alerta Exportador!” brasileiro. O projeto tem encerramento estimado em novembro de 2013 e vem sendo monitorado e avaliado periodicamente por um Comitê formado por representantes das instituições envolvidas, o qual se reuniu em 2012 na Alemanha.

A alta recorrência de **visitas chinesas** no ano ao Inmetro deve ser ressaltada, dentre as quais cabe menção o acordo realizado com o Certification and Accreditation Administration (CNCA), e as visitas de representantes da China National Accreditation Service for Conformity Assessment (CNAS), National Lighting Test Center (NLTC), Instituto de Qualidade e Supervisão Técnica da República Popular da China (HBQTS) e da Empresa de certificação acreditada CQC.

Participações na Organização Mundial do Comércio:

Reunião ordinária do Comitê de Barreiras Técnicas e da VI Revisão Trienal do Acordo TBT da Organização Mundial do Comércio para debater os seguintes temas a) Boas Práticas Regulatórias; b) Procedimentos de Avaliação da Conformidade; c) Normas Técnicas; d) Transparência; e) Assistência Técnica; f) Operação do Comitê TBT. O Inmetro é o representante do Brasil na reunião do Comitê de Barreiras Técnicas, onde subsidiou as posições do país relacionadas

a Regulamentos Técnicos, Procedimentos de Avaliação da Conformidade e à VI Revisão Trienal do Acordo TBT.

Reuniões Bilaterais à Margem da Última Reunião do Comitê TBT com as delegações da China, da Índia, da União Europeia e dos EUA, a fim de tratar de regulamentos ou projetos de regulamentos técnicos nas áreas de equipamentos médicos, componentes farmacêuticos ativos, para-brisas de veículos automotivos, vinhos, tabaco, rotulagem de bebidas e de produtos de origem animal.

GARANTIA METROLÓGICA (Cored e Dimel)

Coordenação da RBMLQ-I

Evolução da Receita da RBMLQ-I

A receita dos serviços prestados vem obtendo crescimento expressivo ao longo dos últimos anos, contribuindo fortemente para a sustentação financeira do Sistema Inmetro – composto pelo Inmetro, Superintendências e demais órgãos metrológicos estaduais.

Os investimentos, aliados a práticas de gestão, vêm resultando em: maior produtividade, maiores números de instrumentos verificados e produtos fiscalizados, maior abrangência geográfica da atuação da RBMLQ-I e, conseqüentemente, maior receita própria. No período 2011/2012 o crescimento da receita de serviços metrológicos foi de 7% e da receita global foi de 21%.

Dentre os investimentos e ações de gestão, cabe destacar:

Plano de Trabalho e Plano de Aplicação

No ano de 2012 foi consolidado os Planos de Trabalho e de Aplicação, sendo estas ferramentas adotadas para planejamento, execução e medição de resultados das atividades técnicas e financeiras dos Órgãos Delegados do Inmetro.

Os Planos de Trabalho e de Aplicação são elaborados por ocasião das Reuniões Regionais nos Ciclos de Relacionamento anuais. Tanto a elaboração dos Planos quanto o acompanhamento mensal dos resultados é realizado em conjunto com a Cored, Dplad, Diraf, Dimel e Dqual.

O Plano de Trabalho estabelece o planejamento e acompanhamento da execução das atividades delegadas nas áreas de metrologia legal (verificações e fiscalização de instrumentos e produtos pré-medidos), da avaliação da conformidade (fiscalização de produtos e serviços) e o planejamento dos processos homologados, gerados a partir dos autos de infração.

O Plano de Aplicação visa planejar por meio de diretrizes e estratégias a aplicação dos recursos transferidos para a RBMLQ-I, bem como acompanhar a execução. Desta forma, a gestão dos recursos é realizada com segurança, transparência e de maneira otimizada.

Aliado ao cumprimento da exigência dos órgãos de controle, tais ferramentas são marcos na relação do Inmetro com os órgãos da RBMLQ-I e se firmam com principal eixo de atuação da Cored, com reflexo em todos os níveis: quer seja estratégico, tático e operacional.

Implantação do Sistema de Gestão Integrado - SGI na RBMLQ-I

Software com acesso via web e integrado a equipamentos de tecnologia moderna (coletores de dados, notebooks e balanças portáteis), que proporciona a padronização de procedimentos operacionais, a obtenção de maior segurança, agilidade e confiabilidade no conjunto de informações fornecidas pelos Órgãos da RBMLQ-I, além de permitir maior produtividade no trabalho em campo.

No exercício de 2012 esta Coordenação em conjunto com os Órgãos Delegados desenvolveu vários aprimoramentos no Sistema informatizado de Gestão Integrada – SGI. Dentre eles, podemos destacar:

- Integração do Site de Cronotacógrafos ao SGI, que proporcionou maior confiabilidade e precisão nas informações pertinente aos instrumentos verificados pelas oficinas credenciadas e postos próprios de ensaio metrológico em uma única base de informação;
- Criação de ambiente unificado de informações, visando aprimoramento das informações de nível estratégico. Esta base unificada já está agilizando a consulta e tomada de decisão pelos gestores do Inmetro e dirigentes da RBMLQ-I;
No escopo desta melhoria, também foi desenvolvido aplicativo para tablets e smartphones, já em uso pelos gestores do Inmetro e dirigentes da RBMLQ-I.
- Desenvolvimento e implantação de módulos do SGI nos Órgãos Delegados. Os seguintes módulos já estão plenamente implantados e em uso em todos os Órgãos Delegados: Documentos, Financeiro, Jurídico (ADM, Cobrança e Dívida Ativa), Portarias, PSIE, Coletor, Cronotacógrafos, Esfigmomanômetro, Instrumentos, Oficinas, Planejamento, Pré-Medidos, Pré-Medidos (Aut. Campo), Qualidade, Qualidade (Aut. Campo), Relatório Diário, Taxímetro e Verificação (B.A; B.O; D.I.).

Informatização das Atividades de Campo

Agilidade, precisão e confiabilidade nas informações originadas nas atividades executadas no âmbito da Metrologia Legal (Instrumentos e Pré Medidos) e da Avaliação da Conformidade por meio da implantação de coletores, *lap tops* e impressoras portáteis.

A evolução em relação aos equipamentos para atividades de campo ocorreu da seguinte maneira:

Durante o exercício foi incluída a utilização de coletores de dados para a fiscalização de cronotacógrafos e verificação de taxímetros.

Foram adquiridos 120 conjuntos de coletores de dados e impressoras térmicas. Até o momento a distribuição dos itens é a seguinte:

- SURRS-RS: 65 coletores + 65 impressoras.
- IBAMETRO-BA: 10 coletores + 10 impressoras.
- INMEQ-MA: 5 impressoras + 5 coletores.
- IPEM-PR: 5 coletores + 5 impressoras.
- IMEPI-PI: 4 coletores + 4 impressoras.
- IPEM-SP: 1 coletor
- Dimel: 2 coletores
- Cored: 4 coletores + 4 impressoras.

Modernização da Infraestrutura Predial da RBMLQ-I

Para o bom desempenho das atividades delegadas é necessário ampliar e adequar a infraestrutura predial dos Órgãos da RBMLQ-I. Desta forma, é fundamental assegurar as condições necessárias para a execução das atividades de controle metrológico e de fiscalização de produtos, através da realização de obras de melhorias e/ou expansão.

No ano de 2012, destacamos a realização das seguintes obras e instalações:

- IBAMETRO-BA: Reforma da Regional de Vitória da Conquista; Manutenção e adequação da rede elétrica na sede do Simões Filho; Manutenção elétrica sede Pituba; Manutenção preventiva e corretiva de subestações na sede do CIA.
- IMETROPARÁ-PA: Edificação de guarita no Centro Tecnológico de Ananindeua.
- IPEM-PR: Projeto Arquitetônico de acessibilidade para a Regional de Londrina; Reforma da estrutura física da sede; Adaptação do posto de Cronotacógrafo da Regional de Cascavel; Elaboração de Projeto Arquitetônico para o IPEM-PR; Levantamento de construção de cisterna para a Regional de Maringá; Elaboração de estudo e projeto para troca da parte elétrica da Regional de Maringá.
- IPEM-RN: Reforma da sede.
- IPEM-AM: Construção da sede.
- IPEM-RR: Construção de muro de proteção das dependências da sede.

- IPEM-SP: Reforma prédio almoxarifado; Projeto de engenharia para readequação dos telecentros das Regionais de Presidente Prudente, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Araçatuba; Início da reforma do edifício localizado à rua Muriaé, com a criação de laboratórios de hidráulica e elétrica, climatização do espaço, acessibilidade, adaptação para instalação de elevador de acesso para pessoas com mobilidade reduzida; Autorização, para utilização pelo Ipem-SP, de imóvel localizado à avenida Doutor Ricardo Jafet, zona sul da capital, e sucessiva contratação do projeto arquitetônico para construção, no imóvel, do posto de verificação de taxímetro com simulador de pista (rolete mecânico), para atender cerca de 34 mil taxistas da capital durante a verificação anual.

Implantação das Atividades de Verificação Subsequente de Cronotacógrafos

A implantação da sistemática de verificação subsequente de cronotacógrafos no Brasil já está possibilitando o efetivo controle metrológico deste tipo de instrumento, provendo assim uma maior confiabilidade das informações provenientes dos veículos, tais como registro de velocidade e o tempo de utilização dos mesmos. Esta atividade contribui para uma maior segurança no trânsito.

O resultado esperado é de dois milhões de cronotacógrafos verificados a cada dois anos, com uma geração de receita da ordem de R\$100 milhões por ano para a RBMLQ-I e parceiros.

Ao longo de 2012, a Cored atuou na implantação de novos postos de ensaios para os Órgãos Delegados dos estados de Rondônia e Paraíba; totalizando, até o momento, 12 postos próprios do sistema RBMLQ-I, além de 70 novos postos credenciados, mais a renovação dos 125 postos credenciados em 2011. Em relação ao número de verificações, houve o crescimento de 18,4% em relação a 2011, perfazendo um total de 515.702 verificações realizadas em 2012. Cabe também destacar que em 2012 foram fiscalizados 70.802 veículos nas rodovias, nas empresas de transportes, portos e nas escolas.

Aquisição de Veículos e Padrões de Trabalho para a RBMLQ-I

Para o bom desempenho da atividade da Garantia Metrológica é necessário equipar a RBMLQ com padrões de trabalho devidamente calibrados e adequados aos regulamentos técnicos vigentes, além de veículos para o transporte seguro dos padrões e das equipes técnicas.

Em 2012, destacamos as seguintes aquisições:

- Padrões de Trabalho
- Trenas para Medição por cintamento;
- Aquisição de Sistemas de Inspeção e Verificação de Medidores de Energia Elétrica;
- Aquisição de Envelopes de Segurança tipo Starlock;
- Calibração e Manutenção de Padrões GNV da RBMLQ-I;
- Veículos
 - Laboratório Móvel para Calibração de Instrumentos;
 - Veículo adaptado para supervisão das atividades delegadas.

Portal de Serviços do Inmetro nos Estados-PSIE

Em 2012 foram desenvolvidos os módulos de agendamento de taxímetro, o módulo de agendamento de veículo tanque e o módulo de prestação de contas das oficinas credenciadas frente às mudanças ocorridas na legislação no que diz respeito às atividades das oficinas credenciadas.

Capacitação da Força de Trabalho da RBMLQ

Em parceria com o Cicma, Dimel e Dqual, a Cored coordenou o planejamento e a execução da capacitação da força de trabalho da RBMLQ-I. Foram treinados 1293 servidores nas atividades relacionadas à metrologia legal e avaliação da conformidade e 230 participantes das oficinas credenciadas para verificação em cronotacógrafos.

Diretoria de Metrologia Legal

Metrologia no âmbito das Medições de Energia Elétrica

Com a publicação da Resolução Aneel nº 502, de 7 de agosto de 2012, que regulamentou a utilização dos medidores inteligentes (smart grids), a Dimel poderá dar continuidade ao processo de regulamentação técnica metrológica deste instrumento. Esses medidores terão recursos tecnológicos inovadores, como, por exemplo, corte à distância, leitura remota e a possibilidade do registro de medições em faixas de horários com tarifas diferenciadas, permitindo ao consumidor programar a utilização de determinados eletrodomésticos ao longo do dia, com racionalização do consumo de energia elétrica. Tais funcionalidades deverão ser examinadas e ensaiadas pelo Inmetro para assegurar a credibilidade nos resultados das medições realizadas por esses medidores inteligentes.

Outra contribuição relevante da Metrologia Legal neste âmbito foram as publicações das Portarias Inmetro nºs 368 e 369/2012, prorrogando o prazo para a realização, por parte dos fabricantes de medidores de energia elétrica e de SDMEE (sistemas distribuídos de medição de energia elétrica), dos ensaios inerentes à verificação após reparo. Conhecida como “autoverificação”, esta modalidade de verificação ocorre sob a supervisão do Inmetro e tem como objetivo atender à imensa demanda do setor elétrico, que conta com milhões de medidores instalados em todo o Brasil. Foi publicada a Portaria Inmetro nº 602/2012, que regulamenta a verificação periódica de medidores de energia elétrica. A verificação periódica é uma etapa importante para o controle legal dos instrumentos de medição, e passará a ser realizada, de maneira amostral, nos medidores de energia elétrica instalados em todo o país.

Além disso, a Dimel promoveu discussão nacional sobre verificações voluntárias e perícias metrológicas de medidores de energia elétrica. Tal ação visou padronizar os procedimentos adotados na realização destas atividades pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I). Para 2013, está prevista a implementação do regulamento revisado de medidores eletrônicos de energia elétrica e do regulamento de medidores de pré-pagamento e implementação das normas de verificação e perícia.

Projetos de Automação

Estão em desenvolvimento dois projetos de automação visando o aprimoramento de métodos de ensaio e calibração para divisões da Dimel: o projeto “Automação de calibração de medidas materializadas de massa” que consiste em automatizar o processo de obtenção dos dados usados na calibração de pesos; e, o projeto “Validação de bancadas para verificação de medidores de energia elétrica” que consiste em desenvolver um sistema que torne automática a obtenção dos dados utilizados na validação de bancadas. Três diferentes padrões de energia elétrica poderão ser utilizados pelo sistema que, atualmente, suporta dois padrões de energia elétrica. O projeto contempla, ainda, a elaboração de uma interface web a ser disponibilizada para que Órgãos Delegados executem a validação de bancadas. Os projetos visam agilizar o processo de calibração e de verificação o que implica em custo menor (h/h menor) e na possibilidade de realizar mais calibrações/verificações, garantindo de forma mais eficaz a rastreabilidade das medições realizadas por estes Órgãos.

Tecnologia a Serviço do Cidadão

A constatação de fraudes em bombas medidoras de combustíveis líquidos ganhou notoriedade nacional após reportagem veiculada na imprensa no começo de janeiro de 2012. A Dimel vem, desde então, ampliando sua atuação em diferentes frentes com intuito de aperfeiçoar o controle legal de instrumentos. Em parceria com os Órgãos Delegados da Rede Brasileira de Metrologia Legal do Inmetro (RBMLQ-I), foram realizadas operações de fiscalização e, no material coletado, foram realizadas perícias. Um total de 148 bombas de combustíveis foi analisado pela equipe. Desse material, 64% apresentaram evidências de fraude. As ações de fiscalização tem o objetivo de coibir as práticas ilegais, esclarecer à população e partes interessadas, além de capacitar os agentes metrológicos que atuam em campo para realização de perícias, disseminando este conhecimento e

descentralizando a atividade de forma a abranger uma maior parte do território nacional e tratar o problema de forma mais eficaz.

Ainda dentro deste contexto, e acompanhando o avanço tecnológico, a Dimel tem promovido a elaboração de requisitos de segurança de software para instrumentos de medição; tal ação visa aperfeiçoar o controle legal dos instrumentos de medição que possuem software embarcado. Em 2012 foram publicados os seguintes regulamentos técnicos metroológicos com requisitos de segurança de software: mototaxímetro, medidor eletrônico de energia elétrica e sistema distribuído de medição de energia elétrica. Para 2013, espera-se a conclusão dos requisitos de segurança de software para instrumento de pesagem automático e não automático, bomba medidora de combustível líquido, medidor de velocidade, cromatógrafo de gás natural, computador de vazão, simulador de pista para verificação de cronotacógrafos (banco de rolos) e medição de madeira roliça pelos métodos fotográfico e laser scanner.

Ações Inovadoras na área de Petróleo e Gás

A Dimel também está empreendendo ação inovadora no segmento de petróleo e gás, com o desenvolvimento de regulamentação técnica metroológica sobre os medidores de vazão multifásicos para petróleo e gás natural a serem utilizados na exploração dos campos do pré-sal. A exploração de petróleo nos campos do Pré-Sal está demandando o uso de novas tecnologias na medição de petróleo e gás natural e a medição multifásica é uma dessas tecnologias inovadoras.

O desenvolvimento de requisitos para esses instrumentos de medição é um desafio para o país, pois eles serão utilizados na medição de apropriação de petróleo, que é responsável pela distribuição dos royalties para Estados, Municípios e proprietários de terras onde estão localizados os poços. O Inmetro, através das ações da Dimel, em conjunto com a ANP e apoio da Petrobras, está desenvolvendo regulamentação técnica metroológica para os medidores multifásicos, que dará credibilidade aos resultados das medições e proporcionará uma divisão justa dos recursos advindos da exploração do petróleo nos campos do pré-sal.

Ainda na área de medição de petróleo e seus derivados líquidos, há os densímetros, instrumentos utilizados principalmente em postos de combustíveis para controle de qualidade. Seu uso é citado em várias normas e resoluções da ANP, bem como em procedimentos da Petrobras. Por meio desse instrumento é possível determinar a massa específica do combustível e com isso constatar se sua qualidade atende aos requisitos estabelecidos na legislação vigente. O regulamento deste instrumento, datado de 1962, foi substituído em 2012 pela Portaria Inmetro nº 288/2012, que aprovou o novo regulamento técnico metroológico.

Metrologia no âmbito do Trânsito

No âmbito dos instrumentos relacionados ao trânsito, há o desenvolvimento de padrão a ser utilizado pelos Órgãos Delegados na verificação de simuladores de pista, instrumento aplicado à verificação de cronotacógrafo, e o desenvolvimento de projeto de pesquisa que visa aprimorar o método de verificação de medidores de velocidade que, atualmente, exige a interrupção do tráfego na via e a passagem de um automóvel em diversas velocidades.

Além desses instrumentos, a regulamentação dos mototaxímetros, instrumentos de medição similares aos taxímetros adaptados para instalação em motocicletas, foi alvo de discussões em Painel Setorial realizado em 2011, no qual ficou constatada a necessidade de atuação do Inmetro neste segmento. O projeto de regulamentação foi concluído em 2012, com a publicação da Portaria Inmetro nº 393/2012, que aprovou o regulamento técnico metroológico de mototaxímetros. Desta forma, as prefeituras que adotarem a cobrança deste serviço por mototaxímetro já poderão contar com instrumentos com um adequado grau de confiança na medição.

Interação com Órgãos Governamentais

Visando a atuação conjunta aos Correios S.A, o Inmetro promoveu reunião para discutir a respeito dos instrumentos de medição de volume de mercadorias, bem como quanto às expectativas dos Correios na utilização destes instrumentos em suas agências. A ação subsidiará a decisão do

Inmetro quanto a elaboração de um regulamento técnico metrológico específico para este instrumento.

Arqueação de Tanques

A arqueação é o conjunto de operações efetuadas para determinar a capacidade de um tanque. Esta atividade tem grande impacto em diversas áreas, tais como o controle de processos industriais, a comercialização de água, bebidas e combustíveis, o controle do armazenamento em terminais alfandegados, a cobrança de impostos sobre petróleo e gás e a transferência de custódia de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Com a publicação da Portaria Inmetro nº 648/2012, ficaram definidos os requisitos para a construção dos tanques fixos utilizados para armazenamento e distribuição de produtos a granel. Estes critérios estão alinhados a diversas normas internacionais.

Regulamentos com Previsão de Publicação para 2013:

Medidores de umidade de grãos; Empresas de conserto e manutenção de bombas de combustíveis; Instrumentos de pesagem automáticos (IPA) de veículos rodoviários em movimento; e - Instrumentos de pesagem não automáticos (IPNA) – balanças.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA (Ditec)

Diretoria de Tecnologia e Inovação

Inovação Tecnológica, Transferência de Tecnologia e Propriedade Intelectual

Desenvolvimento e aplicação, em parceria com o Centro Integrado de Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade – Cicma, do Curso de Propriedade Intelectual à Distância, dirigido aos pesquisadores do Inmetro.

Desenvolvimento e implantação do Banco Tecnológico do Inmetro (BTI), para levantamento, registro e monitoramento das pesquisas em curso na Instituição. Em 2012, cadastrados 35 pesquisas e 54 usuários na plataforma.

Revisão da Política de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Inmetro, a fim de aperfeiçoar os mecanismos de gestão da PI & TT no Instituto.

Da Interação com o Setor Produtivo para Parcerias Tecnológicas

A interação com o setor produtivo como estratégia para prospectar demandas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, bem como criar linhas de cooperação institucional para a inovação, tem merecido especial atenção da Ditec. Entre as ações realizadas destacam-se:

a) coordenação dos estudos para criação do Portal Inmetro Inovação, com lançamento previsto para 2013; b) concepção e execução, em parceria com a Dicom, de painéis para disseminar o conceito de inovação, em mostra permanente no hall do Auditório principal do Campus do Inmetro em Xerém; e c) extensão do Programa “Ciclo Interativo de Palestras”, apresentação de experiências inovadoras de empreendedores e de empresas como forma de sensibilizar técnicos, pesquisadores e gestores do Inmetro, visando criar uma cultura da inovação na Autarquia.

Em 2012 foram realizados quatro eventos, cuja memória encontra-se registrada no endereço <http://www2.Inmetro.gov.br/palestras/>: Encontro Inmetro - Ford; Encontro Inmetro - Procter&Gamble; Encontro Inmetro – Embraer; e Encontro Inmetro - 3M, com exposição sobre o tema “O modelo de inovação 3M: processos, ferramentas e medidas.

Implantação do Programa “Parcerize”, prática de encontros entre o corpo técnico do Inmetro e representantes de empresas para apresentação das nossas competências, infraestrutura laboratorial e dos serviços de apoio à inovação, a partir de atendimento individualizado às empresas presentes. Sua principal finalidade é estabelecer parcerias tecnológicas entre o Inmetro e o setor produtivo. Ao longo de 2012 ocorreram três edições do “Parcerize”: (registros disponíveis em <http://www2.Inmetro.gov.br/palestras/parcerize>): 1ª edição – Setor Químico; 2ª edição – Setor Automotivo; e 3ª edição – Setor de Eletrodomésticos.

Com o objetivo de cumprir a missão institucional do Inmetro de *apoiar a inovação e a competitividade do País*, a Ditec tem se aproximado da indústria a fim de estabelecer mecanismos de cooperação. Em 2012 foram realizadas reuniões com algumas empresas cujos principais resultados foram: a) entendimentos avançados para a realização de acordo de cooperação envolvendo Inmetro e Basf S.A.; b) entendimentos avançados para a realização de acordo de cooperação envolvendo Inmetro e L’oréal; e c) entendimentos avançados para a realização de acordo de cooperação envolvendo Inmetro e Neodent Implantodontia.

Dos Estudos Estratégicos de Cenários e Monitoramento Tecnológicos e de Avaliação de Impacto

- **Elaboração e divulgação do estudo de monitoramento tecnológico baseado nos pedidos de patentes no Brasil relacionadas a diagnóstico *in vitro* entre 2010 e 2012.**
Apoio à realização de acordo entre Inmetro e INPI que prevê, entre seus objetivos: a) realização de 12 buscas de anterioridades gratuitas sobre temas definidos pelo Inmetro; e b) provimento de informações detalhadas a respeito das patentes depositadas, no Brasil e no mundo de temas selecionados pelo Inmetro, para a realização de 02 estudos prospectivos.
- **Elaboração de estudo para identificação das empresas inovadoras instaladas no país.**
O estudo tem como objetivo identificar empresas inovadoras (que depositaram patente nos últimos anos), a fim de convidá-las a se instalarem no Parque Tecnológico, incubarem projetos tecnológicos junto à nossa Incubadora ou ainda participar de outras atividades realizadas pela Ditec, como os programas “Parceirize” e “Empresa Visitante”.
Nesta primeira fase o estudo buscou identificar empresas dos setores automotivo, agroindustrial e de energias renováveis, setores classificados como estratégicos no âmbito do Plano Brasil Maior.
- **Estudo de demanda/público alvo do MRC para condutividade térmica desenvolvido pelo Inmetro.**
- **Estudo de avaliação de impacto dos projetos graduados na Incubadora.**
Levantamento de demanda por Material de Referência (MR), Material de Referência Certificado (MRC) e Ensaio de Proficiência (EP) junto ao setor químico.
- **Estudo de mapeamento/identificação dos laboratórios que realizam testes por meio de métodos alternativos, sem o uso de animais**
O resultado do estudo servirá de base para a criação de uma rede de laboratórios associados ao Inmetro.
- **Elaboração e divulgação de estudo de valoração da célula eletroquímica e do MRC de pH produzidos pelo Inmetro.**

- **Elaboração do estudo de impacto do MRC para etanol em água desenvolvido pelo Inmetro.**
- **Elaboração de estudo de Viabilidade Técnica (EVT) sobre a revisão do RTM para Instrumentos de Pesagem não Automáticos (IPNA).**

Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do Inmetro

Concluída execução do projeto “Aumento do Número de Empresas Atendidas e Expansão da Infraestrutura Física e de Serviços da Incubadora do Inmetro, com recursos de fomento da Faperj”; Novos projetos admitidos, totalizando 07 projetos em incubação: Melucci High Technology: Gravímetro Relativo Ótico-Supercondutor; Biocad Brasil: Desenvolvimento de protocolo para análise qualitativa de produtos farmacêuticos de origem biológica.

Parque Tecnológico

- a) Regularização fundiária do terreno do Inmetro Xerém;
Enviada a Secretaria de Patrimônio da União documentação final para conclusão do processo de doação da área onde se encontra instalado o Inmetro.
- b) Implantação do Parque Tecnológico – Infraestrutura;
Documentação para abertura de edital com o intuito de contratar empresa para executar 1ª fase de implantação do Parque Tecnológico (infraestrutura inicial para abrigar as empresas no Parque – urbanização, esgotamento sanitário, etc.) enviada ao setor responsável (Processo 50932/2012).
- c) Definição dos instrumentos ambientais e de cessão e uso do solo do Parque Tecnológico;
Elaborada versão final da minuta referente ao Regulamento Interno para Cessionários das áreas do Parque Tecnológico.
- d) Contenção de encosta no Parque Tecnológico junto ao Laboratório de Engenharia Veicular (LEV) da PUC-Rio.
Aberto processo (48459/2011) para contratação de projeto referente a contenção da encosta junto ao Laboratório de Engenharia Veicular da PUC-Rio. Por meio de pregão eletrônico, a empresa Torres Arquitetos foi selecionada e apresentou programa de sondagens e o anteprojeto de contenção, que aguarda liberação de licenciamento por parte da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e do INEA.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E RASTREABILIDADE EM METROLOGIA (Dimci e Dipro)

Diretoria de Programa

Áreas de atuação

Biotecnologia

O Programa de Biotecnologia da Dipro tem como objetivos contribuir decisivamente no desenvolvimento de projetos tecnológicos e de pesquisa aplicada em áreas estratégicas da Biotecnologia em sintonia com a política de desenvolvimento econômico e comércio exterior. Os grupos técnico-científicos que compõem o Programa de Biotecnologia estão organizados nas áreas de Biologia Molecular, Bioquímica e Microbiologia, com projetos transversais interagindo entre os grupos da Biotecnologia e com os grupos de outros Programas da Dipro.

A equipe em 2012 contou com 13 pesquisadores, sendo dez servidores e três bolsistas, seis técnicos de nível médio, sendo dois servidores e quatro bolsistas, onze alunos de iniciação científica e um **estudante** de mestrado, e onze bolsistas de nível médio (Jovens Talentos).

Biologia Estrutural

O programa de Biologia Estrutural do Inmetro tem o objetivo de atuar de forma decisiva na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco na Biologia de Macromoléculas de sistemas biológicos, construindo conhecimentos para melhor compreender e propor alternativas e soluções para problemas relacionados a industrial e a sociedade em áreas de atuação do Inmetro. Nas áreas de concentração dos projetos contamos com uma infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica fundamental para que a instituição tenha condições de acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial.

A equipe em 2012 contou com dez pesquisadores, sendo oito servidores e dois bolsistas, quatro técnicos de nível superior, sendo três com mestrado, seis alunos de iniciação científica e duas estudantes do mestrado profissional.

Metrologia Forense

O objetivo do Programa de Metrologia Forense é prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisa aplicada, visando à melhoria dos produtos, processos e serviços periciais brasileiros por meio do desenvolvimento de materiais de referência e materiais de referência certificados, disseminação dos conceitos de metrologia e das unidades de medida rastreadas ao SI e dos princípios da qualidade por meio da avaliação da conformidade.

O Programa de Metrologia Forense ainda não possui infraestrutura física própria, atuando em parceria com as divisões de Metrologia Química e Divisão de Metrologia dos Materiais da Dimci. A equipe atual conta com 4 pesquisadores, sendo dois servidores e dois bolsistas (um integral e um parcial), 2 técnicos de nível superior, uma aluna de iniciação científica e uma estudante do mestrado profissional em Metrologia e Qualidade. Estão previstas a entrada de 3 técnicos (dois de nível superior e um de nível médio) em 2012.

Bioengenharia

O Programa de Bioengenharia visa contribuir de maneira expressiva com o desenvolvimento de bioprodutos, processos, materiais de referência e normas aplicadas às Ciências da Vida, Dispositivos Médicos e Nanobiotecnologia, com foco em Bioengenharia e Medicina Regenerativa. O Programa de Bioengenharia está estruturado em duas grandes áreas, a) Avaliação da conformidade de dispositivos médicos e odontológicos implantáveis e, b) Desenvolvimento e padronização de métodos e processos de referência para o monitoramento e controle de risco à saúde de substâncias, produtos e processos.

Metrologia em Saúde

Constitui objeto principal deste projeto promover a cooperação entre instituições para implantar ações no âmbito das políticas de saúde, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial (em especial a Política do Programa de Desenvolvimento Produtivo, PDP) e do Programa Mais Saúde, com o propósito de estabelecer um quadro permanente e contínuo de integração das atividades realizadas no âmbito do Ministério com as políticas de promoção e de desenvolvimento das atividades econômicas do Complexo Industrial da Saúde (CIS).

Em 2010, o MDIC e o MS assinaram o Termo de Cooperação e Assistência Técnica, por intermédio do Inmetro pelo MDIC, e da Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Fundação Oswaldo Cruz pelo MS.

Programas Integradores

Pós-Graduação do Inmetro

Com o objetivo de aperfeiçoar e consolidar a estratégia de formação e de capacitação de recursos humanos em metrologia, qualidade e nas áreas afins, além de apoiar a consolidação do Inmetro como polo de conhecimento, com excelência em pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, o Programa de Pós-Graduação do Inmetro, no exercício de 2012, desenvolveu As seguintes atividades relacionadas: (1) Programa de Pós-Graduação em Metrologia e Qualidade (Mestrado Profissional), já em pleno funcionamento desde 2009; 2) ao planejamento da implantação do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (Mestrado Acadêmico e Doutorado); (3) a colóquios e cursos de extensão, abertos tanto para servidores, pesquisadores e colaboradores do Inmetro quanto para a sociedade em geral; e, (4) aos cursos técnicos de Metrologia e Biotecnologia.

Curso Técnico de nível médio em Biotecnologia

O Curso Técnico de nível médio em Biotecnologia tem como objetivo a formação de técnicos de nível médio, para atender a demanda de pessoal técnico em nível médio nos laboratórios de instituições de pesquisa, como Inmetro, Universidades (UFRJ/Xerém entre outras) e laboratórios de indústrias de biotecnologia em geral.

Mestrado Profissional em Ensino de Biologia

O Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia do Pólo da UFRJ/Xerém, proposto a CAPES pelos Institutos de Biofísica e de Bioquímica Médica da UFRJ, visa dar formação continuada aos professores de Biologia da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, em atividades no CECO e em escolas adjacentes, com foco na melhoria do ensino público de níveis fundamental e médio. O curso de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia foi aprovado em 2010 pela CAPES, com conceito quatro (4);

Pronametro – Programa “Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia”

A Portaria Nº 391, de 25 de julho de 2012 instituiu o Pronametro – Programa “Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia” que é um Programa de Bolsas que tem por objeto apoiar o desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia para o desenvolvimento das mais variadas atividades criativas que venham a fortalecer a missão do Inmetro, conforme explicitada na Lei No. 12.545 de 14 de dezembro de 2011. As bolsas serão concedidas por períodos variáveis, conforme previsto no item III-Diretrizes Gerais, havendo avaliação anual de desempenho do bolsista. As bolsas deverão cobrir todas as modalidades, indo do estágio de Iniciação Científica e Tecnológica Júnior até a de Pesquisador Visitante Sênior do País e do Exterior. Deverá ainda permitir a participação de pesquisadores vinculados as outras instituições públicas ou privadas, bem como empresas de base tecnológica e que, mediante Convênios e/ou Acordos de Cooperação, possam dedicar alguns dias por semana ao Inmetro. Deverá ainda apoiar aqueles que mesmo trabalhando nas suas instituições de origem possam desenvolver projetos de interesse do Inmetro como parte de Acordos de Cooperação específicos.

Principais Projetos e Pesquisas da Diretoria de Programa

Projeto 1 (finalizado)

Convênio Finep nº: 01.09.0364.00 ref:0354/09, Publicado no DOU nº170, de 04/09/09

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Infraestrutura para a área de Biotecnologia Estrutural voltada para o estudo de Biocombustíveis

Finalidade: Disponibilizar recursos para estabelecer Laboratório de Biotecnologia Estrutural no campus do Inmetro.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$698.197,00

Valor liberado até Dezembro de 2012: R\$698.197,00

Valor Executado até Dezembro de 2012: R\$397.162,14

Valor devolvido para a Finep: R\$287.691,94

Prazo para término do projeto: 36 meses após data de assinatura do convênio (data de assinatura: 27/08/2009)

Contrapartida não financeira: a ser demonstrada através das despesas com vencimentos e vantagens fixas (pessoal cível e militar)

Projeto 2

Convênio Finep nº: 01.09.0349.00 ref: 1670/08, Publicado no DOU nº 168, de 02/09/09

Responsável pela Administração dos recursos: FECD

Título: Desenvolvimento de normalização, de avaliação da conformidade e de métodos analíticos aplicados ao Setor Sucroalcooleiro

Finalidade: Objetivo 1 - Apoiar o esforço brasileiro de normalização e de validação da conformidade para o setor de biocombustível, como foco em etanol, bem como a participação brasileira nos foros internacionais de normalização de biocombustível e da sustentabilidade de sua produção.

Objetivo 2 – Estabelecimento e o desenvolvimento conjunto de métodos analíticos padronizados para a caracterização da biomassa celulósica e para definição de parâmetros de desempenho de conversão de processos com vistas ao seu aproveitamento e para dar suporte a futura produção de biocombustíveis e outros produtos por rota de segunda geração.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$3.999.894,80, sendo:

R\$3.185.240,00 destinados ao Inmetro através da Fundação Charles Darwin e R\$814.654,80 destinados a Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico, a serem transferidos pelo CNPq.

Valor liberado até Dezembro de 2012: R\$ 1.768.500,00

Valor Executado até Dezembro de 2012: R\$ 1.821.945,95 (Diferença utilizada dos rendimentos das aplicações financeiras, que totaliza um valor de R\$ 64.092,82 até dezembro de 2012)

Prazo para término do projeto: 36 meses após data de assinatura do convênio (data de assinatura: 21/08/09) - Prorrogado até Agosto de 2013.

Contrapartida não financeira: a ser demonstrada através das despesas com “Serviços de Terceiros – Bolsas” e “Equipamentos e Material Permanente”

Projeto 3

Convênio Petrobrás nº: 00.50.0044922.08.4 sap:4600287221,

Responsável pela Administração dos recursos: FECD

Título: Estudo Biotecnológico do processo de degradação de celulose e hemicelulose por microorganismos e enzimas digestivas: Sistemas Biológicos como modelo experimental.

Finalidade: Investigar microorganismos e enzimas que degradam a celulose e hemicelulose com a finalidade de incrementar a utilização de biomassa para produção de bioetanol.

Instituição Financiadora: Petrobrás

Valor Aprovado para o projeto: R\$2.800.000,00

Valor liberado até Dezembro 2012: R\$ 2.097.700,00

Valor Executado até Dezembro de 2012: R\$ 1.486.800,27

Prazo para término do projeto: 730 dias corridos, a contar da data de assinatura do Termo de Cooperação (data de assinatura: 22/10/08)

Projeto 4

Convênio Finep nº:01.10.0607.00 ref: 1070/10, Publicado no DOU nº234, de 08/12/2010

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Implantação no Inmetro de uma infraestrutura para sua atuação em Metrologia, Avaliação da Conformidade e Acreditação nas áreas de biologia e saúde. - BIOSAUDE

Finalidade: Implantação no Inmetro de uma infraestrutura para sua atuação em Metrologia, Avaliação de conformidade e Acreditação nas áreas de biologia e saúde.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o Projeto: R\$ 5.997.697,60

Valor Liberado até Dezembro de 2012: R\$4.413.357,60

Valor Executado até Dezembro de 2012:R\$2.700.000,00

Prazo para término do projeto: 03/12/2013

Projeto 5

Convênio nº:01.10.0715.00 ref: 1539/10, Publicado no DOU nº244, de 22/12/2010

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Uso de Microscopia Eletrônica e Química Analítica em Áreas Prioritárias com Aplicação em Segurança Pública – METROFOR

Finalidade: Uso de Microscopia Eletrônica e Química analítica em áreas prioritárias com aplicação em segurança pública.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$ 3.875.098,53

Valor Liberado até Dezembro de 2012: R\$3.875,098,53

Valor Executado até Dezembro de 2012: R\$1.800.000,00

Prazo para término do projeto: 17/12/2014

Projeto 6

Termo de Cooperação Processo Inmetro nº 55817/09, Publicado no DOU nº249, de 30/12/2009

Responsável pela Administração dos recursos: Inmetro

Título: Cooperação técnica, científica e administrativa entre os partícipes, visando à conjugação de esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas e à aplicação de recursos financeiros originários de dotações consignadas nos seus respectivos orçamentos anuais, com vistas à instalação e funcionamento do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB)

Finalidade: Constituir, no Brasil, a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades descritas no Objeto do Termo de Cooperação, em consonância com as diretrizes da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

Instituição Financiadora: INPI

Valor Aprovado para o projeto: R\$15.411.327,21

Valor Liberado até Dezembro de 2012: R\$2.400.000,00

Valor Executado até Dezembro de 2012: R\$ 1.110.401,81

Prazo para término do projeto: 60 meses após data de assinatura do convênio

Projeto 7

Convênio Finep nº: 01.12.0256.00

Responsável pela Administração dos recursos: FAURGS

Título: Infraestrutura de Análise Bioquímica e Química do Inmetro

Finalidade: Disponibilizar recursos para obras de Infraestrutura para o estudo de biocombustível no campus do Inmetro.

Instituição Financiadora: FINEP

Valor Aprovado para o projeto: R\$1.347.372,00

Valor liberado até dezembro de 2012: R\$1.347.372,00

Valor Executado até Dezembro de 2012: R\$500.000,00

Prazo para término do projeto: 24 meses após data de assinatura do convênio

Contrapartida não financeira: a ser demonstrada através das despesas com vencimentos e vantagens fixas (pessoas)

Projeto 8

Termo de Cooperação Inmetro e Ministério da Saúde

Responsável pela Administração dos recursos: Inmetro

Título: Termo de Cooperação para ao Desenvolvimento do(a) Desenvolvimento Produtivo/Apoio à modernização do parque produtivo Industrial da Saúde Nacional.

Finalidade: Aquisição de materiais e construção de infraestrutura para o desenvolvimento, Qualificação, inovação de produtos, e fomento a projetos de expansão tecnológica, desenvolvimento e inovação.

Instituição Financiadora: Ministério da Saúde

Valor Aprovado para o projeto: R\$ 6.665.019,29

Valor liberado até dezembro de 2012: R\$ 3.965.019,29

Valor Utilizado até dezembro de 2012: R\$ 2.185.270,83

Prazo para término do projeto: 24 meses após data de assinatura do convênio

Contrapartida não financeira: Não se aplica

Projeto 9

Convênio entre o Inmetro e a Funasa

Responsável pela Administração dos recursos: FECD

Título: Convênio entre Inmetro, Funasa e FECD

Finalidade: Avaliação de métodos de detecção de cistos de Giardia lamblia e oocistos Cryptosporidium parvum em água de consumo humano, baseado no projeto apresentado pela conveniente com vista à produção de soluções técnicas sustentáveis que serão incorporadas às ações desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde.

Instituição Financiadora: Funasa

Valor Aprovado para o projeto: R\$ 275.000,00

Valor liberado até dezembro de 2012: -

Prazo para término do projeto: 24 meses após data de assinatura do convênio

Contrapartida não financeira: R\$ 5.612,25

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos

Projeto 1: Neste projeto que visa o melhoramento da infraestrutura do Laboratório de Biologia Estrutural da Dipro, foram adquiridos um microscópio de força atômica da marca Bruker, uma microscópio óptico invertido da marca Olympus e uma microcentrifuga refrigerada da marca Beckman. Estes equipamentos estão sendo utilizados no desenvolvimento de projetos estratégicos da Diretoria, assim como, no suporte ao desenvolvimento de projetos de outras diretorias do Inmetro e instituições externas. Metodologia reprodutível para a produção do padrão da biomassa lignocelulolítica, a partir do bagaço de cana-de-açúcar, e os métodos analíticos de microscopia óptica e eletrônica para a caracterização da parede celular de cana-de-açúcar ambos estabelecidos em 2011 foram confirmados em 2012. Estes métodos estão atualmente sendo empregados na procura de outras biomassas de interesse biotecnológicos em biocombustíveis.

Projeto 2: O projeto encontra-se em fase avançada de desenvolvimento, com cerca de 90% das metas cumpridas. Importantes resultados sobre a caracterização química e morfológica do bagaço de cana-de-açúcar foram obtidos a partir da colaboração do Inmetro com as diferentes instituições participantes (INT, CTC e Dedini S/A) em 2011 e em 2012 o foco foi principalmente na caracterização química do bagaço de cana com e sem o pré-tratamento. Ainda em 2012, foi solicitado a prorrogação do referido projeto para agosto do ano corrente. O pedido foi deferido pela FINEP.

Projeto 3: O projeto esta sendo desenvolvido por uma rede de laboratorios sob responsabilidade do Inmetro. Dos nove sub-projeto que compõe o programa, os projetos relacionados com fontes de microorganismos de ruminantes e insetos estão com mais de 80% da programação executada. Os demais projetos (de bioquímica, biologia celular e biologia molecular) estão em andamento com todas as metodologias padronizadas e com cerca de 80% dos objetivos cumpridos.

Projeto 4: Os recursos referente a este projeto foram liberados em dezembro de 2010, ao longo de 2011 grande parte dos equipamentos previstos foram comprados, e alguns estão em fase de fechamentos de câmbio. Com relação à construção do prédio prevista no projeto, o projeto executivo encontra-se pronto, a abertura para o processo de licitação para abril de 2012. Resultados 2012: Neste projeto, que visa o estabelecimento de um laboratório multi-usuário (facilidades), foram feitos os processos e adquiridos, em 2012, os seguintes equipamentos: (1) microscópio eletrônico de transmissão marca FEI Company, (2) “up grade” para o microscópio confocal marca Leica, (3) Criostato marca Leica, (4) Citometro de fluxo marca BD, (5) ultracentrífuga refrigerada marca Beckman, (6) Microcalorímetro marca Leica, (7) o O sistema de análise multi-paramétrica de alto conteúdo marca “General Eletric”. Os equipamentos listas estão em funcionamento e sendo empregados nos desenvolvimentos de projetos institucionais e no suporte de projetos de diferentes grupos.

Projeto 5: Os recursos referente a este projeto foram liberados em dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, ao longo de 2011 e 2012 grande parte dos equipamentos previstos foram comprados, sendo que alguns já chegaram ao Inmetro e estão aguardando instalação. Os resultados do projeto estão descritos no item 1.3.

Projeto 6: Em 2012 foram resolvidas todas as divergências com a empresa contratada e a obra do CBMB foi reiniciada.

Projeto 7: Os recursos deste projeto foram liberado no final de 2012, sendo que a compra dos dois equipamentos previstos estão sendo providenciados pela Dipro.

Projeto 8: Os recursos do Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e materiais de consumo foram disponibilizados para o Inmetro em novembro 2012. A Dipro em parceria com as áreas envolvidas no projeto organizaram os processos e os recursos para equipamentos foram utilizados quase que integralmente, faltando apenas os materiais de consumo. Os demais recursos para o início das obras previstas no projeto serão disponibilizados em 2013.

Projeto 9: O projeto ainda não foi inicializado.

Acordos de Parceria firmados pela Diretoria de Programa

Acordo de Parceria entre o Inmetro e o INCA

Processo Inmetro: 58287/11

Este Acordo de Parceria tem por objeto estabelecer a Cooperação Técnico–Científica entre o **INMETRO**, o **INCA** e a **FUNDAÇÃO DO CÂNCER** incluindo o intercâmbio de informações, treinamento específico referente a projetos a serem conduzidos em parceria, formação de pessoal especializado, desenvolvimento de projetos em parceria no campo da ciência, tecnologia e inovação, com ênfase nas áreas de avaliação de fármacos, desenvolvimento de materiais de referência de fármacos de interesse oncológico, avaliação de qualidade de métodos de diagnósticos moleculares, entre outros.

Convênio entre o Inmetro e a Faperj

Processo Inmetro: 28863/2010

O objetivo é estimular e apoiar o desenvolvimento da Metrologia, Avaliação de Conformidade, Acreditação, Pesquisas em áreas estratégicas, a consolidação de equipes mediante a concessão de bolsas de apoio técnico, de pós-graduação e de pós-doutoramento, bem como a participação de pesquisadores de instituições localizadas no RJ em projetos de pesquisa definidos como prioritários pelo **Inmetro**.

Diretoria de Metrologia Científica

O Provimento de rastreabilidade no País é uma ação cujos resultados estão materializados na disponibilização de serviços de calibração, ensaios, materiais de referência certificados e programas de ensaios de proficiência.

Estes serviços visam à confiabilidade das medições, particularmente na indústria, resultando assim no aumento da qualidade e competitividade do produto nacional. Entretanto, para atender as demandas da sociedade por novos serviços metrológicos, faz-se necessário pesquisar, desenvolver e inovar com novos materiais, novos padrões e investimentos que mantenham a infraestrutura atual. Dentre estas principais atividades destacam-se:

- Desenvolvimento de projetos e pesquisas com o intuito de elevar os níveis de exatidão e incerteza das medições e apoio à disseminação da cultura metrológica;
- Provimento de rastreabilidade ao País, por meio da prestação de serviços de Calibração, Ensaios, Ensaios de Proficiência, produção de Materiais de Referência Certificados e de comparações internacionais; e
- Aparelhamento dos laboratórios de metrologia científica e industrial.

Principais Projetos e Pesquisas da Diretoria de Metrologia Científica finalizados

Código do Convênio: 01.07.0561.00 / BIOMRC

Descrição: Biocombustíveis: Materiais de Referência Certificados e Marcadores Naturais e Artificiais para Avaliação da Conformidade – BioMRC.

Finalidade: Desenvolver e elaborar Materiais de Referência Certificados - MRC para bioetanol e biodiesel, além de desenvolver técnicas que possibilitem a certificação de sua origem.

Órgão Financiador: Finep. **Vigência:** 11.12.2007 a 10.12.2011

Código do Convênio: 01.05.0621.00 / Dquim II

Descrição: Ampliação das Atividades da Divisão de Metrologia Química. **Finalidade:** Dar continuidade à ampliação das atividades dos laboratórios de metrologia Química no Inmetro, visando a implementação de um moderno e abrangente laboratório primário de metrologia química, complementando e expandindo substancialmente as atuais instalações, com o objetivo de desenvolver materiais e procedimentos de referência, representar o país em fóruns nacionais e internacionais, organizar ensaios de proficiência e difundir a cultura metrológica.

Órgão Financiador: Finep. **Vigência:** 01.11.2005 a 01.11.2012

Código do Convênio: 01.08.0349.00 / Procap SIM

Descrição: Programa de Capacitação em Metrologia Legal no Sistema Interamericano de Metrologia (SIM). **Finalidade:** Construir um programa de capacitação profissional em metrologia legal no âmbito do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM).

Órgão Financiador: Finep. **Vigência:** 01.09.2008 a 01.11.2012.

Código do Convênio: 01.06.1076.00 / Telecom

Descrição: Implementação do Laboratório de Metrologia em Telecomunicações. Finalidade: Implantar infraestrutura laboratorial para fornecer suporte à indústria de telecomunicações brasileira no desenvolvimento de sistemas e aos órgãos reguladores na avaliação de conformidade de equipamentos. **Órgão Financiador:** Finep. Vigência: 20.12.2006 a 20.12.2012.

Código do Convênio: 01.07.0132.00 / Titan

Descrição: Implantação do Laboratório de Microscopia de Transmissão de Alta Resolução do Centro de Nanometrologia do Inmetro. Finalidade: Implantar infraestrutura laboratorial para fornecer suporte à indústria de telecomunicações brasileira no desenvolvimento de sistemas e aos órgãos reguladores na avaliação de conformidade de equipamentos. **Órgão Financiador:** Finep. Vigência: 09.05.2007 a 09.05.2012

Código do Convênio: 01.06.1078.00 / Vazão

Descrição: Implantação do Laboratório de Velocidade de Fluídos. Finalidade: Como complemento ao Projeto Petrobras 04, visa implantar infraestrutura laboratorial para prover rastreabilidade na medição de velocidade de escoamento de fluidos. **Órgão Financiador:** Finep. Vigência: 22.12.2006 a 22.06.2012

Avaliação Crítica dos Projetos Concluídos da Diretoria de Metrologia Científica

Código do Convênio: 01.07.0561.00 / BioMRC

Avaliação: O Projeto “Biocombustíveis: Materiais de Referência Certificados e Marcadores Naturais e Artificiais para Avaliação da Conformidade – BioMRC” foi um projeto transversal na Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – DIMCI, abrangendo quatro Divisões de Metrologia: Metrologia Química, Metrologia Térmica, Metrologia Mecânica, Metrologia de Materiais e a Diretoria de Programas – DIPRO através da área de Biotecnologia. O Projeto BioMRC buscou estabelecer uma ampla cobertura na determinação das propriedades químicas e físico-químicas e termofísicas dos biocombustíveis com foco em bioetanol e biodiesel. Este último buscando a maior diversidade possível de matérias primas desde aquelas tradicionais como as fontes nativas principalmente da região norte do Brasil.

Os principais resultados obtidos no Projeto com impactos para o Inmetro e para a sociedade que podemos ressaltar são:

- a) Ampliação da infraestrutura do Inmetro com equipamentos modernos possibilitando ampliar as áreas de Pesquisa e Desenvolvimento com foco em Metrologia. Como exemplo a consolidação do LAMOC – Laboratório de Motores e Combustíveis da Divisão Química, aparelhado para as análises completas de biocombustíveis;
- b) Publicação de um grande número de trabalhos científicos em revistas internacionais indexadas;
- c) Participação em Congressos, Seminários e Simpósios nacionais e internacionais com apresentação de trabalhos técnicos possibilitando uma maior integração dos pesquisadores envolvidos no projeto BioMRC com a comunidade científica e o setor industrial;
- d) Produção de Materiais de Referência Certificados - MRC para bioetanol e biodiesel, os únicos disponíveis internacionalmente, provendo rastreabilidade aos ensaios de biocombustíveis para os laboratórios que realizam estes ensaios através de calibrações dos equipamentos e validação de métodos;
- e) Participação no Projeto BIOREMA, projeto da Comunidade Européia envolvendo 5 (cinco) Institutos de Metrologia: VSL – Holanda, NPL – Inglaterra, IRMM – Bélgica, LGC – Inglaterra, NIST Estados Unidos e INMETRO. O objetivo foi a produção de materiais de referência certificados para serem usados numa intercomparação internacional com 30 (trinta) laboratórios. Incluídos nestes estavam 04 (quatro) laboratórios do Brasil. Os resultados deste projeto encontram-se disponíveis no site do Inmetro.

- f) Foram realizados acordos de cooperação com Universidades brasileiras na área de biocombustíveis;
- g) Foram estabelecidos Acordos de Cooperação internacional na área de biocombustíveis com Institutos de Metrologia: NIST – EUA, LNE – França, Acordo Tripartite entre LNE-França, PTB-Alemanha e Inmetro, Acordos estes com o objetivo de aprofundar o estudo das propriedades físico-químicas e termo-físicas dos biocombustíveis e desenvolvimento de metodologias;
- h) Desenvolvimento de novas técnicas analíticas para caracterização dos biocombustíveis.

Justificativa do Status: Projeto concluído em 10 de dezembro de 2011 (relatório entregue em 10 de maio de 2012)

Código do Convênio: 01.05.0621.00 / Dquim II

Avaliação: O projeto teve como objetivo dar continuidade à ampliação das atividades dos laboratórios de Metrologia em Química no Inmetro, visando à implantação de um moderno e abrangente laboratório primário de metrologia química, complementando e expandindo substancialmente as atuais instalações, com a finalidade de desenvolver materiais e procedimentos de referência, representar o país em fóruns nacionais e internacionais, organizar ensaios de proficiência e difundir a cultura metrológica.

Além de prover referências metrológicas confiáveis e reconhecidas, a existência de um Instituto Nacional de Metrologia fortemente consolidado é fundamental para coordenar as atividades metrológicas no País, representá-lo frente à comunidade metrológica internacional e defender os interesses nacionais. Assim, este projeto visou contribuir definitivamente para o crescimento de nossa competência em metrologia química.

Os resultados para o País são relevantes, tais como, garantia da qualidade e comparabilidade de resultados de medições química, aceitação internacional, rastreabilidade, produção de MRC nacionais, etc. Aliado a isso, somos o mais avançado instituto na América do Sul e Central, estamos próximos de passar o CENAM (México) na área de Metrologia Química.

Justificativa do Status: Projeto concluído em 01 de novembro de 2012.

Código do Convênio: 01.08.0349.00 / Procap SIM

Avaliação: O projeto evoluiu de forma bastante satisfatória ocorrendo estritamente conforme o que havia sido planejado. Como ponto forte para a conclusão de ambas as metas físicas pode-se considerar a forte interação entre a equipe executora e os institutos que participaram das capacitações realizadas, o que permitiu que pequenos ajustes fossem realizados, o que prontamente atendeu às demandas do público alvo. Os eventos de capacitação ocorreram em datas próximas à organização de eventos internacionais, o que permitiu um melhor aproveitamento das oportunidades surgidas.

O Inmetro pôde prestar assistência técnica aos países participantes, não apenas no que diz respeito ao conhecimento especializado, mas também à disseminação de técnicas de medição mais eficientes para introdução em países parceiros. Como impactos obtidos já se tem uma maior participação desses países em fóruns e eventos internacionais, uma maior representatividade em comitês técnicos do SIM, bem como uma ampliação de acordos de cooperação técnica e a elaboração de artigos técnicos para disseminação e harmonização de conhecimentos na área da metrologia.

A plena execução do projeto com resultados amplamente satisfatórios indica que resultados semelhantes poderiam advir se algumas dificuldades administrativas não tivessem sido observadas, e a conclusão de todas as atividades previstas tivesse ocorrido. Há vasto campo para que sejam vislumbradas diferentes áreas que sejam objeto de capacitações semelhantes e há também uma intensa demanda nesta direção, o que indica que projetos como esse apresentam um caráter extremamente estratégico para as instituições participantes, consolidando o país como um parceiro importante na cooperação internacional.

Justificativa do Status: Projeto concluído em 27 de dezembro de 2012.

Convênio nº: 01.06.1076.00 / Telecom

Avaliação: o projeto concluído em 20 de dezembro de 2012, porém foi solicitado à Finep prorrogação para envio do relatório de atividades final. O mesmo só será entregue, com os impactos e resultados do projeto, em 20 de junho de 2013.

Código do Convênio: 01.07.0132.00 / Titan

Avaliação: Este projeto visou a instalação, no Brasil, do primeiro Microscópio Eletrônico de Transmissão de Alta Resolução, o TITAN, com fonte de elétrons por efeito de campo, imagem corrigida, monocromador para análise em energia menor do que 0,5 eV e Tomografia. Do mesmo modo, para garantir um eficiente fornecimento de amostra de alta qualidade, também foi instalado um microscópio de feixe duplo (elétrons e ions de gálio) de alta resolução, o HELIOS Nanolab 650. Esse microscópio equipado com nanomanipulador prepara amostras para a microscopia eletrônica de transmissão para análises de alta resolução com nível de dano reduzido, uma vez que possui feixe eletrônico e feixe de ions de gálio de ultima geração trabalhando a energias reduzidas e polimento final da amostra com feixe de gálio a 500 V.

Juntamente com outros equipamentos de alta tecnologia, o Inmetro constituiu o mais avançado Centro de Nanometrologia da América do Sul. A necessidade destes microscópios se justificou pela dificuldade encontrada pelas diversas áreas de pesquisa, especialmente na metrologia de escala nanométrica, em acompanhar o rápido desenvolvimento observado em nanociência e nanotecnologia, e consequentemente em atender as demandas inerentes a este processo.

Atualmente, todos os equipamentos adquiridos para este projeto encontram-se instalados e operacionais. Sendo que todos já foram utilizados com sucesso para realizar medidas de caracterização metrológica em diversos materiais e os resultados derivantes destas medidas foram objeto de apresentações em congressos nacionais e internacionais e de publicações em revistas internacionais de alto fator de impacto e, sobretudo participação em interlaboratoriais nacionais e internacionais.

Justificativa do Status: Projeto concluído em 09 de maio de 2012.

Convênio nº: 01.06.1078.00 / Vazão

O Projeto “Implantação do Laboratório de Velocidade de Fluidos” foi um projeto estratégico para o país e de alta relevância para o programa de metrologia nacional. Com a infraestrutura que foi implantada no Inmetro, podem-se destacar os seguintes impactos: “Túnel de Vento Aerodinâmico”, “Túnel de Vento Atmosférico (ou Estratificado)”, “Tanque sem transbordamento com Líquido Estagnante para Estudos de Escoamentos Bifásicos Líquido-Gas”, “Tanque de Líquido Estagnante com transbordamento para Estudos de Escoamentos Líquido-Líquido” e “Canal de Circulação de Água”, compõem uma infraestrutura que possibilita estudar problemas relacionados a questões de impacto ambiental (ex. dispersão de poluentes provenientes de chaminés, focos de queimadas, bem como em canais abertos (lançamento de efluentes em rios, mares e oceanos) ou vazamentos decorrentes de atividades da indústria petrolífera, além de outras fontes de poluição ambiental causados pela ação da população ou indústrias que usam recursos hídricos em seus processos e os lançam diretamente na fonte, com ou sem tratamento prévio.

A infraestrutura que foi implantada proporcionou estreitar ainda mais a aproximação e a parceria entre o Inmetro e a Universidade, com intercâmbio de conhecimento e de recursos humanos como um ponto de partida para a ampliação da cultura metrológica no país. Além disso, o Inmetro passa a contar com instalações e pesquisadores com diferenciado perfil de qualificação na área específica, que permitiram também, suscitar o interesse de Universidades e Institutos de Pesquisas de outros países para iniciar discussões com vistas ao estabelecimento de convênios e parcerias profissionais em temas de interesse no Inmetro, na área de dinâmica de fluidos.

Justificativa do Status: Projeto concluído em 22 de junho de 2012.

Principais resultados da Diretoria de Metrologia Científica

Calibração e Ensaio

O total de calibrações realizadas em 2012 foi de 2.567 e compreende solicitações internas e externas. As calibrações internas correspondem aos serviços destinados aos laboratórios do Inmetro e as externas são àquelas executadas para a RBC, a RBLE, indústrias, universidades e centros de pesquisas. O total de ensaios realizados em 2012 foi de 268.

Ensaio de Proficiência

A atividade de ensaio de proficiência, ferramenta para avaliar o desempenho de laboratórios de acordo com critérios preestabelecidos por meio de comparações Interlaboratoriais, está contida na seção 5.9 **Garantia da qualidade de resultados de ensaio e calibração**, da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. A norma estabelece a participação em programas de comparações interlaboratoriais ou de ensaios de proficiência como uma das ferramentas para monitorar a validade dos ensaios e calibrações realizados pelos laboratórios.

Atualmente, o Inmetro realiza Comparações Interlaboratoriais periódicas para os laboratórios do País por meio de 15 Programas de Ensaio de Proficiência.

(Ver link em <http://www.inmetro.gov.br/metcientifica/ensaioProficiencia.asp>).

Em 2012, destacamos a conclusão de seis ensaios de proficiência e uma comparação interlaboratorial: Ensaio de Proficiência em Sucos – rodada 1; Ensaio de Proficiência de Aquecedores de Água a Gás – rodada 1; Ensaio de Proficiência do ARLA 32 – rodada 1; Ensaio de Proficiência de Emissões de Automóveis – rodada 4; Ensaio de Proficiência em Determinação da Capacidade de Vidrarias – rodada 1; Ensaio de Proficiência para Análise de Composição de Mistura de Gases – rodada 5; e Comparação interlaboratorial de termômetro de líquido em vidro.

Esta comparação e os ensaios de proficiência envolveram 105 laboratórios nacionais e estrangeiros. Encontram-se em andamento seis rodadas de ensaios de proficiência e uma comparação interlaboratorial: Ensaio de Proficiência de Fotometria – rodada 1 – Medição de Fluxo luminoso em Lâmpada de Vapor de Sódio de Alta Pressão; Ensaio de Proficiência de Fogões e Fornos a Gás – rodada 1; Ensaio de Proficiência em Ultrassom – rodada 1 - Medição de Espessura por Ultrassom; Ensaio de Proficiência em Temperatura e Umidade – rodada 4 -Pirômetro; Ensaio de Proficiência de Emissões de Motociclos - rodada 1; Ensaio de Proficiência de Medição de pH – rodada 4 e Comparação Interlaboratorial para Análise de Tensões Residuais.

Materiais de Referência Certificados

O serviço de certificação de Material de Referência, disponibilizado pelo Inmetro à sociedade, contribui decisivamente para o aumento da confiança das medições, com objetivo de prover rastreabilidade aos laboratórios com MRC usados para calibrar instrumentos, atribuir valor às propriedades físicas/químicas de materiais, validar métodos de medição e garantir a qualidade de processos, fundamentais para assegurar a confiabilidade metrológica.

Maiores informações poderão ser encontradas no site do Inmetro, no link: <http://www.inmetro.gov.br/metcientifica/mrc.asp>

Na tabela abaixo podemos acompanhar, resumidamente, os tipos de MRCs produzidos e sua aplicação:

MRCs disponibilizados e suas aplicações:

Aplicação	Item	Descrição do Item
Calibração de peagômetro	8853	Solução Tampão de pH 10,0
	8832	Solução Tampão de pH 4,0
	8847	Solução Tampão de pH 1,7
	8855	Solução Tampão de pH 6,9
	8856	Solução Tampão de pH 9,2
Calibração de condutivímetro	8485	Solução de Condutividade Eletrolítica 100 μ S/cm
	8844	Solução de Condutividade Eletrolítica 1400 μ S/cm
	8436	Solução de Condutividade Eletrolítica 25 μ S/cm
	8435	Solução de Condutividade Eletrolítica 5 μ S/cm
	8846	Solução de Condutividade Eletrolítica 50 μ S/cm
	8840	Solução de Condutividade Eletrolítica 500 μ S/cm
	8845	Solução de Condutividade Eletrolítica 5000 μ S/cm
Análise química	8103	Solução de Calibração de Cobre
	8364	Solução Multielementar de Ânions em Água Mineral
	8356	Solução Multielementar de Metais em Água Mineral
	8487	Solução Multielementar de Metais em Água Sintética
Perdas magnéticas em aço	8643	Lâminas Epstein para perdas magnéticas
Calibração de bafômetro	8848	Etanol em Água – Concentração 0,05090 g etanol/100 g solução
	8849	Etanol em Água – Concentração 0,0814 g etanol/100 g solução
	8850	Etanol em Água – Concentração 0,1069 g etanol/100 g solução
	8851	Etanol em Água – Concentração 0,4000 g etanol/100 g solução
	8852	Etanol em Água – Concentração 0,5000 g etanol/100 g solução
Mistura gasosa	8936	Mistura de Metano em Ar Sintético
	8633	Monóxido de Carbono em Nitrogênio - Faixa 2% a 5 ppm
Combustível	8857	Álcool Etílico Anidro Combustível-Massa Específica e Teor Alcoólico
	8648	Álcool Etílico Hidratado Combustível - Acidez, pH, Sulfato, C. Eletrolítica, M. Específica, Teor de Água e Etanol e Sódio
	8858	Álcool Etílico Hidratado Combustível - M. Específica e Teor Alcoólico
	8132	Álcool Etílico Hidratado Combustível - Teor de Água 0,601%
	8313	Etanol Combustível - acidez total, c. eletrolítica, m. específica e pH
	8315	Etanol Combustível (ferro, cobre e sódio)
	8314	Etanol Combustível (sulfato, cloreto, ferro, sódio, teor água e etanol)
Meio ambiente	8298	BTEX - Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos (orto-, meta-, para)
	8363	HPA em Tolueno
Bebida	8646	Cachaça - Contaminantes Inorgânicos em (As, Cr, Cu e Pb)
	8653	Cachaça - Contaminantes Orgânicos (metanol, butanol, 2-butanol)
Calibração de viscosímetro	8308	Viscosidade 13 mm ² /s
	8311	Viscosidade 67 mm ² /s
Titulação	8134	Solução de Ácido Clorídrico 0,01 mol/kg
	8483	Solução de Ácido Clorídrico 0,1 mol/kg
	8133	Solução de Ácido Clorídrico 1 mol/kg
Fármaco	8637	Captopril
	8937	Diclofenaco Sódico
	8365	Metronidazol

Aparelhamento dos Laboratórios de Metrologia Científica e Industrial

Equipamentos e acessórios adquiridos em 2012

No ano de 2012 a dificuldade para aquisições com recursos de Fomento deveu-se em parte ao arcabouço jurídico alfandegário brasileiro, mas também às limitações de infraestrutura no Inmetro. No entanto, por meio de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tanto com recursos captados em Fomento quanto com recursos Inmetro, foram adquiridos equipamentos conforme descritos nas tabelas abaixo:

Principais aquisições por meio de recursos de Governo

Área	Descrição
DIAVI	Vibrômetro
	Sistema de Calibração de Impedanciometro e Verificação de Prótese Auditiva
	Sistema de Posicionamento
	Potenciostato-galvanostato
DIELE	Divisores de tensão resistivos
	Conjunto de conversores térmicos de multijunções planares
	Sistema automatizado para medição de resistores padrão em DC
	Banho de ar e resistores
	Analizador de sinais (medidor e sensor de potência)
	Medidor de campo elétrico e acessório
	Conjunto para sintonia da frequência do sistema de padronização primária de tensão DC
DIMAT	Filamentos para os microscópios eletrônicos Magellan e Titan
	Simulador de desgaste de prótese de joelho e quadril
	Microscópio óptico
	Balança analítica
DIMEC	Conjunto de massas classe "S 2" de 100 kg em aço
	Fluidos para utilização na pesagem hidrostática
	Sistema de controle da máquina de padronização de força 1mn
	Sistema para ensaios mecânicos de polímeros
	Microscópio trinocular e câmera digital colorida
DIOPT	Lasers de He-ne.
	Sistema batimento de frequência e eletrônica de travamento
	Acessórios opto-mecânicos para o pente de frequência
DITEL	Conjunto medidor de ruído de fase e desvio de ALLN (acessórios) e conjunto de distribuição de sinal RF e digital (1 pps) de baixo ruído.
DITER	Banho termostático na faixa de temperatura de -80°C a 110°C
	Fornos na faixa de 0°C a 1200°C
	Super termômetro
	Forno para recozimento de termômetros de resistência de platina
DQUIM	Ressonância Magnética Nuclear (RMN)
	Equipamentos para complementação da Bancada Dinamométrica
	Acessório Analisador Elementar Flash HT Plus para cromatógrafo gasoso com espectrômetro de massa por razão isotópica (IRMS)
	Espectrometro de absorção atômica de alta resolução e fonte contínua.
	Micro-ondas para digestão de amostras.
SENGI	Torno Mecânico

Principais aquisições por meio de recursos de Fomento

Área	Descrição
DINAM	Medidores de vazão
DITEL	Refletômetro óptico no domínio do tempo (OTDR)
	Medidor de potência óptica para região do infravermelho
	Kit CR Wifi terminais com 03 terminais transmissores / receptores de rádio cognitivos
	Lasers sintonizáveis, componentes ópticos e componentes mecânicos
	Analisador de protocolos sistema drive test
	Contador de frequência/intervalo de tempo com montagem para rack e gerador de sinais
	Gerador de atraso de frequência e fase de alta resolução
DQUIM	Capelas de fluxo laminar
	Digestor de alta pressão e temperatura - HPA-S

Curso de Formação de Profissionais de Nível Médio em Metrologia – CECO

Objetivos do Curso Técnico em Metrologia:

I - Desenvolver um modelo de formação e capacitação de recursos humanos para a geração de profissionais que possam atuar nas áreas de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, de acordo com as tendências tecnológicas atuais e em consonância com a demanda dos setores produtivos;

II - Promover a capacitação de recursos humanos direcionados para o aprimoramento da produção industrial básica, em programas curriculares e extracurriculares;

III - Promover a formação de uma personalidade comprometida com a qualidade de vida.

O histórico de desempenho do Curso Técnico em Metrologia é apresentado na tabela abaixo:

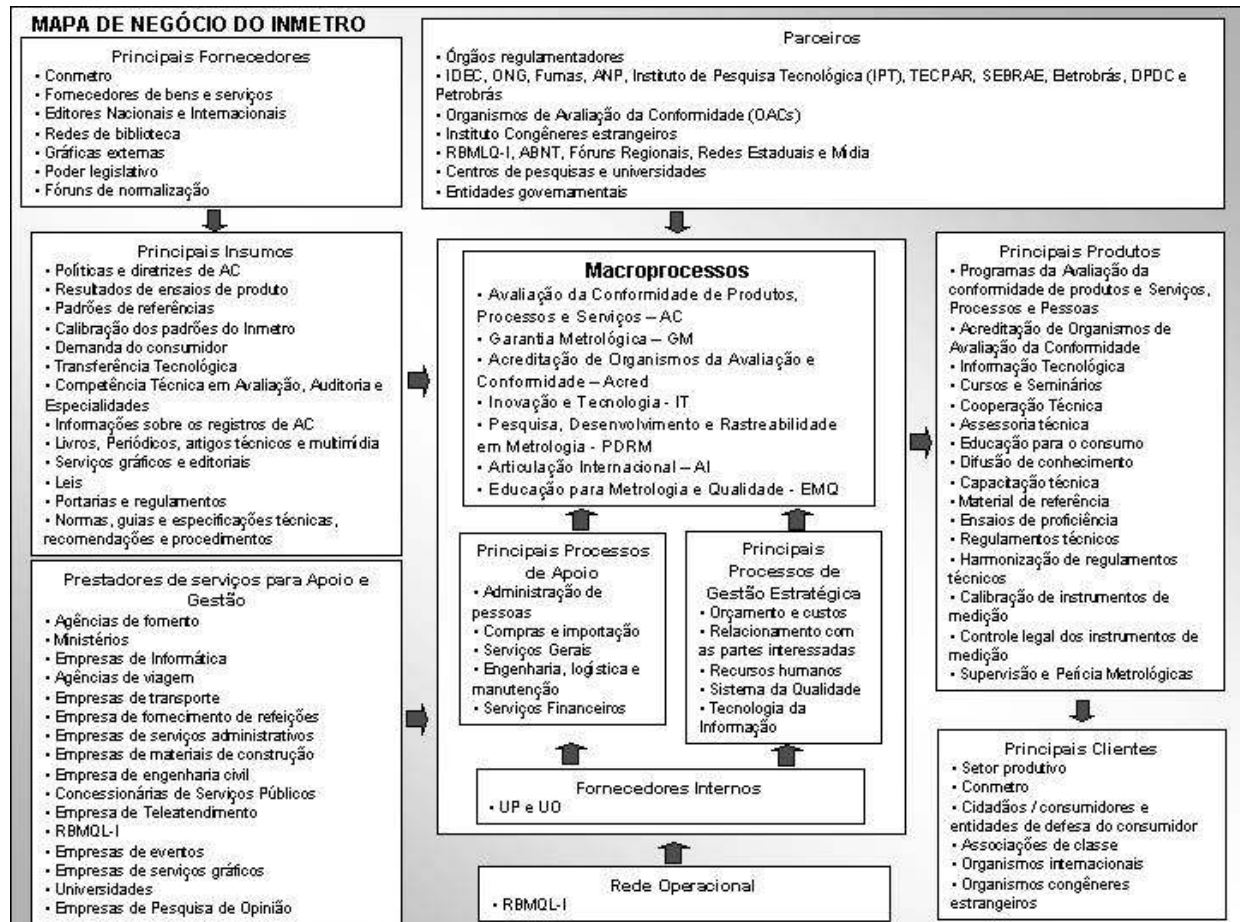
Histórico de Desempenho do Curso Técnico em Metrologia

Informações	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Candidatos ao curso	214	0	432	302	331	421	362	511	542	562
Candidatos aprovados	20	0	25	25	22	26	22	22	25	27
Vagas disponíveis	25	25	25	25	25	26	25	25	30	27
Alunos formados	23	22	23	18	0	19	21	14	23	14
Índice de preenchimento de vagas (%)	0,0	100	100	100	88	100	88	88	83	100
Relação Cand/vaga	8,6	0	17,3	12,1	13,2	16,2	16,4	20,4	21,68	20,81

Em 2004, devido a um entrave administrativo no Convênio Inmetro/Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, não foi possível a realização do concurso para a turma de 2004.

1.5 Principais Parceiros

A partir do Planejamento Estratégico, elaboramos o nosso Mapa de Negócio que contempla o conjunto dos principais **Parceiros**.



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações

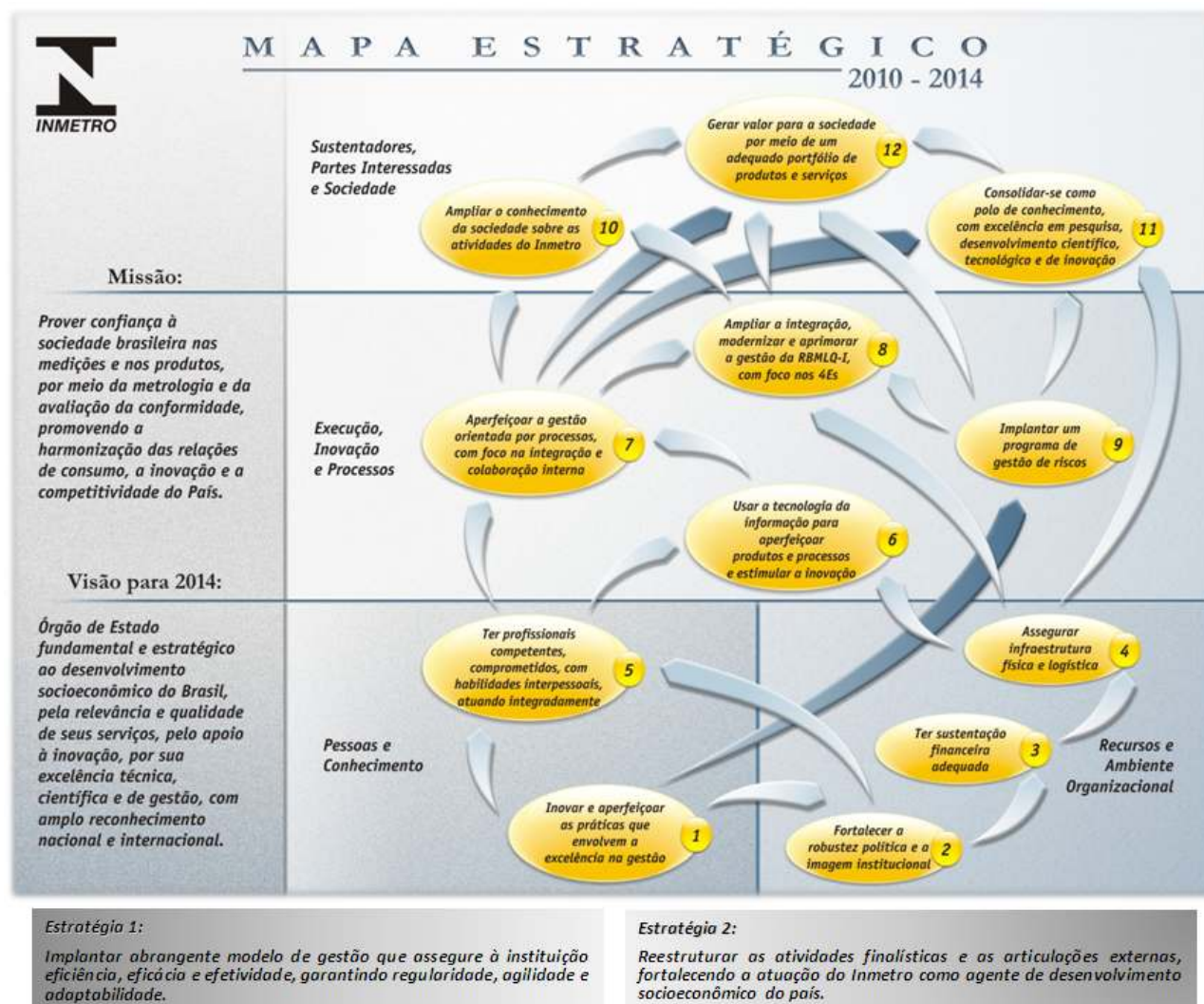
Planejamento - Objetivos Estratégicos

O planejamento estratégico é um instrumento fundamental do modelo de gestão do Inmetro. Utilizado para consecução de sua Missão e para o desdobramento de todas as ações assumidas com o Governo Federal e com as demais partes interessadas.

O Planejamento Estratégico Institucional - PEI (2010-2014), associado à metodologia do *Balanced Scorecard* - BSC, constitui-se em um plano de ação para o alcance dos objetivos e das metas às quais o Inmetro se propõe. O alcance dos objetivos é monitorado por meio de um conjunto de indicadores de resultado e de esforço bem como pelo gerenciamento de projetos corporativos.

Este Plano, produto do planejamento estratégico, foi elaborado de forma articulada com as ações do Inmetro estabelecidas no Contrato de Gestão e em consonância com o PPA.

O Mapa Estratégico é composto de 12 Objetivos Estratégicos, detalhados abaixo, e suas relações de causa/efeito estão demonstradas na figura a seguir:



Objetivo 1: Inovar e aperfeiçoar as práticas que envolvem a excelência na gestão

Criado em 1998, o PQGF constitui um modelo de excelência em gestão pública, alinhado com o "estado da arte" da gestão contemporânea. O Inmetro vem, nos últimos anos, disputando-o com sucesso, tendo sido inclusive agraciado com a faixa ouro, no ciclo de 2010.

Embora os critérios do Prêmio venham servindo de norte para a construção do atual modelo de gestão do Inmetro, é necessário transcendê-los. Uma organização complexa e diversificada como o Inmetro deve, portanto, criar um modelo de gestão que sirva de forma mais apropriada às suas necessidades específicas, mas que também possa servir como referência para o serviço público brasileiro.

Objetivo 2: Fortalecer a robustez política e a imagem institucional

O Inmetro deve obter apoio político dos seus sustentadores – autoridades governamentais, entidades de classe, representantes do Poder legislativo, etc - para a implementação de sua estratégia, para garantir participação ativa na formulação de grandes políticas nacionais, e para não ficar vulnerável a ingerências políticas que o desvinculem de seus objetivos institucionais e das boas práticas gerenciais.

Objetivo 3: Ter sustentação financeira adequada

É fundamental que o Inmetro obtenha recursos financeiros sejam eles próprios, da União e/ou de fomento, que permitam que a instituição cumpra com suas atribuições legais, definidas em sua missão possa enfrentar os eventuais desafios advindos de suas novas áreas de atuação.

Objetivo 4: Assegurar infraestrutura física e logística

Para que não tenham seu desempenho operacional limitado ou mesmo comprometido, o Inmetro e a Rede Brasileira De Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ, devem dispor de infraestrutura física e de logística adequadas. Estão contempladas neste objetivo suas estruturas prediais, laboratoriais, de tecnologia da informação, de comunicações e de transportes, envolvendo questões relacionadas à acessibilidade, à segurança, à saúde e ao meio-ambiente.

Objetivo 5: Ter profissionais competentes, comprometidos, com habilidades interpessoais, atuando integradamente

O Inmetro adotou como conceito capacitação para seus servidores, como sendo a mobilização de conhecimentos (saber), de habilidades (fazer) e de atitudes (querer) necessários ao desempenho de atividades ou funções, segundo padrões da qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho.

Quando um servidor está apto a desempenhar corretamente uma atividade, ele é visto como tendo alcançado uma determinada capacitação. O comprometimento, por sua vez, está associado ao envolvimento do profissional com a missão e com os valores do Inmetro. Por fim, as habilidades interpessoais dizem respeito a atributos pessoais, tais como autoconfiança, diplomacia, capacidade de observação, versatilidade, tenacidade, ‘mente aberta’, entre outros.

No entanto, também é necessário que os profissionais do Inmetro trabalhem integradamente, com uma visão sistêmica, não restringindo seu horizonte às suas atribuições específicas ou àquelas da área onde atua.

Objetivo 6: Usar a tecnologia da informação para aperfeiçoar produtos e processos e estimular a inovação

No Inmetro, as soluções tecnológicas devem ser desenvolvidas e/ou utilizadas para tornar os processos mais ágeis, transparentes e seguros e também para aperfeiçoar os meios de comunicação, internamente e com a sociedade.

Objetivo 7: Aperfeiçoar a gestão orientada por processos, com foco na integração e colaboração interna

A gestão de processos pode ser definida como uma forma estruturada de explicitar (mapear), monitorar, controlar, analisar e melhorar os processos organizacionais de forma contínua, sempre com base nos requisitos dos seus clientes internos e externos (cidadãos-usuários, consumidores e outras partes interessadas) e nos resultados esperados. É fundamental que no Inmetro haja uma visão holística dos processos priorizando os resultados, sem os possíveis entraves inerentes à organização por áreas funcionais.

Objetivo 8: Ampliar a integração, modernizar e aprimorar a gestão da RBMLQ-I, com foco nos 4Es

Os 4Es são a eficiência, a eficácia, a efetividade e a excelência. Estes são objetivos gerais de quaisquer atividades de gestão. O ato de gerir, por sua vez, pode ser dividido em quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar. Aprimorar a gestão implica aprimorar o desempenho dessas funções. Na função de direção, em particular, faz-se necessário buscar um

maior engajamento das pessoas que compõem a RBMLQ-I, de modo a alcançar um estágio superior de integração dos órgãos conveniados e assegurar a padronização administrativa e operacional de suas atividades.

Objetivo 9: Implantar um programa de gestão de riscos

Faz-se necessário prevenir determinados riscos inerentes às atividades do Inmetro, dentre eles, os riscos associados à conformidade legal e regulatória, à segurança da informação, ao meio-ambiente, à saúde e segurança das pessoas, à eficiência das suas operações e à qualidade de seus produtos. No entanto, merecem destaque os riscos associados aos desvios de conduta, que podem redundar em práticas inadequadas e ilegais, comprometendo seriamente a imagem e a reputação da instituição.

Objetivo 10: Ampliar o conhecimento da sociedade sobre as atividades do Inmetro

É fundamental que a sociedade conheça as atividades do Inmetro e os benefícios decorrentes delas. Estas atividades nem sempre são bem compreendidas pela população e mesmo pelos integrantes da administração pública. O esforço de divulgação deve abranger também os agentes políticos, o setor produtivo e as comunidades científicas e tecnológicas.

Objetivo 11: Consolidar-se como polo de conhecimento, com excelência em pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação

O Inmetro deve ampliar seu reconhecimento no cenário internacional, dentro das suas áreas de atuação, e participar no desenvolvimento de novas tecnologias que tenham impacto positivo na produção nacional.

Objetivo 12: Gerar valor para a sociedade por meio de um adequado portfólio de produtos e serviços

O Inmetro, como qualquer organização pública, existe para servir à sociedade. No entanto, para a consecução desse objetivo, é preciso identificar as necessidades dessa sociedade e, em função disso, adequar suas áreas de atuação com vistas a gerar o máximo valor público.

2.2 Estratégias de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos

No âmbito orçamentário, anualmente, a partir do Plano Estratégico, é montado o orçamento global que visa dimensionar e alocar recursos financeiros para a realização das ações. Como decorrência da negociação de metas do CG, ou de possíveis contingenciamentos orçamentários governamentais, a Alta Administração revê a proposta orçamentária e realiza ajustes no orçamento.

No âmbito da execução física, o Sistema de Gerenciamento de Resultados utilizando a Metodologia A3 institui o monitoramento dos principais projetos e planos de ação do Inmetro no Plano Brasil Maior, bem como o acompanhamento dos objetivos e indicadores do Contrato de Gestão.

Como consequência da implantação do Sistema de Gerenciamento de Resultados (A3), algumas ações puderam ser melhor equacionadas. Entre elas podem ser citadas:

- A realização do 1º Ciclo A3 - Status / Condição com vistas a analisar os resultados dos Instrumentos de avaliação institucional (PPA, BSC, CG, BM e PQGF) nas UPs finalísticas;
- A realização 1º Ciclo Plano Brasil Maior com vistas a analisar o Mapa de Desdobramentos das iniciativas contidas no Plano, afetas ao Inmetro;
- A realização 2º Ciclo A3 com vistas a tratar especificamente do A3 Problema de todas as UPs;
- A realização 2º Ciclo Plano Brasil Maior com vistas a identificar os principais resultados a serem encaminhados à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;

- A identificação das contribuições a serem enviadas, pelo Inmetro, ao MDIC com vistas a elaboração da Mensagem Presidencial;
- A realização 3º Ciclo Plano Brasil Maior com vistas a identificar os principais resultados, a definição dos principais indicadores e referenciais comparativos, a serem encaminhados à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

A metodologia A3, como parte do Sistema de Gerenciamento de Resultados, facilitou a análise dos processos de trabalho e permitiu que as UPs identificassem seus principais problemas ao invés de apenas trabalhar para determinar soluções unilaterais baseadas na hierarquia. Por sua vez, o acompanhamento dos resultados via A3, permitiu a visualização das informações sintetizadas, de forma a comunicar a mensagem de maneira clara e eficiente e que, a alta administração do Inmetro avaliasse se os objetivos de melhoria contínua foram alcançados.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Principais realizações, sucessos e impactos positivos da gestão de 2012 e perspectivas para 2013:

Em 2012 e para 2013, as novas ações do Inmetro estão relacionadas com o Plano Brasil Maior, estruturadas em três eixos para atender à Política Industrial, de apoio técnico ao processo de inovação e de fortalecimento e modernização da indústria nacional e na busca contínua pela melhoria dos serviços ao cidadão.

1. Eixo Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão

Acordo de cooperação com a Receita Federal: Este convênio intensificou o intercâmbio de informações, com vistas a aprimorar as ações de fiscalização na importação e no mercado interno de produtos que não atendam aos requisitos de avaliação da conformidade. Foram priorizados 5 setores: brinquedos, capacetes para motociclistas, luvas cirúrgicas, pneus e barras e fios de aço. Entre as ações que marcaram a parceria firmada entre as partes, destaca-se a Operação Especial Brinquedo Perigoso resultando na apreensão de cerca de 7 toneladas de brinquedos irregulares.

Segurança nas estradas e vias urbanas: A implantação do controle metrológico legal dos tacógrafos conferiu maior segurança nas estradas, com redução dos acidentes de trânsito, atingindo até outubro de 2012 cerca de 1 milhão de verificações. Neste ano, foram fiscalizados 46.757 veículos nas rodovias, nas empresas de transportes, portos, Ceasa e nas escolas.

Cooperação técnica Brasil - Estados Unidos: Firmado acordo com o *Consumer Product Safety Commission* (CPSC) priorizando o interesse comum de imprimir elevado grau de segurança dos produtos de consumo nos mercados, com alinhamento dos requisitos de segurança similares (iniciando pelos berços infantis), sistemas de coleta de dados de acidentes de consumo, sinalização sobre áreas de riscos emergentes, entre outros. Em 2013, o Inmetro assumirá a Presidência do Conselho Internacional de Segurança de Produtos de Consumo. Assinado MoU entre o Inmetro e o Nist, como responsáveis por desenvolver material de referência para biocombustíveis de aviação. Foi organizada a *4th International Conference on Biofuels Standards; Current Issues, Future Trends*, no NIST com vários pesquisadores de todo o mundo, prevendo-se brevemente a harmonização das especificações para biocombustíveis de biomassa para a aviação.

Registro de Objetos: Foi ampliado o número de Programas de Avaliação da Conformidade contemplando a figura do Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do

poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. Até 09/11/12 foram concedidos 3.333 Registros de Objetos.

Implantação da regulamentação técnica metrológica sobre mototaxímetros: O Inmetro inovou ao estabelecer a regulamentação técnica metrológica de mototaxímetros para tarifação das corridas, visto que são poucos os países no mundo que utilizam este instrumento para um controle legal do Estado.

Bandejas McDonald's: Durante novembro/dezembro de 2012, as lâminas das bandejas do McDonald's trouxeram recomendações para deixar o dia a dia das crianças mais seguro. A expectativa da campanha é alcançar 1,7 milhão de consumidores por dia, informando sobre o selo da conformidade em brinquedos, berços, cadeiras de uso infantil, etc. Por meio dessa iniciativa, o Inmetro abre um canal inovador de educação no consumo, aproximando-se mais do consumidor do futuro.

Elaboração de requisitos para softwares embarcados em instrumentos de medição: A elaboração de requisitos para softwares tem por objetivo manter a integridade das medições realizadas pelos diversos instrumentos eletrônicos combatendo fraudes e erros de medição.

2. Eixo Infraestrutura Técnica para a Qualidade e Metrologia

Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular: Programa iniciado em 2009 com 5 marcas e 54 modelos. Em 2012, alcançou 34 marcas e pelo menos 450 modelos, correspondendo a cerca de 75% do mercado. Em termos de volume de vendas, atingindo cerca de 90% do mercado, pois apenas uma grande marca não aderiu. Seu sucesso estimulou servir de base para a concessão de incentivos do Governo de redução diferenciada do IPI do Novo Regime Automotivo (Inovar Auto).

Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações: Em 3 anos, o PBE Edifica contemplou 56 etiquetas para prédios públicos, comerciais e de serviços e 1.101 etiquetas para apartamentos, em 13 empreendimentos. Para receber a etiqueta, as edificações são avaliadas em três parâmetros de eficiência: envoltória, sistema de iluminação e sistema de condicionamento de ar. A intenção é avaliar o melhor aproveitamento das chamadas energias passivas: a iluminação e a ventilação naturais, além de incentivar o uso racional de água e de energia solar.

Selo para produtos da Amazônia: Em parceria com a Suframa, desenvolveu programa para certificar produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia. O primeiro foi para o pirarucu, lançado em julho de 2012. A certificação é voluntária e está abrangendo produtos fitoterápicos, fitofármacos, biocosméticos, jóias, embalagens sustentáveis, alimentos, entre outros.

Certificação por grupos de produtos: O Inmetro aumentou a eficácia das certificações passando a contemplar grupos de produtos e não mais itens isolados. Entre os programas, o de eletrodomésticos engloba 160 diferentes aparelhos, o de autopeças 12 itens e o da construção civil 4 itens.

Rádio digital: Em articulação com o Ministério das Comunicações, o Inmetro está subsidiando tecnicamente o Comitê Consultivo do Rádio Digital (CCRD) para apoio ao processo de escolha do padrão brasileiro de radiodifusão sonora digital e realizou 11 campanhas de medições, comparando sistemas de Rádio.

3. Eixo Apoio à Competitividade Sistêmica do Estado Brasileiro

Ponto eletrônico: Atendendo à demanda do Governo e de entidades representativas do setor empresarial, o Inmetro desenvolveu a regulamentação para os registradores eletrônicos de ponto,

que atende ao Programa de Certificação de Sistemas de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Compras públicas: Pelo convênio com o MEC e FNDE, o Inmetro continuou desenvolvendo o Programa Caminho da Escola. Em 2012 foram realizadas novas licitações com expectativas para mais 10.000 ônibus, destacando-se que o lançamento do “Ônibus Urbano Escolar Acessível”. Estão sendo contemplados 1.530 municípios, nas 27 unidades federadas, totalizando 2.609 veículos a serem adquiridos entre os anos de 2012 a 2014, sendo 800 em 2012.

Para as demais categorias de “Ônibus Rural Escolar” há previsão de adesão de cerca de 10.000 ônibus em 2013. Até setembro de 2012, o Inmetro e a RBMLQI inspecionaram 13.804 ônibus que foram entregues a vários municípios, prevendo-se atingir 16.000 ônibus inspecionados e entregues até final do ano.

A Autarquia está atuando também no controle da qualidade para aquisição e distribuição de unidades móveis de ensino contemplando Laboratórios Móveis Profissionalizantes e Consultórios Itinerantes Odontológicos e Oftalmológicos. Em 2012, ressalta-se: a inspeção na fabricação e aprovação dos protótipos dos conjuntos de componentes, a supervisão da fabricação dos conjuntos de componentes e a inspeção e aprovação final de cada conjunto de componentes. Foram supervisionados, inspecionados e aprovados 3 modelos de protótipos (1 laboratório profissionalizante e as alternativas de composição interna, 1 consultório oftalmológico e 1 consultório odontológico).

Programa de Avaliação da Conformidade para demandas da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016: Destaca-se o de cadeiras de estádios, em apoio ao Ministério dos Esportes, e o Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), em parceria com o Ministério do Turismo. Este último representa uma nova sistemática com 7 tipos de Meios de Hospedagem e identificação dos empreendimentos por estrelas do SBClass em 5 categorias, de acordo com a infraestrutura, a sustentabilidade e os serviços oferecidos.

Metrologia na área da Saúde: Para avaliar a eficiência de funcionamento e a duração no tempo, está analisando a conformidade de equipamentos usados na pesquisa biomédica e na prática médica, desde simples microscópios até sofisticados aparelhos de ressonância magnética. Em parceria com a Anvisa, vai avaliar procedimentos laboratoriais (análises clínicas), prevendo-se a possibilidade de criação de Material de Referência Certificado (MRC) para glicose, colesterol, hemoglobina glicosada e marcadores moleculares para câncer de mama, entre outros. Outros dois MRCs, de furosemida e diclofenaco potássico, estão envasados e serão finalizados em breve. Para ampliar a infraestrutura tecnológica e dar suporte à produção nacional de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), será construído um laboratório com cerca de 750 m².

Certificação de implantes mamários de silicone: O uso no exterior de silicone inapropriado aumentou o risco de o implante romper ou vazar e provocar graves problemas de saúde. Para atender demanda da Anvisa, o Inmetro, em tempo recorde, desenvolveu e estabeleceu os requisitos de avaliação da conformidade para implantes mamários e designou organismos de certificação. Atualmente, as próteses passam por testes em laboratórios brasileiros, para verificar a resistência e a composição do silicone usado, e por exames biológicos.

Desenvolvimento de regulamentação técnica metrológica sobre os medidores de vazão multifásicos para petróleo e gás natural a serem utilizados na exploração dos campos do Pré-Sal: Em conjunto com a ANP, com apoio da Petrobras, está desenvolvendo uma regulamentação técnica metrológica para os medidores multifásicos com vistas a dar credibilidade aos resultados das medições. Os medidores de vazão regulamentados devem propiciar uma divisão justa dos recursos advindos da exploração do petróleo nos campos do Pré-Sal, pois serão utilizados na medição de apropriação de petróleo, que é a referência para o cálculo da distribuição dos *royalties* entre Estados, Municípios e proprietários de terras onde estão localizados os poços.

Laboratórios Associados: O programa de implantação de Laboratórios Associados mobiliza esforços de uma ampla gama de organizações, em redes articuladas, envolvendo instituições públicas e privadas, de caráter científico e tecnológico, bem como agências de fomento, apoiando a inovação e o desenvolvimento das empresas brasileiras.

Programa de acreditação de organismos de verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa: Com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa foram criados esquemas de emissões, que devem possuir a robustez necessária para garantir a exatidão na quantificação de emissões. Os projetos devem ser verificados e/ou validados por um organismo acreditado, para atestar o atendimento dos requisitos especificados, como se vê em operação em diversos países, inclusive adotada no âmbito do Protocolo de Kyoto. Em 2013 será lançado o programa brasileiro.

Foro de importantes reuniões internacionais: Realizada pela primeira vez no Brasil, a 12^a IAF/ILAC 2012 *Joint Annual Meetings*, reuniu representantes de organismos de avaliação da conformidade de 62 países. Além do Inmetro, anfitrião do evento, ISO (Organização Internacional para Padronização), IEC (Comissão Eletrotécnica Internacional), ITU (União Internacional de Telecomunicações), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIPM (*Bureau International des Poids Et Measures*), OIML (Organização Internacional de Metrologia Legal), WADA (Agência Mundial de Anti-Doping) colaboraram para o sucesso das discussões. Destaca-se, também, o 1^o Encontro dos Pontos Focais OMC/TBT das Américas com os demais países do continente americano, onde 33 países trocaram experiências visando fortalecer a rede de contatos para superação de barreiras técnicas e promover os negócios entre as empresas e as melhores práticas dos Pontos Focais do continente americano.

2.4 Principais Indicadores Corporativos

Informações detalhadas sobre conceituação, utilidade e mensuralidade dos indicadores corporativos podem ser obtidas por meio do Contrato de Gestão 2012-2014 e do Relatório dos Resultados Alcançados no Exercício de 2012 disponíveis no sítio do Inmetro (<http://www.inmetro.gov.br/gestao/contratos.asp>).

Imagem Institucional

Objetivos	Indicadores		Meta	Resultado	Alcance
	Nome	Memória de Cálculo	2012	2012	2012
1. Consolidar a percepção institucional junto à sociedade brasileira	1.1 Nível de entendimento do Inmetro junto à população brasileira Dimensão: Efetividade	Número de empresas com selo de identificação da conformidade referente a produtos, processos, serviços, sistemas ou gestão e/ou pessoal	47%	45,20	96,17%
	1.2 Nível de percepção institucional junto à população brasileira Dimensão: Efetividade	Número de modelos de objetos e/ou produtos com selo de avaliação da conformidade	81%	84,71%	104,58%
	1.3 Nível de percepção institucional do Inmetro junto a dirigentes do setor produtivo Dimensão: Efetividade	(Número de programas desenvolvidos, implementados e implantados)/(Número de técnicos diretamente envolvidos) (Acumulado)	85%	65,25%	76,76%

Avaliação da Conformidade

Objetivos	Indicadores		Meta	Resultado	Alcance
	Nome	Memória de Cálculo	2012	2012	2012
2. Promover a concorrência justa e a proteção ao cidadão por meio de ações de acompanhamento no mercado de produtos regulamentados	2.1 Índice de cobertura de municípios na atividade de fiscalização da qualidade Dimensão: Eficácia	(Número de municípios fiscalizados tipo I a cada ano + municípios tipo II fiscalizados a cada dois anos + municípios tipo III fiscalizados a cada três anos) / Número total de municípios	50%	53,83%	107,66%
	2.2 Número de ações de fiscalização de produtos regulamentados Dimensão: Eficácia	Número de ações de fiscalização de produtos regulamentados	540.000	819.370	151,74%
3. Desenvolver Programa de Avaliação da Conformidade de forma assistida	3.1 Número de empresas com objetos submetidos à avaliação da conformidade Dimensão: Eficácia	Número de empresas com selo de identificação da conformidade referente a produtos, processos, serviços, sistemas ou gestão e/ou pessoal	7.500	10.371	138,28%
	3.2 Número de modelos de produtos no mercado com selo de identificação da conformidade Dimensão: Eficácia	Número de modelos de objetos e/ou produtos com selo de avaliação da conformidade	216.000	306.803	142,04%

	3.3 Produtividade no desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas de avaliação da conformidade Dimensão: Eficiência	(Número de programas desenvolvidos, implementados e implantados)/(Número de técnicos diretamente envolvidos) (Acumulado)	11,96	11,27	94,23%
--	---	--	-------	-------	--------

Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade

Objetivos	Indicadores		Meta	Resultado	Alcance
	Nome	Memória de Cálculo	2012	2012	2012
4. Rever o modelo da atividade de acreditação	4.1 Índice de utilização de avaliadores externos ao Inmetro no processo de acreditação Dimensão: Eficácia	(Número de avaliadores externos ao Inmetro utilizados no processo de acreditação) / (Número total de avaliadores utilizados no processo de acreditação)	85,00%	83,2%	97,88%
5. Aperfeiçoar o atendimento juntos aos Organismos de Avaliação de Conformidade	5.1 Tempo médio para a concessão de acreditação de laboratórios Dimensão: Eficácia	(Soma do tempo das concessões de acreditação de laboratórios concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de laboratórios concluídos)	12,0 meses	11,90 meses	100,84%
	5.2 Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Certificação Dimensão: Eficácia	(Soma do tempo das concessões de acreditação de organismos de certificação concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de organismos de certificação concluídos)	8,0 meses	9,80 meses	81,63%
	5.3 Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Inspeção Dimensão: Eficácia	(Soma do tempo das concessões de acreditação de organismos de inspeção concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de organismos de inspeção concluídos)	7,0 meses	5,60 9 Meses (*)	125,00%
	5.4 Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma Dimensão: Eficácia	Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma técnica	1.050	1.317	125,43%

Fonte: Base de dados da Cgcre

Nota: O Alcance da Meta dos indicadores decrescentes (quanto menor em relação à meta, melhor o desempenho) esta sendo calculado por meio da divisão da Meta pelo Resultado.

(*) O resultado da concessão não foi alcançado devido à demora de 5 processos em particular, o que representa 40% do tal de concessões, onde houve muito tempo gasto na resolução das não conformidades por parte dos organismos. Também houve uma demora maior na elaboração do RAD (Relatório de Análise de Documentação).

Ações de Melhoria adotadas: a) Redefinição de atividades dos Gestores de Acreditação, passando a atuar em etapas específicas do processo de acreditação; e b) Monitoramento do ciclo de acreditação dos organismos, proporcionando maior controle dos processos de acreditação.

Garantia Metroológica

Objetivos	Indicadores		Meta	Resultado	Alcance
	Nome	Memória de Cálculo	2012	2012	2012
6. Assegurar a proteção ao cidadão e a concorrência justa	6.1 Índice de Conformidade na execução dos Serviços Delegados Dimensão: Eficácia	Número de conformidades nas auditorias do Inmetro nos órgãos da RBMLQ-I / Número de verificações nas auditorias do Inmetro nos órgãos da RBMLQ-I	81%	86,6%	106,91%
	6.2 Taxa de crescimento da receita de serviços metroológicos Dimensão: Eficácia	Percentual de crescimento anual, em relação ao exercício anterior, da receita financeira de serviços prestados pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, sem contabilizar multas	6,5%	6,9%	106,15%
	6.3 Eficiência do serviço prestado pela RBMLQ-I Dimensão: Eficiência	Número de verificações subsequentes / Número de funcionários da RBMLQ-I	632	832	131,65%
7. Buscar a excelência na prestação do serviço de apreciação técnica de modelo	7.1 Tempo médio efetivo dos processos de apreciação técnica de modelo Dimensão: Eficácia	Soma do tempo efetivo dos processos / número de processos no ano	120	136	88,24%
	7.2 Satisfação dos clientes com o serviço de apreciação técnica de modelo Dimensão: Eficácia	Soma do percentual de clientes que avaliam o serviço como “Bom” ou “Ótimo” entre os que opinaram, obtido através de pesquisa anual	76%	50%	65,79%

Padronização e Disseminação das Unidades de Medida

Objetivos	Indicadores		Meta	Resultado	Alcance
	Nome	Memória de Cálculo	2012	2012	2012
8. Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas	8.1 Nota média da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio ofertado pelo Inmetro Dimensão: Eficácia	Nota Média ponderada da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio	7,7	7,53	97,79%

	8.2 Produtividade da <u>calibração</u> de instrumentos e padrões de medição, com rastreabilidade ao SI Dimensão: Eficiência	Razão entre o número de serviços de medição de padrões calibrados com rastreabilidade ao SI e o homem-hora dos técnicos envolvidos na calibração	175	177	101,14%
	8.3 Produtividade dos ensaios de instrumentos e padrões de medição, com rastreabilidade ao SI Dimensão: Eficiência	Razão entre o número de serviços de medição de padrões ensaiados com rastreabilidade ao SI e o homem-hora dos técnicos envolvidos nos ensaios	100	85	85%
	8.4 Número de trabalhos publicados Dimensão: Eficácia	Número de publicações em periódicos nacionais + Número de publicações em periódicos internacionais + Número de publicações em Anais nacionais + Número de publicações em Anais internacionais	210	204	97,14%
	8.5 Número de serviços de calibração no KCDB (<i>Key Comparison Database</i>) do BIPM (<i>Bureau Internationale des Poids e Mesures</i>) Dimensão: Eficácia	Número de serviços de melhor capacidade de medição (<i>cmc - calibration measure capability</i>) incluídos no KCDB (<i>Key Comparison Database</i>) do BIPM (<i>Bureau Internationale des Poids e Mesures</i>)	323	369	114,24%

Nota: O Alcance da Meta dos indicadores decrescentes (quanto menor em relação à meta, melhor o desempenho) esta sendo calculado por meio da divisão da Meta pelo Resultado.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Quanto à governança informo que a Unidade de Auditoria Interna do Inmetro – Audin está estruturada no Regimento Interno da Instituição, com atuação expressiva na instância dos Controles Interno e Externo, dentro do planejamento referenciado no Planejamento Anual de Auditoria Interna – PAINT, do exercício seguinte, a ser desempenhado e espelhado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE, do exercício anterior.

Entende-se que a atuação da Audin quando em seu trabalho interno, faz-se nas Diretorias e Coordenadorias do Instituto. Quando em trabalhos externos, atua diretamente na Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade Industrial – RBMLQ-I, como coordenadora, de forma integrada com as Diretorias de Metrologia Legal – Dimel e Qualidade - Dqual.

Por oportuno, informo que não há um Conselho Deliberativo. Atuamos em regime de reuniões de Diretoria e não há presença de auditorias independentes nos processos do Inmetro.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

II - Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
É evidente que o Inmetro no momento está calcado no lema “irregularidade zero” tem procurado seguir os passos do Controle Interno – CGU e do Controle Externo – TCU. A Direção tem procurado concatenar com todas as Diretorias e Coordenadorias da Casa para identificação de riscos potenciais para mitigação dos mesmos. Tem feito aproximação com todos os “parceiros” da RBMLQ-I, flexibilizando em conjunto todos os resultados. Tem estabelecido vários controles para que a informação e comunicação sejam permeadas por todos da Instituição através de ferramentas apropriadas para agregação dos processos internos da Casa. Com isso, se façam os devidos repasses a todos níveis hierárquicos para os diversos grupos. Por fim, tem monitorado estes processos através do planejamento estratégico, definindo cada Processo e Macro Processo, estabelecendo regras e ordem para acompanhamento dos mesmos.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Sistema de Correição

O Inmetro, solicitou ao Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, por intermédio do Ofício nº 142/Presi, de 10 de agosto de 2010, a liberação de uma função/cargo de Corregedor, DAS-101.4 ao Ministério do Planejamento.

Informamos ainda, que o Inmetro não ficou paralisado, vez que quando necessário designa servidores para compor equipe de Processos Administrativos Disciplinares-PAD, sempre norteados pela Procuradoria Federal da Instituição.

A Equipe Auditora de Correição da Controladoria Geral da União de Brasília visitou o Inmetro e, por sugestão de seus membros, sugeriu que o Inmetro formatasse uma Comissão Permanente de Correição, com base alternativa da que vem sendo utilizada, com sucesso no Ministério do Turismo. Fato que está sendo estudado para uma possível implementação na Instituição.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações sobre Programas do PPA

4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

III - Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2055			
Título	Desenvolvimento Produtivo			
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	536.715.875,00	539.745.875,00	1.759.460.999,00	
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)	536.715.875,00	539.745.875,00		
d) Valor Global Previsto no PPA				R\$ 2.296.176.874,00
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
579.891.557,14	546.325.832,04	3.983.044,65	33.565.725,10	542.342.787,39
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
859	Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.			Inmetro

Fonte dos dados: Siafi Gerencial e Ministério do Planejamento (28.02.2013)

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

IV. Quadro A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	859					
Descrição	Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.					
Programa	2055 - Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
539.745.875,00	634.083.209,00	579.891.557,14	546.325.832,04	3.983.044,65	33.565.725,10	542.342.787,39
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantar laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa (*)	Unidade	10	0 (*)	-	-
2	Ter organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO (**)	Unidade	1180	1317 (**)	-	-

Fonte dos dados: Siafi Gerencial (28.02.2013)

(*) O Inmetro está desenvolvendo um programa de implantação de Laboratórios Associados com o objetivo de aumentar o suporte à inovação nas empresas brasileiras e que envolve um programa de bolsas para inclusão de especialistas de alto nível em apoio à inovação e transferência de tecnologia para o setor empresarial. O Projeto está em fase de implantação, tendo sido concluídas duas importantes ações: a) Operacionalização do sistema do programa de bolsas de pesquisa do Inmetro (Pronametro), conforme previsto em sua nova Lei (artigo 12 da Lei nº 12.545/2011). Trata-se de uma ferramenta fundamental para o funcionamento do Programa de Laboratórios Associados por permitir recursos para custeio de pesquisadores nestes laboratórios; b) Foram selecionados dois laboratórios de universidades, um em Minas Gerais e outro no Rio Grande do Sul para a implantação de um programa piloto. Este piloto produzirá a experiência necessária para a extensão do Programa a um conjunto muito maior de laboratórios. Adicionalmente, está em fase de conclusão a elaboração do Regimento para funcionamento do Programa, inclusive com as minutas de convênios a serem firmados com as instituições participantes. O programa de implantação de Laboratórios Associados mobiliza esforços de uma ampla gama de organizações, em redes articuladas, envolvendo instituições públicas e privadas, de caráter científico e tecnológico, bem como agências de fomento, em sintonia com as diretrizes do Plano Brasil Maior. A questão central de uma rede com estas características, de alta complexidade, é sua governança. O Inmetro detém larga experiência com a coordenação de uma rede também de alta complexidade, a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, articulando 27 instituições estaduais de pesos e medidas e garantindo ações de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade em praticamente todos os municípios do País.

(**) Os organismos de avaliação da conformidade são acreditados baseados nas modalidades de avaliação da conformidade em que atuam: organismos de certificação, organismos de inspeção e laboratórios. A Coordenação Geral da Acreditação, do INMETRO vem desenvolvendo um projeto com o objetivo de harmonizar as práticas adotadas na acreditação das diferentes modalidades de acreditação de organismos de avaliação da conformidade disponibilizadas.

Com a implementação deste projeto, ocorreu mudança na obtenção dos dados relativos à quantidade de organismos de avaliação da conformidade, que passará a ser concedidas por norma de acreditação, diferente do que ocorre atualmente em que para uma mesma norma é concedida acreditação por tipo de atividade.

Em consequência desta mudança de contagem, a partir de 2012, ocorreu, naturalmente, uma redução do número de organismos de avaliação da conformidade acreditados, pois tem-se organizações acreditadas em diversos tipos de acreditação para uma mesma norma de acreditação.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

V- Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03J7					
Descrição	Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade					
Objetivo	0859- Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.					
Órgão ou Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
58.480.000,00	58.480.000,00	54.922.397,21	46.716.948,05	43.840,00	8.205.449,16	46.673.108,05
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

A Iniciativa “Ampliação da Infraestrutura Técnica paea Qualidade” engloba as seguintes ações:

Ação 2023 - Avaliação da Conformidade

Ação 20JG - Inovação em Metrologia e Qualidade

Ação 4172 - Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

Ação7F44 - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico

Identificação da Iniciativa						
Código	03J8					
Descrição	Aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica					
Objetivo	0859- Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.					
Órgão ou Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		0,00	0,00			
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

OBS.: O Inmetro, em parceria com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, coordenou um estudo de benchmarking colaborativo no tema “Mecanismos de participação e divulgação no processo de regulamentação técnica”, do qual participaram nove instituições regulamentadoras federais. O Inmetro prestou todo o apoio técnico e administrativo necessário e os recursos financeiros necessários para contratação de um consultor para orientar os trabalhos foram despendidos pelo Ministério em questão.

Identificação da Iniciativa						
Código	03JA					
Descrição	Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente.					
Objetivo	0859- Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.					
Órgão ou Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

A iniciativa "Apoio à Competitividade Sistêmica dos Programas Governamentais" engloba as seguintes ações: **Ação 20K7** - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde e **Ação 8636** - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde

Não houve execução orçamentária nesta iniciativa, utilizando a unidade orçamentária 28202 conforme recomendação da STN.

Identificação da Iniciativa						
Código		03JC				
Descrição		Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão				
Objetivo		0859- Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.				
Órgão ou Unidade Responsável		Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
483.295.875,00	561.295.875,00	524.969.159,93	499.608.883,99	3.939.204,65	25.360.275,94	495.669.679,34
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte dos dados: Siafi Gerencial (01.03.2013)

A Iniciativa "Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão" engloba as seguintes ações:

Ação 2034 - Fiscalização em Metrologia e Qualidade

Ação 2034 PTRES 050444 - Ipem RJ - Emenda Parlamentar

Ação 2033 PTRES 050443 - Ipem AP - Emenda Parlamentar

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

VI - Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2023					
Descrição	Avaliação da Conformidade					
Iniciativa	03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.000.000,00	18.000.000,00	17.509.349,42	14.294.552,00	-	3.214.797,42	14.294.552,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Programa de Avaliação Desenvolvido	unidade	12	16	18.000.000,00	14.294.552,00
OBS.: Com o lançamento do Plano Brasil Maior, foi dada ênfase na ampliação do número de programas com certificação compulsória. Por isso, o Inmetro ampliou o número de programas de avaliação da conformidade.						

Identificação da Ação						
Código	2033					
Descrição	Desenvolvimento e Disseminação da Metrologia Legal Científica e Industrial					
Iniciativa	03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.280.000,00	26.280.000,00	23.649.638,28	19.573.767,71	43.840,00	4.075.870,57	19.529.927,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalho Publicado	Unidade	210	204	26.280.000,00	19.573.767,71

Identificação da Ação						
Código	2033, PTRES 050443					
Descrição	Desenvolvimento e disseminação da metrologia legal, científica e industrial - Ipem - AP					
Iniciativa	03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.030.000,00	2.030.000,00	0,00	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalho Publicado	unidade	0	0	2.030.000,00	-

Identificação da Ação						
Código	4172					
Descrição	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS					
Iniciativa	03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00			1.200.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Salas de telepresença	unidade	6	6	1.200.000,00	1.200.000,00

Identificação da Ação						
Código	20JG					
Descrição	Inovação em Metrologia e Qualidade					
Iniciativa	03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.000.000,00	13.000.000,00	12.563.409,51	11.648.628,34	-	914.781,17	11.648.628,34
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Empresário capacitado	horas de capacitação	6400	5257	13.000.000,00	11.648.628,34

OBS.: Considerando que se trata de um indicador novo e que não havia histórico, a meta foi superestimada. Ressalta-se que alguns cursos planejados para 2012 na modalidade EAD levaram mais tempo do que o previsto na fase de desing instrucional.

Identificação da Ação						
Código	2034					
Descrição	Fiscalização em Metrologia e Qualidade					
Iniciativa	03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
481.265.875,00	559.265.875,00	524.969.159,93	499.608.883,99	3.939.204,65	25.360.275,94	495.669.679,34
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produto verificado	unidade	25.988.540	26.525.071	559.265.875,00	499.608.883,99

Identificação da Ação						
Código		2034, PTRES 050444				
Descrição		Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Ipem-RJ				
Iniciativa		03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro				
Unidade Orçamentária		Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produto verificado	unidade	-	-	1.000.000,00	

Obs.: Estão sendo adquiridos equipamentos metrológicos por meio de emenda parlamentar. Como não foi liberado o recurso financeiro, o processo de aquisição encontra-se em restos a pagar.

Fonte dos dados: Siafi Gerencial (01.03.2013)

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

VII - Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2121				
Título		Programa de Gestão e Manutenção do MDIC				
Órgão Responsável		Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
212.931.372,00	232.451.420,00	223.998.568,79	221.581.178,75	0,00	2.417.390,04	221.581.178,75

Fonte: Siafi Gerencial (14.01.2013)

4.1.6 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

VIII - Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Descrição	Contribuição da União de skuas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.666.610,00	24.366.610,00	24.038.394,60	24.038.394,60	0,00	0,00	24.038.394,60
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	24.366.610,00	24.038.394,60

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
102.816.542,00	115.816.542,00	113.385.451,01	113.385.451,01	0,00	0,00	113.385.451,01
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	115.816.542,00	113.385.451,01

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio Alimentação					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.540.000,00	3.938.000,00	3.882.815,35	3.882.815,35	0,00	0,00	3.882.815,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	unidade	970	1061	3.938.000,00	3.882.815,35
OBS.: O Inmetro estimou para o exercício em curso 970 servidores beneficiados com o auxílio alimentação. Não foi considerada, na época da Proposta Orçamentária, a entrada de novos servidores. Em função do ingresso de novos concursados houve a necessidade de crédito orçamentário adicional no valor de R\$ 398.000,00. A média de 2012 foi de 1061 pessoas.						

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio Transporte					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
90.000,00	90.000,00	82.899,56	82.899,56	0,00	0,00	82.899,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	unidade	82	62	90.000,00	82.899,56
OBS.: Foi alterada e aprovada em outubro de 2011 a Norma Interna Geral deste Inmetro e que consiste a inclusão do uso do bilhete único para os servidores que utilizarem auxílio-transporte. Em março de 2012 ocorreu o recadastramento que, muitos servidores não o fizeram já que para alguns funcionários não era mais favorável ter o auxílio-transporte, pois a participação no custeio do benefício (6% sobre o vencimento básico) era superior ao custeio mensal. Por esse motivo houve uma redução no benefício.						

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.000.000,00	83.333.333,00	79.731.794,06	77.337.454,02	0,00	2.394.340,04	77.337.454,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	83.333.333,00	77.337.454,02

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação dos Servidores					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	358.943,70	336.893,70	0,00	22.050,00	336.893,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	unidade	2500	2081	1.000.000,00	336.893,70

Obs.: O Plano Anual de Capacitação foi prejudicado devido a demora na tramitação do contrato de gestão do Inmetro. As agências executivas, autarquias que possuem contrato de gestão com seu ministério superior e tem como intervenientes o Ministério do Planejamento e o da Fazenda, possuem a flexibilidade de dispensa de licitação no valor de R\$ 16 mil. Como o Inmetro só teve seu contrato assinado em 18 de dezembro de 2012, não foi possível contratar capacitações por dispensa de licitação com valores superiores a R\$ 8 mil. Cabe ressaltar que, para que fosse possível capacitar os servidores do Inmetro, aumentou-se o uso da ferramenta de ensino à distância o que reduziu consideravelmente o custo por capacitação.

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-escolar					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
108.000,00	130.382,00	127.346,48	127.346,48	0,00	0,00	127.346,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança Atendida	unidade	101	133	130.382,00	127.346,48
OBS.: A LOA de 2012 autorizou um orçamento de R\$ 108.000,00 para o auxílio-creche com a meta e atender 101 crianças, cabe mencionar que a previsão da Proposta Orçamentária não considerou o ingresso de novos servidores. No decorrer do exercício, verificamos que com a entrada de novos servidores haveria a necessidade de um crédito adicional de R\$ 22.382,00. A média de crianças atendidas em 2012 foi de 136. No decorrer do exercício houve a saída de crianças atendidas já que completaram a idade permitida e também ocorreu a saída de funcionários que tinham filhos na faixa etária do benefício.						

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.316.000,00	2.406.000,00	2.390.924,03	2.389.924,03	0,00	1.000,00	2.389.924,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	2032	2369	2.406.000,00	2.389.924,03
OBS.: O quantitativo da meta física que o Inmetro estimou na Proposta Orçamentária para o exercício de 2012 foi de 2032 vidas assistidas. Não foi computada, na época, a entrada de novos servidores na Proposta Orçamentária. Em função do ingresso de novos concursados houve a necessidade de crédito orçamentário adicional no valor de R\$ 90.000,00. A média de 2012 foi de 2369 pessoas beneficiadas (titulares e dependentes). A meta que foi estimada (2512) foi acima do realizado, já que houve também a saída de um grande número de servidores para outras instituições e também alguns servidores saíram por falta de condições de arcar com a despesa mensal do plano de saúde.						

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores - Exame Periódico					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
194.220,00	174.220,00	0,00	0,00			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	1079	-	174.220,00	-
OBS.: Em razão de problemas operacionais em relação a contratação de serviços médicos (exames periódicos) e a impossibilidade de contratar plano de autogestão, desta forma, ficou comprometido a execução orçamentária desta ação.						

Fonte: Siafi Gerencial (18.02.2013)

4.1.7 Análise Crítica

Considerações relativas aos quadros A.4.1 ao A.4.4/A.4.5 ao A.4.6

Eventuais problemas de execução:

Sob o aspecto orçamentário para sanar problemas relacionados a dotações insuficientes, foram solicitados créditos que aprovados em tempo não comprometeram o cumprimento dos programas/ações de responsabilidade da UJ.

No exercício em questão, houve contingenciamentos que também não surtiram efeitos negativos no que se refere ao alcance das metas estabelecidas. Por conta dos mesmos tivemos liberações orçamentárias fora dos prazos previstos, mas que ao fim do exercício não comprometeram a execução e os resultados previstos.

4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

IX - Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Inmetro	28202	183023
Superintendência do Rio Grande do Sul	28202	183039
Superintendência de Goiás	28202	183025
Superintendência do Paraná	28202	183035

4.2.2 Programação de Despesa

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

X - Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	178.518.513,00	162.387.858,00			531.411.546,00	416.371.820,00	
	PLOA	163.353.218,00	162.538.931,00			587.052.517,00	416.712.494,00	
	LOA	163.353.218,00	162.538.931,00			587.552.617,00	421.770.555,00	
CRÉDITOS	Suplementares	19.600.000,00	4.750.000,00			78.510.382,00	123.403.691,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	7.477,00	1.000.447,00			22.616,00	423.889,00	
Outras Operações								
Total		182.945.741,00	166.288.484,00	-	-	666.040.383,00	544.750.357,00	

Fonte: Siafi em 07/01/2013

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

XI - Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	61.865.101,00	30.000.000,00				
	PLOA	37.200.000,00	30.000.000,00				
	LOA	39.729.900,00	30.000.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	20.667.000,00				
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		60.396.900,00	30.000.000,00	-	-	-	-

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

XII - Quadro A.4.10- Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	709.930.059,00	578.759.678,00	61.865.101,00	30.000.000,00		
	PLOA	750.405.735,00	579.251.425,00	37.200.000,00	30.000.000,00		
	LOA	750.905.835,00	584.309.486,00	39.729.900,00	30.000.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		98.110.382,00	128.153.691,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos			20.667.000,00		
		Reabertos					
Créditos Cancelados		30.093,00	1.424.336,00				
Outras Operações							
Total		848.986.124,00	711.038.841,00	60.396.900,00	30.000.000,00	-	-

4.2.2.4 Análise Crítica

Considerações relativas aos quadros A.4.8 ao A.4.10

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

Considerando as dotações orçamentárias da UJ no exercício anterior comparando com as dotações orçamentárias disponibilizadas para o exercício de 2012 observasse um crescimento dos recursos necessários a manutenção das atividades e aplicação em investimentos, principalmente, desenvolvidas através da Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade do Inmetro - RBMLQ-I, braço executor do Inmetro nas atividades de fiscalização e controle metrológico em todo território nacional.

Diante da ampliação dos serviços prestados pelo Inmetro através de suas Diretorias e RBMLQ-I, e conseqüente aumento da receita arrecadada proveniente de recursos próprios (fonte 250), vem sendo implementado um grande processo de monitoramentos das mesmas, o que tem possibilitado, no ato da apresentação da proposta orçamentária, dimensionar de forma objetiva as necessidades da UJ visando obter uma adequação orçamentária compatível com as necessidades e com as metas estabelecidas para o exercício.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

XIII - Quadro A.4.11- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	183023	183025	2034			9.109.351,89
		183023	183035	2034			6.258.267,76
		183023	183039	2034			46.869.308,11
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	183023	80009	055	673.232,00		
		183023	80014	055	53.393,00		
		183023	90032	055	53.565,00		
		183023	90032	00G5			82.705,00
		183023	364102	2033			6.804.682,72
		183023	240101	4172			1.200.000,00
		183023	170176	2034			5.566,80
		183023	154003	20JG			60.874,39

		20101	183023	6662			71.231,02
	Recebidos	24101	183023	8961			136.900,00
		36901	183023	8636			11.325,33
		26298	183023	20RH			3.985.586,28
		26290	183023	20RM			53.971,76
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	183023	183025	material permanente	773.872,72		
		183023	183035		-		
		183023	183039	material permanente e aquisição de imóveis	3.640.288,75		
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	183023	364102	material permanente	107.488,00		
	Recebidos	28203	183023	7F44	1.100.000,00		
		36901	183023	20K7	2.170.100,17		
		24101	183023	material permanente	219.902,49		
		26298	183023	material permanente	13.694,00		

Fonte: Siafi Gerencial (29.01.2013)

Legenda:

Concedentes	Recebedores	Ações
183023 - Inmetro	183025 - GO	7F44 - Centro Brasileiro de Material Biológico
28203 - INPI	183035 - PR	00G5 - Contribuição da União para Regime de Previdência
36901 - FNS	183039 - RS	2033 - Disseminação da Metrologia
24101 - MCT	080009 - TRT - 1ª reg.	4172 - Serviço de comunicação da RNP
26298 - FNDE	080014 - TRT - 4ª reg.	2034 - Fiscalização em Metrologia e Qualidade
20101 - Presidência da República	090032 - TRF - 1ª reg.	20JG - Inovação em Metrologia e Qualidade
26290 - INEP	364102 - CNPQ	
	24101 - MCT/Sepin	
	170176 - ESAF/RS	
	154003 - Capes	

4.2.4 Execução orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

XIV - Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	99.634.431,55	79.323.595,01	98.577.624,30	78.722.593,57
a) Convite	9.241,25	26.801,08	-	26.801,08
b) Tomada de Preços	817.017,37	950.358,76	817.017,37	949.676,56
c) Concorrência	820.009,69	788.827,51	820.009,69	788.827,51
d) Pregão	97.988.163,24	77.557.607,66	96.940.597,24	76.957.288,42
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	63.361.077,57	40.604.612,45	62.478.680,17	40.549.575,54
g) Dispensa	24.105.386,09	20.371.408,27	23.253.025,87	20.320.760,45
h) Inexigibilidade	39.255.691,48	20.233.204,18	39.225.654,30	20.228.815,09
3. Regime de Execução Especial	234.736,88	184.749,65	234.736,88	184.749,65
i) Suprimento de Fundos	234.736,88	184.749,65	234.736,88	184.749,65
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	190.037.075,05	172.546.258,59	190.037.075,05	172.546.258,59
j) Pagamento em Folha	185.792.279,34	169.377.924,64	185.792.279,34	169.377.924,64
k) Diárias	4.244.795,71	3.168.333,95	4.244.795,71	3.168.333,95
5. Outros (não se Aplica)	456.283.095,76	300.583.640,10	454.239.255,76	300.073.590,10
6. Total (1+2+3+4+5)	809.550.416,81	593.242.855,80	805.567.372,16	592.076.767,45

Fonte: Siafi Gerencial, consulta por UO

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

XV - Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em
R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
11 - Venc. Vant. Fixas	112.200.652,16	102.017.374,07	112.200.652,16	102.017.374,07	-	-	112.200.652,16	102.017.374,07
01- Aposent.Rpps Reser Rem.	33.211.093,24	30.264.476,69	33.211.093,24	30.264.476,69	-	-	33.211.093,24	30.264.476,69
13- Obrigações Patronais	24.404.976,67	22.609.738,84	24.404.976,67	22.609.738,84	-	-	24.404.976,67	22.609.738,84
Demais elementos do grupo	9.297.175,84	8.035.700,00	9.214.723,84	8.029.496,00	82.452,00	6.204,00	9.214.723,84	8.029.496,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
SEM MOVIMENTO								
SEM MOVIMENTO								
SEM MOVIMENTO								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
41- Contribuições	304.808.904,17	-	292.081.212,46	-	12.727.691,71	-	292.081.212,46	-
39 -Outros Serv. 3º	255.853.936,22	388.815.385,65	245.200.069,36	379.628.742,70	10.653.866,86	9.186.642,95	242.754.994,35	379.002.913,19

33 - Passagens e Desp. Loc.	16.448.461,93	2.139.333,21	15.466.990,99	2.118.495,28	981.470,94	20.837,93	15.151.596,88	2.104.687,81
Demais elementos do grupo	51.219.474,58	36.182.657,88	46.934.546,72	33.346.709,97	4.284.927,86	2.835.947,91	46.866.710,96	32.826.118,40
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
41 - Contribuições	16.568.772,10	-	15.467.004,18	-	1.101.767,92	-	15.467.004,18	-
52 - Equip. Mat. Perm.	14.057.659,41	13.195.795,57	9.433.267,24	9.821.065,46	4.624.392,17	3.373.523,23	9.078.527,47	9.818.735,46
51 - Obras	4.702.494,30	2.830.196,92	3.307.051,95	1.433.963,45	1.395.442,35	1.396.233,47	3.307.051,95	1.433.963,45
Demais elementos do grupo	2.842.383,33	1.360.668,80	2.628.828,00	804.459,39	213.555,33	-	1.828.828,00	800.929,59
5. Inversões Financeiras								
SEM MOVIMENTO								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
SEM MOVIMENTO								
SEM MOVIMENTO								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial, consulta por UO

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

XVI - Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	962.285,17	103.845,92	950.158,13	103.845,92
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	753.456,46		753.456,46	
d) Pregão	208.828,71	103.845,92	196.701,67	103.845,92
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	2.173.945,50	35.228,10	2.173.945,50	35.228,10
g) Dispensa	2.173.945,50	35.228,10	2.173.945,50	35.228,10
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	26.334,08	22.525,22	26.334,08	22.525,22
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	26.334,08	22.525,22	26.334,08	22.525,22
5. Outros (não se Aplica)	2.752.392,09	2.916.233,76	2.752.392,09	2.916.233,76
6. Total (1+2+3+4+5)	5.914.956,84	3.077.833,00	5.902.829,80	3.077.833,00

Fonte: Siafi Gerencial, consulta por UO

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

XVII - Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
<i>SEM MOVIMENTO</i>								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
<i>SEM MOVIMENTO</i>								
3 – Outras Despesas Correntes								
41 - Contribuições	3.394.234,22	2.775.721,52	2.612.402,96	2.775.721,52	781.831,26		2.612.402,96	2.775.721,52
39 - Out. Serv. De 3º - PJ	366.109,08	212.367,14	207.309,08	137.867,14	158.800,00	74.500,00	195.182,04	137.867,14
33 - Passag e Desp. Locom.	86.564,63	76.480,10	58.921,66	67.796,52	27.642,97	8.683,58	58.921,66	67.796,52
Demais elementos do grupo	106.552,51	72.715,72	106.552,51	72.715,72			279.163,33	72.715,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
52 - Equip. Mat. Perm.	2.390.002,66	1.206,88	2.162.620,17	1.206,88	227.382,49	-	2.162.620,17	1.206,88
51 - Obras e Instalações	1.100.000,00	-	753.456,46	-	346.543,54	-	753.456,46	-
Demais elementos do grupo	13.694,00	-	13.694,00	-	-	-	13.694,00	-
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
<i>SEM MOVIMENTO</i>								
6. Amortização da Dívida								
<i>SEM MOVIMENTO</i>								

Fonte: Siafi Gerencial, consulta por UO

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos - NÃO SE APLICA

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

XVIII - Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 1.166.088,35		R\$ 1.136.088,35	R\$ 30.000,00
2010				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 16.819.389,49	R\$ 1.575.406,79	R\$ 15.057.836,32	R\$ 186.146,38
2010	R\$ 26.169.356,88	R\$ 965.840,39	R\$ 22.331.004,92	R\$ 2.872.511,57
...				

Fonte: SIAFI Gerencial EM 04/03/2013 - Consulta por UO 28202.

5.2.2 Análise Crítica

- **A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;**
Neste último exercício de 2012, o gerenciamento e controle dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados foram feitos de forma sistemática, ou seja, durante o exercício as áreas responsáveis pelos processos inscritos na referida conta foram frequentemente consultadas sobre a necessidade de manutenção dos respectivos valores.
- **Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;**
Na passagem do exercício de 2012 para 2013 não houve inscrição de Restos a Pagar Processados, com isso a distribuição dos valores inscritos em RP Não Processados foi realizada por exercício, prioridade e por Unidades Internas (UP/UO), com as associações aos respectivos Processos Operacionais/Subprojetos, com justificativa quanto ao comprometimento da efetividade (do resultado) destes em caso de cancelamento. Quanto a avaliação da prioridade, foram acompanhados aqueles de maior valor/influência estratégica, de modo a otimizar os seus pagamentos.
- **As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;**

Conforme foi evidenciado anteriormente sobre a gestão de RP; as razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de Não Processados por mais de um exercício financeiro se

deram basicamente, por ter a Administração considerada que o cancelamento poderia comprometer a efetividade do resultado dos Processos Operacionais/Subprojetos, correspondentes, em caso de cancelamento.

- **A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto;**

A partir de julho de 2012, não há mais ocorrência restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e desbloqueados no sistema SIAFI, haja em vista que o Decreto 7.654/2011 estabeleceu que os restos a pagar de exercícios anteriores que não fossem pagos até 30/06/2012; seriam bloqueados.

- **Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.**

Como maior evento negativo na gestão de RP, tanto por conta da quantidade de inscrição, como a dificuldade que tem as áreas responsáveis pelo Planejamento, Orçamento e Execução Financeira de dispor de tempo e pessoal suficientes para mensurar a necessidade de cancelamento/manutenção de cada RP inscrito no ano anterior. No que diz respeito aos fatos positivos, podemos citar a melhoria do processo, conforme já mencionado, passando para uma gestão de RP mais voltada para o acompanhamento sistemático desses com ênfase na efetividade em supremacia ao enfoque anterior, de registro.

Convém ressaltar que, a avaliação quanto a prioridade, resta comprometida em virtude da liberação de cotas nos últimos dias do mês de dezembro, fato este que certamente figura

Por derradeiro, insta salientar que a manutenção dos valores em Restos a Pagar não prejudicou a execução do programa durante o exercício financeiro de 2012.

5.3 Transferência de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

XIX - Quadro A.5.3 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO									
CNPJ: 00.662.270/0003-68					UG/GESTÃO: 183023/18205				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1 (¹)	558378	04.524.235/0001-33	24.168.000,00	-	-	21.304.250,00	16/3/2006	30/6/2011	1
1	611154	30.495.394/0001-67	22.442.700,00	956.000,00	750.000,00	18.836.700,00	13/12/2007	30/6/2012	1
1	593621	06.028.316/0001-78	22.198.309,48	-	-	19.501.865,70	14/9/2007	14/9/2011	1
1	594567	05.751.892/0001-86	1.153.568,50	-	-	901.451,46	10/10/2007	1/10/2011	1
1	601879	33.661.745/0001-50	3.524.628,00	956.000,00	71.080,00	283.702,00	31/12/2007	31/12/2012	1
3 (²)	12/2008	153079/15232	1.366.400,00	273.000,00	-	1.484.100,00	31/12/2008	31/12/2010	1
1	629465	03.658.432/0001-82	5.616.732,00	-	79,00	2.341.818,28	20/6/2008	1/7/2013	1
1	631639	03.508.097/0001-36	3.030.491,00	309.491,00	-	1.700.000,00	21/8/2008	21/4/2012	1
1	620697	97.130.207/0001-12	43.100.000,00	-	10.000.000,00	42.049.652,95	28/2/2008	28/2/2013	1
1	652659	07.410.720/0001-74	72.000.000,00	-	21.350.760,41	53.496.002,56	6/7/2009	2/7/2013	1
1	705352	01.802.270/0001-89	978.931,00	85.000,00	-	850.000,00	13/10/2009	13/1/2013	1
1	722372	21.949.888/0001-83	1.372.700,00	586.200,00	286.200,00	786.200,00	21/12/2009	22/12/2013	1
1	662845	12.162.597/0001-50	3.000.000,00	-	676.934,00	1.577.709,44	26/10/2010	26/10/2014	1
1	662824	05.751892/0001-86	2.000.000,00	-	478.537,73	1.062.716,53	20/10/2010	20/10/2014	1
1	662823	06.028.316/0001-78	41.000.000,00	-	9.311.473,88	21.084.678,53	20/10/2010	20/10/2014	1
1	660598	42.433.698/0001-89	112.865.000,00	-	38.862.904,22	73.659.655,53	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657807	34.481.028/0001-00	7.488.000,00	-	1.943.556,14	4.767.042,64	1/1/2010	1/1/2014	1

1	657523	40.997.256/0001-30	21.775.000,00	-	4.796.025,90	11.514.727,37	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657512	07.909.112/0001-09	46.380.000,00	-	15.890.818,32	35.333.174,19	20/1/2010	20/1/2014	1
1	657432	07.258.529/0001-59	10.645.000,00	-	3.898.197,59	8.459.866,00	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657397	00.360648/0001-79	14.990.000,00	-	7.391.420,90	22.381.420,90	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657396	07.148.567/0001-59	20.655.000,00	-	5.321.373,40	25.976.373,40	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657382	03.326.216/0001-30	48.000.000,00	-	18.476.033,43	43.924.031,17	2/12/2009	2/12/2013	1
1	657381	01.596.450/0001-51	22.385.000,00	-	4.981.534,67	13.381.281,83	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657380	61.924.981/0001-58	380.288.000,00	-	132.630.743,33	314.758.695,66	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657379	09.053.593/0001-29	2.445.000,00	-	-	518.567,63	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657378	83.270.082/0001-11	20.512.000,00	-	6.871.767,68	13.073.354,35	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657370	03.036.790/0001-53	12.025.000,00	-	3.993.172,99	7.714.016,79	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657363	03.594.436/0001-44	4.288.000,00	-	1.052.700,59	2.917.036,41	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657340	41.522.079/0001-06	10.350.000,00	-	2.502.690,52	6.157.605,35	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657339	76.071.869/0001-99	121.410.000,00	-	42.111.933,78	101.872.191,23	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657296	01.377.581/0001-48	59.965.000,00	-	29.920.989,60	58.151.930,11	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657295	10.975.589/0001-05	42.200.000,00	-	13.876.955,78	32.963.472,21	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657294	09.193.681/0001	17.600.000,00	-	6.382.933,97	14.451.176,89	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657253	17.322.264/0001-64	127.110.000,00	-	31.744.718,92	79.197.613,78	1/1/2010	1/1/2014	1
1	657252	03.080.427/0001-35	43.910.000,00	-	14.868.488,50	35.760.522,75	1/1/2010	1/1/2014	1
1	755807	04.524.235/0001-33	10.346.351,76	8.168,00	5.558.267,76	9.638.183,76	1/7/2011	31/12/2013	1
1	755942	30.495.394/0001-67	6.000.000,00	1.200.000,00	266.666,00	266.666,00	4/2/2012	31/7/2015	1
1	767841	01.802.270/0001-89	9.020.000,00	820.000,00	1.886.000,00	1.886.000,00	15/1/2012	14/1/2016	1
1	673232	03.658.432/0001-82	6.204.000,00	-	-	-	23/11/2012	23/11/2017	1
1	778268	42.433.698/0001-89	1.111.111,11	111.111,11	-	-	1/11/2012	1/11/2013	1
3 (³)	52600.020025/2010	364102/36201	42.677.400,00	-	6.917.740,00	16.182.740,00	2/7/2010	2/7/2015	1

LEGENDA: Modalidade: 1 - Convênio; 2 Contrato de Repasse; 3- Termo de Cooperação; 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência: 1 - Adimplente; 2 - Inadimplente; 3- Inadimplência Suspensa; 4- Concluído; 5- Excluído; 6- Rescindido; 7- Arquivado

Notas Explicativas:

1. O Convênio n.º 558378 firmado entre o Inmetro e a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios, foi objeto de Tomada de Contas Especial que se encontra na fase de análise das defesas.
2. O Termo de Cooperação n.º 12/2008 firmado entre o Inmetro e a Universidade Federal do Paraná está em vias de ser concluído. Falta somente um parecer da Divisão de Custos do Inmetro.
3. O Termo de Cooperação firmado entre o Inmetro e o CNPQ não está registrado nos Sistemas SIAFI e SICONV.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

XX - Quadro A.5.4 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
CNPJ:	00.662.270/0003-68					
UG/GESTÃO:	183023/18205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	4	1	23	438.154.959,01	282.770.011,96	265.759.296,31
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação			1	6.917.740,00	7.965.000,00	1.300.000,00
Termo de Compromisso	-	-	0	-	-	-
Totais	4	1	24	445.072.699,01	290.735.011,96	267.059.296,31

Fonte: SIAFI E SICONV. Posição em 31/01/2013.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

XXI - Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
CNPJ: 00.662.270/0003-68			UG/GESTÃO: 183023/18205		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	34	1.349.035.825,87	1.041.973.384,24	461.187.685,00	77,24%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	42.677.400,00	16.182.740,00	8.535.480,00	37,92%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	35	1.391.713.225,87	1.058.156.124,24	469.723.165,00	76,03%

Fonte: SIAFI E SICONV. Posição em 31/01/2013.

Notas explicativas:

1. Não é possível demonstrar os valores a serem repassados para os Convênios n.º 629465 e 673232, haja vista que ambos.
2. Ainda não consta no sistema Siconv o cronograma de desembolso para o exercício de 2013 do Convênio n.º 778628.
3. Os valores de repasses previstos para a RBMLQ-I são revisados nas Reuniões Regionais do 1º Ciclo 2013, logo podem sofrer alterações.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

XXII - Quadro A.5.6 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
CNPJ: 00.662.270/0003-68		UG/GESTÃO: 183023/18205			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	302	-	-
		Montante Repassado	438.154.959,01	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	288	1	-
		Montante Repassado	242.078.654,74	7.965.000,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	240	4	-
		Montante Repassado	266.536.133,29	1.366.400,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI E SICONV Posição em 31/01/2013.

Notas Explicativas:

No quantitativo de Contas prestadas não foram contabilizados na soma os convênios da GEAP n.º 629465 e 673232, haja vista a natureza atípica dos mesmos;

No quantitativo de contas prestadas estão incluídas as prestações de contas dos Convênio n.º: 6111154 - Faperj, Paranaense e RNP, além dos Convênios da uma 558378 - Rede/PR, 705352 - SBM e 631639 RNP.

Em relação aos convênios firmados com entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos, foram informados o quantitativo de contas analisadas conforme disposto nos Termos de Convênio. Portanto, foram consideradas para o cálculo as prestações de contas parciais e as prestações de contas finais devidamente apresentadas. Em relação a RBMLQ-I, cabe informar que a prestação de contas é mensal, e por não ser possível informar o valor dos valores mensais cujas contas foram apresentadas, consideramos como montante repassado o valor total repassado para todos os convênios da Rede de Metrologia durante o exercício de 2012, com exceção dos valores inscritos como Restos a Pagar.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

XXIII - Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
CNPJ: 00.662.270/0003-68		UG/GESTÃO: 183023/18205			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			302	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	298	-
			Contas Não Analisadas	4	-
		Montante Repassado (R\$)		438.154.959,01	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	282	-
			Quantidade Reprovada	20	-
			Quantidade de TCE	3	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
2011	Quantidade de contas prestadas			288	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		288	-
		Quantidade Reprovada		0	-
		Quantidade de TCE		5	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas			304	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		304	-
		Quantidade Reprovada		0	-
		Quantidade de TCE		3	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: SIAFI E SICONV. Posição em 31/01/2013

Notas Explicativas: 1 - As 12 prestações de contas do Convênio 657381 - IMEQ/MA foram devolvidas, uma vez que a setorial contábil do Inmetro constatou diversas não conformidades. Durante o período de 18/02/2013 a 01/03/2013, uma equipe do Serviço Contabilidade irá se dirigir ao órgão com fins de proceder uma orientação contábil. 2- As 08 prestações de contas dos meses de maio a dezembro, do convênio 657523 - IPEM/RN por motivo de não conformidade. As devidas verificações já estão sendo providenciadas.

5.3.6 Análise Crítica

Medidas adotadas para sanar as transferências na situação de inadimplente;

Com a implantação do Sistema de Gestão Integrada – SGI no final do exercício de 2011 e a sua implementação integral durante o exercício de 2012 foi possível reduzir a quase zero as ocorrências de inadimplências nos convênios firmados com a RBMLQ-I. Através SGI é possível identificar assim que o prazo de apresentação da prestação de contas expira qual conveniente se encontra em atraso e quais as parcelas cujas contas não foram prestadas.

Conforme prevê a legislação vigente sobre convênios, o INMETRO concede um prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentação das contas ou saneamento das não conformidades, quando é o caso. Todavia, é necessário ressaltar que durante o exercício de 2012 não houve ocorrência de inadimplência nos convênios firmados com a RBMLQ-I, Dos 26 (vinte e seis) convênios firmados, apenas as prestações de contas de 2 (dois) estados, quais sejam: Maranhão (IPEMAR) e Rio Grande do Norte (IPEM-RN) apresentaram não conformidades que já estão sendo saneadas com orientação do Serviço de Contabilidade do Inmetro.

Quanto aos demais convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos e Órgãos Públicos, durante o exercício de 2012 não houve ocorrência de inadimplência, pois até o final do exercício em questão encontravam-se vigentes um total de 8 (oito) convênios e termos de cooperação firmados com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos durante a vigência da portaria interministerial n.º 127/2008 e 507/2011, não atingindo, portanto, o prazo determinado para apresentação de prestação de contas. Por fim, cumpre informar que cabe às diretorias responsáveis pelo convênios verificar a observância dos prazos e promover as cobranças das prestações de contas em atraso.

Situação das Transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do Art.12 do Decreto 7.680/12, ou legislação que o altere;

Apenas dois instrumentos enquadram-se no disposto no art. 35, inciso II do Decreto n.º 93.872/1986, quais sejam: o Convênio firmado entre o Inmetro e a Sociedade Brasileira de Metrologia – SBM inscrito no SICONV sob o n.º 767841/2011, onde foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 100,00 (cem reais) e o convênio firmado entre o Inmetro e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais, cujo montante de R\$ 186.200,00 (cento e oitenta e seis mil e duzentos reais) foi inscrito em restos a pagar. Quanto aos demais instrumentos do quadro A.6.1, todas as transferências foram efetuadas até o dia 29/12/2011.

DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986
Art . 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;

II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.

Tendo em vista o contingenciamento ocorrido no exercício de 2012, mais precisamente no mês de setembro, alguns repasses para os órgãos delegados do INMETRO sofreram atrasos. Porém este atraso não comprometeu a execução do objeto do convênio pelos órgãos delegados.. Nesse sentido 25 (vinte e cinco) instrumentos enquadram-se no disposto no art. 35, inciso II do Decreto n.º 93.872/1986, quais sejam:

657296 - IBAMETRO
567252 - AEM/MS
662823 - IPEM/ES
657382 - IMEQ/MT
657381 - IPEMAR
657339 - IPEM/PR
657295 - IPEM/PE
657381 - IPEMAR
657294 - IMEQ/PB
657253 - IPEM/MG
657340 - IMEPI
660598 - IPEM/RJ
657523 - IPEM/RN
657380 - IPEM/SP
657370 - IPEM/TO
657379 - IPEM/AC
657396 - IMEQ/AL
657363 - IPEM/AP
657397 - IPEM/AM
657378 - IPEM/PA
657807 - IPEM/RO
662824 - IPEM/RR
657432 - ITPS-SE
673232 - GEAP
652659 - IMETRO/SC

Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

No exercício financeiro de 2010 foram firmados 23 (vinte e três) convênios e 1 (um) termo de cooperação, perfazendo o total de 24 (vinte e quatro) instrumentos de transferências voluntárias firmados durante o exercício. O volume total de transferências repassadas em 2010 foi de R\$ 267.059.296,31, o que representou um percentual de aumento de 25,28% (vinte e cinco vírgula vinte e oito por cento) em relação ao exercício de 2009.

No exercício de 2011 foi firmado apenas 1 (um) convênio, o que em termos de volume de recursos repassados em relação ao exercício financeiro de 2010 um crescimento de 8,86% (oito vírgula oitenta e seis por cento).

Por fim, no exercício de 2012, foram firmados 4 (quatro) convênios e o aumento da arrecadação pelos órgãos delegados do INMETRO ocasionou o aumento de 47,77% (quarenta e sete vírgula setenta e sete por cento) em relação ao volume de recursos repassados no exercício de 2011.

Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;

Por meio da implementação do Sistema de Gestão Integrada do Inmetro e com o acompanhamento do plano de aplicação elaborado pela Coordenação Geral da RBMLQ – CORED, que é revisto semestralmente todo o acompanhamento sob o aspecto financeiro é feito sistematicamente através do SGI, uma vez que o plano de aplicação elaborado e revisto semestralmente pela CORED também é inserido no sistema, logo através do SGI é possível fazer o controle orçamentário e financeiro das transferências. Isto quer significar que se em algum momento for apontada alguma inconsistência através dos dados contidos no Sistema, o Inmetro imediatamente comunica a Autarquia Estadual conveniente para que seja sanada a pendência, ficando o repasse suspenso até o saneamento da mesma.

Quanto aos demais convênios firmados com entidade privadas sem fins lucrativos, todo o gerenciamento e acompanhamento financeiro é feito através do Sistema Siconv e cabe às diretorias responsáveis pelos convênios acompanhar a execução dos convênios no sistema.

Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

As prestações de contas dos convênios e Termos de cooperação firmados pelo Inmetro obedeceram aos prazos estabelecidos e a forma de apresentação durante o exercício. Todavia, cabe informar que desde o mês de fevereiro de 2012, todas as prestações de contas dos Órgãos da RBMLQ-I, estão sendo enviadas e analisadas através do Sistema de Gestão Integrada do Inmetro – SGI e quanto aos demais convênios firmados pelo Inmetro com entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos todos encontram-se registrados no Siconv, inclusive aqueles que foram firmados antes da vigência da Portaria Interministerial n.º 127/2008 que quando do advento da apresentação da prestação de contas final, o parecer de aprovação ou reprovação das contas no sistema. Através do controle sistêmico do portal de convênios e do acompanhamento concomitante com a execução feito pelas diretorias responsáveis pela gestão do convênio as prestações de contas são apresentadas, na sua quase totalidade dentro do prazo estipulado e na forma prescrita. Após a análise por parte do gestor do convênio a prestação de contas é encaminhada para o Serviço de Contabilidade para análise da execução financeira do convênio. Nesse contexto quando da análise inicial da prestação de contas é verificada alguma não conformidade é concedido um prazo de 30 (trinta) dias para que a conveniente apresente suas justificativas, esta que, constitui em um desdobramento da fase de análise da prestação, que possui a finalidade de esclarecer questões pendentes na análise inicial.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Desde o início do exercício de 2007, o INMETRO tem investido recursos financeiros e humanos buscando a capacitação contínua de sua força de trabalho para efetuar a análise das prestações de contas de convênios de forma eficiente e eficaz. Nesse Sentido o SGI possibilitou uma visão holística da prestação de contas dos convênios firmados pelo Inmetro com a RBMLQ-I, pois através deste sistema é possível analisar a prestação de contas sob o aspecto orçamentário, financeiro e físico, haja vista que é verificada a obediência ao plano de aplicação determinado pelo Inmetro, sendo certo de que o cumprimento do plano de aplicação é uma das condições de repasse para a liberação das parcelas.

No que concerne às transferências destinadas às entidades públicas e entidades do terceiro setor, com a crescente evolução normativa, doutrinária e dos novos posicionamentos jurisprudenciais acerca das transferências voluntárias, principalmente nos casos de Convênios e Termos de Cooperação, temas esses mais afetos à realidade do Inmetro. As análises das prestações de contas proferidas pelas Diretorias responsáveis pela gestão do convênio e pelos profissionais do Serviço de Contabilidade do INMETRO buscam adequação às necessidades exigidas pelas normas sobre convênios e pela jurisprudência dos tribunais superiores promovendo, dessa forma uma análise quantitativa e qualitativa da prestação de contas, sob os aspectos financeiros do convênio e, a correlação entre este e o objeto do convênio. Este fato se confirma quando o Serviço de Contabilidade do Inmetro verifica na análise a necessidade de devolução de recursos ou de apresentação de demais justificativas. Essas medidas não adotadas pelos convenientes, o que demonstra a eficiência e a eficácia dos meio adotados.

Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Os gerentes e os fiscais de convênio formalmente nomeados mediante Portaria Institucional executam todas as ações de fiscalização e acompanhamento dos instrumentos de transferências voluntárias, tais como Convênios e Termos de Cooperação. A ação dos fiscais e gerentes se inicia a partir da apresentação da proposta por parte dos interessados, até a finalização do convênio e quando necessário, de acordo com o objeto do programa de governo, desde o chamamento público e do concurso de projetos até a finalização da avença. Quando da prestação de contas de convênio o gerente e o fiscal de convênio verificam a execução da transferência sob o aspecto físico principalmente e sob o aspecto financeiro, minimamente. Cabe à Setorial Contábil do Inmetro pronunciar-se sobre a execução financeira do convênio e sobre sua gestão, sendo que a análise financeira, dentre outras vertentes engloba a análise da aplicabilidade do cronogramado no plano de trabalho na execução do convênio, tanto pelo cumprimento de obrigações e prazos pelo concedente e pelo conveniente.

No que diz respeito à fiscalização “in loco”, esta fica à cargo da Auditoria Interna do Inmetro, na qual no seu Plano Operacional de Atividades de Auditoria Interna Financeira Contábil e Administrativa – POAAI, consta a programação de auditoria in loco dos convênios firmados pelo Inmetro.

Análise da Efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo das UJ;

O INMETRO tem como missão principal, analisar as condições técnicas e qualidade de diversos produtos existentes no mercado, por meio de medições que seguem rígidos processos de metrologia e avaliação.

Para alcançar a meta projetada anualmente e atender aos anseios da sociedade, o INMETRO mantém parcerias com órgãos estaduais e municipais, bem como com entidades sem fins lucrativos. Durante o exercício de 2012, o INMETRO cumpriu pontualmente, à medida em que teve disponibilidade orçamentária, com todos os compromissos assumidos mediante convênios, relativos às transferências dos valores neles pactuados.

Assim, todos os programas definidos pelo INMETRO que ensejaram transferências de recursos, quer seja por meio de convênios e termos de cooperação tiveram seus objetivos alcançados de forma eficiente e eficaz.

Programas do Inmetro - Disponibilizados (SICONV)

3020320130001 - Programa de cooperação técnica, entre o Inmetro e a Rede Metrológica, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades metrológicas no Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo o apoio à realização de ensaios metrológicos. - Fiscalização em Metrologia e Qualidade. - Associação Rede De Metrologia E Ensaio Do Rio G Sul -Ação Orçamentária – 26652055.

3020320120006 - Modernização e reestruturação dos laboratórios de massa, temperatura e pressão, localizados no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - Desenvolvimento Produtivo. - Instituto De Pesos E Medidas Do Estado Do Rio De Janeiro - Ação Orçamentária – 20340056.

3020320120004 - Modernização e reestruturação dos laboratórios de massa, temperatura e pressão, localizados no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - Desenvolvimento Produtivo. - Instituto De Pesos E Medidas Do Estado Do Rio De Janeiro - Ação Orçamentária – 20340056 – CADASTRADO.

3020320120003 - Modernização e reestruturação dos laboratórios de massa, temperatura e pressão, localizados no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - Desenvolvimento Produtivo. - Instituto De Pesos E Medidas Do Estado Do Rio De Janeiro - Ação Orçamentária – 20340056 - CADASTRADO.

3020320120001 - Modernização e reestruturação dos laboratórios de massa, temperatura e pressão, localizados no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - Desenvolvimento Produtivo. - Instituto De Pesos E Medidas Do Estado Do Rio De Janeiro - Ação Orçamentária – 20340056 - CADASTRADO.

3020320110003 - Ampliar a capacitação/formação em TIB para apoio à inovação e competitividade - ação 0390: Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade; Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo; Público alvo: Setor produtivo; sociedade - Sociedade Brasileira De Metrologia - Ação Orçamentária - 03902272.

3020320110002 - Programa de Cooperação Técnica e Desenvolvimento das atividades de metrologia e da avaliação da conformidade. - O presente CONVÊNIO tem como objeto estabelecer um Programa de Cooperação Técnica, entre o Inmetro e o Paraná Metrologia, com interveniência do Ipem/PR, visando o desenvolvimento e ao aperfeiçoamento das atividades metrológicas e da avaliação da conformidade no Estado do Paraná. - Rede Paranaense De Metrologia E Ensaio - Parana Metrologia - Ação Orçamentária - 2034000.1

3020320110001 - Programa de Apoio ao desenvolvimento da Metrologia no Estado do Rio de Janeiro– 2011 - Este Convênio tem como objetivo estimular e apoiar o desenvolvimento da

Metrologia, Avaliação de Conformidade, Acreditação, Pesquisas em áreas estratégicas, a consolidação de equipes, mediante a concessão de bolsas de apoio técnico, de pós-graduação e de pós-doutoramento, bem como a participação de pesquisadores de instituições localizadas no Estado do Rio de Janeiro em projetos de pesquisa definidos como prioritários pelo Inmetro. - Fundação Carlos Chagas Filho De Amparo A Pesquisa Do Estado Do Rio De Janeiro-FAPERJ - Ação Orçamentária – 20340058.

3020320100002 - Convênio Inmetro e Sebrae - Este Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação entre o Inmetro e o Sebrae com vistas ao desenvolvimento de atividades conjuntas para a consecução da implantação assistida de Programas de Avaliação da Conformidade, de acordo com o Plano de Ação Quadrienal aprovado pelo Conmetro, plano este que define os produtos, serviços, processos e profissionais que serão objeto de desenvolvimento e implantação de Programas de Avaliação da Conformidade, objetivando facilitar o acesso e a inserção sustentável das micro e pequenas empresas nos respectivos Programas. - Ação Orçamentária –20340058.

3020320090002 - Difusão das ferramentas de tecnologia industrial básica na formação profissional - tecnologia Industrial Básica é um tema técnico e de suma importância. Não obstante, o conhecimento e a utilização de conceitos e práticas válidas das funções de TIB ainda são baixos, apesar do programa brasileiro de TIB já ter cerca de 20 anos. Em Minas Gerais tal situação é ainda mais crítica, especialmente se comparada àquelas verificadas em outros estados com menores participações no PIB brasileiro. Evidências da baixa disseminação do tema e das baixas implementações das ferramentas de TIB são os resultados obtidos em uma pesquisa realizada em Minas Gerais e os resultados de indicadores de ferramentas de TIB no estado. Vale destacar dois aspectos relevantes dos resultados do trabalho: i) a necessidade de promover a verdadeira tradução das ferramentas de TIB na ponta. ii) a baixa adesão dos empresários/técnicos no treinamento de TIB. Estes dois aspectos mostram a importância do papel do pesquisador nesta área do conhecimento. Neste sentido, cita-se a relevância de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias eficazes, capazes de fazer com que as funções da TIB sejam realmente incorporadas aos produtos mineiros, em especial das MPEs, agregando valor a tais produtos. Um dos indicadores que permitem evidenciar a disseminação da cultura e implementação de ferramentas de TIB é o número de organizações capazes de certificar qualidade, estabelecer e aplicar normas e padrões, assim como reunir e disseminar a informação necessária. (Indicador também reconhecido pelo Banco Mundial, para diferenciar países pobres dos ricos). Os dados obtidos na pesquisa reforçam a necessidade de ações que promovam uma mudança no panorama mineiro. Outro indicador a ser destacado que reforça a falta de uma cultura na área, é que apesar de Minas Gerais reunir um quadro favorável à incorporação das ferramentas de TIB ao seu processo de desenvolvimento, dados do Ministério de Ciência e Tecnologia mostram um estado acanhado na utilização proporcional do aporte de recursos federais. No período de 2001 a 2005 utilizou apenas 5,8% do aporte de recurso total. A FAPEMIG tem como missão induzir e fomentar a pesquisa e a inovação científica e tecnológica para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, promovendo, estimulando e apoiando, programas e propostas de pesquisa e de capacitação de recursos humanos. O Centro de Capacitação do Inmetro - CICMA busca criar condições para que o Inmetro, como instrumento de Estado que tem um papel central na formulação, coordenação e execução das ações relacionadas a todos os aspectos dos processos metrológicos, possa contribuir, em âmbito nacional, para a expansão, fortalecimento e aprimoramento das competências e da infraestrutura tecnológica do País, inclusive coordenando e participando do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de ponta em metrologia e domínios associados. O programa proposto se diferencia dos atuais programas vigentes de fomento à iniciação científica e tecnológica, na medida em que não se restringe à simples concessão de bolsas aos alunos. Enquanto nos programas vigentes, todo e qualquer recurso adicional necessário à pesquisa deve ser objeto de projeto específico apresentado pelo orientador às agências de fomento, no programa proposto existe a possibilidade de aporte de

recursos de custeio para facilitar/possibilitar o alcance dos resultados pretendidos. Muitas vezes, um pequeno aporte de recurso promove um resultado significativo no trabalho. No programa proposto os projetos a serem apoiados: • abordam um tema específico; • buscam ampliar e diversificar a linha de trabalho do pesquisador; • possibilitam um trabalho colaborativo com instituições e pesquisadores que já possuem uma competência estabelecida e reconhecida na área; • buscam ampliar o conhecimento dos alunos em temas pouco abordados e explorados nas disciplinas formais dos cursos. Cabe ressaltar que o programa prevê acompanhamento do desenvolvimento dos projetos, visando garantir a adequada disseminação / aplicação das ferramentas de TIB. O objetivo central deste plano de trabalho é juntar as competências do Inmetro (CICMA) e FAPEMIG no desenvolvimento de ações visando à capacitação de profissionais de nível técnico e superior nas funções da TIB (metrologia, normalização, avaliação da conformidade e tecnologias de gestão). - Ação Orçamentária – 03902272.

3020320090001 - Programa Avançado para o Desenvolvimento Estratégico para Acreditação, Metrologia e Qualidade - Apoiar a realização do 5º Congresso Brasileiro de Metrologia – Metrologia 2009 - no período de 9 a 13 de novembro de 2009 em Salvador, BA. 2. Desenvolver capacitação profissional de nível técnico e superior por intermédio de ações conjuntas da Escola Nacional de Tecnologia Industrial – ENTIB (SBM), e do Centro Integrado de Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade – CICMA (Inmetro). 3. Realizar a reunião do Comitê Técnico da IAF. 4. Dentre outras atividades. - Ação Orçamentária – 20330001.

3020320080002 - Obra de Reforma com Acréscimo do Edifício Sede / Anexo do Instituto de Metrologia do Estado do Piauí – IMEPI - Emenda Parlamentar pautada na Lei Orçamentária Anual 11.667 de 24 de março de 2008. - Ação Orçamentária – 20340056.

3020320080001 - Metrologia e Qualidade Industrial - O Programa Metrologia e Qualidade Industrial apresenta-se como importante fator para a reestruturação produtiva, pois representa uma referência para o aumento da qualidade do produto brasileiro, apoiando o aumento das exportações brasileiras e fortalecendo o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de segurança. - Ação Orçamentária – 03902034.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos - Visão Geral

XXIV - Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
183023	INMETRO	-	5.920,00	130.372,98	136.292,98
183025	SURGO	-	5.438,74	12.080,09	17.518,83
183039	SURRS	-	51.672,31	24.451,67	76.123,98
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	63.031,05	166.904,74	229.935,79

5.4.1.2 Suprimento de Fundos - Conta Tipo B - NÃO UTILIZADO PELO INMETRO

5.4.1.3 Suprimento de Fundos - Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

XXV - Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por PortadorValor em
R\$1,00

Código da UG 1	183023	Limite de Utilização da UG	R\$ 450.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Dinalva dos Santos Monteiro	524.116.721-87	7.500,00	-	6.082,66	6.082,66
Edilamar Peixoto	554.008.927-87	8.600,00	-	3.707,45	3.707,45
Edson Luiz Cabral	673.708.967-49	13.300,00	1.270,00	787,85	2.057,85
Fernanda Carvalho Bitencourt	095.321.367-62	8.000,00	-	2.326,89	2.326,89
Gil Eduardo Amorim Vieira	723.991.557-34	24.000,00	-	8.607,99	8.607,99
Isabela Wanderley Alves	052.992.967-89	34.500,00	2.520,00	28.230,66	30.750,66
Jesus Nocal	397.724.207-59	3.400,00	-	-	-
João Pires da Silva	520.280.207-25	9.100,00	300,00	-	300,00
Joaquim Ribeiro da Silva Neto	890.183.547-91	2.700,00	-	44,98	44,98
José Manoel de Oliveira	520.389.717-49	1.050,00	-	-	-
José Manoel Scofano Borges de Pinho	519.780.837-34	32.000,00	-	2 1.077,46	21.077,46
Lucileia Batista Pereira	894.254.137-20	6.000,00	1.380,00	-	1.380,00
Luís Felipe Medeiros de Macedo	795.972.707-49	32.000,00	-	18.540,26	18.540,26
Nina Hentzy de Oliveira	018.905.357-70	8.000,00	-	-	-
Rubens Gomes de Oliveira	351.603.811-04	3.000,00	-	2.208,07	2.208,07
Sebastião Marcos Alves de Souza	895.766.407-68	5.000,00	-	133,50	133,50
Sheila Guimarães Baptista	744.310.057-49	24.000,00	450,00	16.547,38	16.997,38
Sílvia Nicolau Conde	408.633.367-87	10.000,00	-	1.525,20	1.525,20
Suely Galdino Lopes	582.096.387-34	12.000,00	-	5.928,58	5.928,58
Sylvia Helena Mota Rabello	400.529.317-49	8.000,00	-	5.023,91	5.023,91
Wilson Ferreira de Azevedo	528.736.177-72	13.000,00	-	9.600,14	9.600,14
Wilson Ferreira de Castro	699.710.807-53	3.800,00	-	-	-
Total Utilizado pela UG			5.920,00	130.372,98	136.292,98
Código da UG 2	183025	Limite de Utilização da UG	R\$ 14.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Andréa Pinheiro	305.199.771-49	1.500,00	0,00	553,90	553,90
Andréa Pinheiro	305.199.771-49	500,00	0,00	300,00	300,00
Cláudia Domingues	409.722.831-53	300,00	71,16	0,00	71,16
Eliane Neves	263.619.651-04	4.000,00	500,00	2.249,42	2.749,42
Eliane Neves	263.619.651-04	4.000,00	1.085,50	757,93	1.843,43
Eliane Neves	263.619.651-04	8.000,00	844,90	1.757,79	2.602,69

Eliane Neves	263.619.651-04	500,00	0,00	384,50	384,50
Luciano Veira	194.528.451-04	1.000,00	0,00	341,35	341,35
Luciano Veira	194.528.451-04	4.000,00	336,00	320,00	656,00
Luciano Veira	194.528.451-04	2.000,00	0,00	357,08	357,08
William Santos	041.914.188-07	4.000,00	990,00	2.141,64	3131,64
William Santos	041.914.188-07	8.000,00	1.475,18	1.304,55	2.779,73
William Santos	041.914.188-07	6.000,00	136,00	1.611,93	1.747,93
Total Utilizado pela UG			5.438,74	12.080,09	17.518,83
Código da UG 3	183039	Limite de Utilização da UG		R\$ 300.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alexander Marcelo Zabka Dutra	686.890.040-68	600,00	318,90	-	318,90
Anderson Silva de Andrade	090.531.227-96	1.600,00	285,45	17,45	302,90
Arnaldo Rogerio Mendes de Pinho	405.440.440-53	2.250,00	1.548,70	127,89	1.676,59
Arnoldo Rodrigues da Rosa	303.842.060-34	4.300,00	1.439,10	603,38	2.042,48
Beatriz Correia Borges	359.621.780-68	5.100,00	697,04	2.468,29	3.165,33
Bruno Mascarenhas Lozano	058.213.537-00	3.730,00	2.314,40	180,00	2.494,40
Catusa de Marco	961.250.390-72	300,00	218,10	3,40	221,50
Claudia Martino Maciel	439.222.360-49	2.150,00	907,42	39,00	946,42
Decio Jose de Marchi	197.057.270-15	1.650,00	604,70	47,06	651,76
Edson Malvar Marinho	281.118.000-10	10.650,00	5.810,63	1.091,19	6.901,82
Eduardo Costa Almeida	448.003.399-87	4.450,00	1.286,17	1.064,56	2.350,73
Eduardo Rieger Hiller	007.603.410-01	2.200,00	1.178,10	28,50	1.206,60
Eledi da Silva Viana	290.127.670-91	1.650,00	505,10	-	505,10
Eugenio Ceolin	214.880.700-59	1.800,00	679,80	23,89	703,69
Evaristo Antonio Censi	311.306.580-15	1.400,00	816,65	-	816,65
Fabiano Augusto Araujo dos Reis	045.662.866-57	790,00	790,00	-	790,00
Felipe Weber	299.756.092-6	700,00	198,40	-	198,40
Fernanda Fernandes de Souza	978.001.120-04	1.700,00	463,10	42,40	505,50
Gilberto Edson Oberoffer	162.898.110-53	6.800,00	2.848,85	2.568,90	5.417,75
Gilmar Figueiredo da Silva	301.281.290-34	1.420,00	729,90	6,00	735,90
Gilson Davesac Senna	391.960.380-04	1.650,00	793,70	130,00	923,70
Hugo Wallace Kadoch	121.406.190-72	1.150,00	202,58	17,90	220,48
Humberto Cardoso da Cunha	315.186.210-15	4.750,00	2.101,10	1.024,26	3.125,36
Ilstor Martin	268.494.290-00	4.800,00	2.003,75	1.649,46	3.653,21
Ines Tiecher Borges	311.786.770-87	1.400,00	1.096,45	15,00	1.111,45
João Baptista Jordan	399.252.850-20	1.980,00	459,00	980,90	1.439,90
João Carlos Pacheco Pereira	217.640.180-87	2.600,00	492,60	112,69	605,29
João Luiz Orso	360.644.910-00	4.100,00	865,30	532,58	1.397,88
Joel Franceschini	011.079.870-83	5.200,00	507,35	692,99	1.200,34
Jorge Luiz Paz de Oliveira	371.260.320-72	100,00	-	-	-
Jose Adair de Castro Mackmillan	276.399.670-15	4.900,00	1.403,32	786,76	2.190,08
Jose Alberto Kubiczewski	183.717.790-20	6.372,00	588,60	2.885,10	3.473,70

Jose Roberto Barcellos dos Santos	199.728.060-49	3.850,00	1.666,70	456,53	2.123,23
Jose Sidnei Antunes	339.208.420-49	3.400,00	1.306,80	1.342,34	2.649,14
Juarez Bertoni Malabarba	350.590.950-53	1.480,00	829,60	496,80	1.326,40
Leo Guerreiro Junior	323.270.210-49	2.000,00	414,65	70,00	484,65
Luci nara de Souza Zimmer	224.652.270-68	1.750,00	661,00	49,70	710,70
Luciane da Rocha	949.752.210-04	1.250,50	248,70	63,99	312,69
Luiz Fernando Fonseca de Fraga	199.730.200-49	100,00	-	-	-
Marcelo Luzardo de Carvalho	405.405.370-04	1.100,00	253,10	-	253,10
Marcos Pacheco Bittencourt	016.120.835-52	2.780,00	1.295,45	76,20	1.371,65
Nara Rosane de Souza Benedito	449.092.500-00	3.800,00	997,36	2.265,60	3.262,96
Paulo Roberto da Silva	257.439.450-04	1.610,00	387,60	-	387,60
Remi Antonio Basso	235.779.160-87	2.250,00	1.752,00	40,00	1.792,00
Roberto Martin Schreiner	157.440.780-53	1.330,00	326,49	13,77	340,26
Rodrigo Otavio de Oliveira	486.091.020-68	1.700,00	388,55	136,85	525,40
Ronaldo Krauzs	306.990.290-15	2.750,00	833,40	230,38	1.063,78
Sergio Artur Silveira Spilimbergo	314.742.170-87	4.310,00	1.342,75	562,50	1.905,25
Sergio da Silva Alves	237.348.090-53	3.100,00	1.183,40	45,00	1.228,40
Sidnei Correa de Lima	275.530.860-53	2.870,00	1.183,55	755,50	1.939,05
Tiago Roberto Borges de Moraes	007.346.480-57	300,00	-	95,00	95,00
Umberto Rech	408.984.310-34	4.700,00	1.618,35	563,96	2.182,31
Valdir Ulian	219.177.360-53	1.300,00	828,60	48,00	876,60
Total Utilizado pela UG			51.672,31	24.451,67	76.123,98
Limite de Utilização da UJ				R\$ 764.000,00	
Total Utilizado pela UJ			63.031,05	166.904,74	229.935,79

Fonte: SEAAF

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

XXVI - Quadro A.5.11 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valor em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	1010	60.732,31	600	172.807,21	233.539,52
2011	-	-	766	42.479,51	691	146.302,78	188.782,29
2010	-	-	870	47.525,97	1036	207.538,09	255.064,06

Fonte: Conta Tipo "B" não se aplica, pois a instituição não utiliza-se desta modalidade.

5.4.1.5 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

XXVII - Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Valor em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	334	366.323,29	276	288.357,32	392	387.593,39

Fonte: Processos de Concessão de Suprimento de Fundos das UGs 183023, 183025 e 183039.

5.4.1.6 Análise Crítica

Em decorrência do crescimento das atividades exercidas pelo Inmetro (sede) devido ao aumento de diretorias, projetos e de processos a utilização da sistemática de suprimentos de fundos – CPGF –, visa atender aos gastos considerados emergências que surgem em decorrência da inviabilidade da utilização de processos de despesas ordinários. Contudo, a Administração vem buscando aperfeiçoar o fluxo operacional na realização dos processos de despesas visando mitigar a utilização desta modalidade para suprir demandas operacionais administrativas.

Os produtos adquiridos visam atender o Programa de Avaliação da Conformidade e são adquiridos via CPGF (na formar de saques), salvaguardando o sigilo da avaliação, pois são realizadas compras dos produtos na figura de cidadão comum.

Em relação às Superintendências localizadas nos estados de Goiás (SURGO) e no Rio Grande do Sul (SURRS), destacando o significativo aumento de equipes, cabe destacar que estas executam as atividades fins vinculadas às áreas de Metrologia Legal e Qualidade, conseqüentemente, utilizam em maior quantidade do CPGF, haja vista a necessidade de percorrem todos os municípios dos Estados, gerando despesas (extras), como manutenção de viaturas, correios, combustíveis etc.

5.5 Renúncias Tributárias - NÃO SE APLICA

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da UJ

XXVIII - Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1102	110	52
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1102	110	52
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	1093	110	50
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	1	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	7	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	18	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	1120	112	53

Fonte: Sistema Siape

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ

XXIX - Quadro A.6.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	16
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	12
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	5
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	2
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	3
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	72
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	40
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	32
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	5
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	102

Fonte: Sistema Siape

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

XXX - Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	117	111	11	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	117	111	11	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	86	9	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	7	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	-	16	2	1
1.2.5. Aposentados	-	2	0	0
2. Funções Gratificadas	58	58	0	6
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	58		6
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	175	169	11	16

Fonte: Sistema Siape

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

XXXI - Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	139	275	230	370	98
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	139	275	230	370	98
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	3	36	43	58	24
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	24	21	41	22
2.3. Funções Gratificadas	2	12	22	17	2
3. Totais (1+2)	142	311	273	428	122

Fonte: Sistema Siape

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

XXXII - Quadro A.6.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	16	22	29	319	706	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	16	22	29	319	706			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	11	69	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0					25			
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	11	44	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	16	22	29	330	775	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade:

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Siape

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

XXXIII - Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	38.916.998,07	4.704.725,74	40.596.236,26	3.701.052,24	6.265.384,60	2.876.534,02	3.593.188,54	63.194,39	-	100.717.313,86
	2011	35.185.428,52	4.265.009,96	39.444.404,64	4.036.006,62	9.147.290,81	3.426.254,87	38.018.203,66	-	-	133.522.599,08
	2010	32.906.247,94	3.337.621,82	31.775.272,31	4.130.290,80	6.732.777,36	1.249.034,22	32.783.161,31	2.983.521,28	-	115.897.927,04
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											

Exercícios	2012	813.192,52	153.171,23	552.174,68	34.657,65	-	75.372,20	38.241,25	2.168,27	-	1.668.977,80
	2011	831.824,78	156.679,47	675.637,43	49.852,91	-	69.469,79	42.687,72	-	-	1.826.152,10
	2010	918.870,00	141.520,93	497.771,98	42.456,38	-	32.800,93	22.217,53	-	-	1.655.637,75
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	5.461.793,51	662.698,39	9.647.043,84	435.453,74	-	524.544,54	386.238,83	2.060,16	-	17.119.833,01
	2011	4.869.839,92	635.080,49	9.896.643,04	509.116,79	-	475.815,21	462.609,23	-	-	16.849.104,68
	2010	4.656.983,53	557.539,18	8.676.883,51	526.565,14	-	169.341,69	307.025,15	-	-	14.894.338,20
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	2.916.650,30	556.361,19	3.511.274,26	332.161,24	-	217.481,90	269.406,34	4.339,22	-	7.807.674,45
	2011	2.680.559,89	494.530,09	3.739.943,25	350.746,68	-	214.346,28	246.329,54	-	-	7.726.455,73
	2010	2.671.097,36	446.602,86	3.359.838,30	349.835,93	-	75.601,67	158.044,99	-	-	7.061.021,11

Fonte: Sistema Siape

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

XXIV - Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	29	0
1.1 Voluntária	28	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	2	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	31	0

Fonte: Sistema Siape e Sisac

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ

XXXV - Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	6	0
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	3	0
2. Em Atividade	2	0
3. Total (1+2)	8	0

Fonte: Sistema Siape

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Com a finalidade de garantir o atendimento do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da CF/88 e Art. 118 da Lei 8.112/90, o Inmetro possui procedimento documentado no qual se exige a o preenchimento da Declaração de Não Acumulação de Cargo Público (For-Diraf-115) nos casos de ingresso e desligamento de servidores de carreira e comissionados.

Por meio da citada declaração o servidor indica encontrar-se em uma das seguintes situações:

- a. Não acumula cargo público;
- b. Acumula legalmente, indicando o cargo ocupado; ou
- c. Se possui aposentadoria.

Ademais, hoje contamos com o apoio do sistema SIAPE na emissão de alertas em caso de ingresso de novo servidor com matrícula ativa em outro órgão da administração pública federal (desde que também utilize o sistema SIAPE).

Em se tratando de acumulação em órgãos da outra esfera de governo, esta unidade de recursos humanos entende que cabe ao servidor atualizar sua Declaração, informando o ingresso em novo cargo. Nesses casos procedemos à análise de possível acumulação lícita, inclusive quanto à compatibilidade de horário.

Por fim, não tomamos ciência de qualquer servidor acumulando cargos ilicitamente no âmbito desta unidade.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Com relação aos procedimentos para regularização de servidores em situação de acumulação ilícita, temos a informar que até a presente data não foi necessário adotar o procedimento sumário previsto no Art. 133 da Lei 8.112/90, uma vez que não foi detectado qualquer servidor em situação irregular nos últimos anos. Por vezes, quando do ingresso de novos servidores, as possíveis acumulações ilícitas detectadas foram logo sanadas por meio da orientação e esclarecimento.

6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

XXXVI - Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	112	136	122	133
Concessão de aposentadoria	34	45	31	37
Concessão de pensão civil	9	9	8	9
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	17	0	17	0
Totais	172	190	178	179

Fonte: Seape

XXXVII - Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	21	10	22	8
Cancelamento de concessão	0	0	0	1
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	21	10	22	9

Fonte: Seape

XXXVIII - Quadro A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	122	0	0	0
Concessão de aposentadoria	29	2	0	0
Concessão de pensão civil	9	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	17	0	0	0
Total	177	2	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	22	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	22	0	0	0

Fonte: Seape

6.1.7.2 Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

XXXIX - Quadro A.6.12 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: Seape

Não houve registros de atos sujeitos à remessa física ao TCU.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos

XL - Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os Atos submetidos a Registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	14		
Concessão de aposentadoria	1	0		
Concessão de pensão civil	3	0		
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0		
Concessão de reforma	0	0		
Concessão de pensão militar	0	0		
Alteração do fundamento legal de ato concessório	6	0		
Totais	10	14		

Fonte: Audin

6.1.8 Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Nome / Tipo / Responsável pela Coleta do Indicador	Memória de Cálculo / Conceituação	Meta 2012	Resultado 2012	Alcance da Meta - 2012 (%)
Nota individual média dos servidores do Inmetro no Sistema de Avaliação de Desempenho Individual (SIADI) Eficácia Resp.: Codrh	-	4,00	4,16	104
Índice de servidores capacitados Eficácia Resp.: Codrh	(Nº de servidores capacitados/Total de servidores) x 100)	100%	75,76%	75,76
Rotatividade (turnover das vagas providas em 2012) (*) Eficácia Resp.: Codrh	(Nº de novos servidores do concurso 2012 que saíram do Inmetro / Nº de vagas providas no concurso) * 100	0	1%	-
Taxa de frequência de acidentes com afastamento Eficácia Resp.: Diraf/Sesao	Nº de acidentes (pessoal próprio e contratado) com afastamento do trabalho, por milhão de h/h de exposição ao risco, no período	1,43 (unidade/ milhão de horas)	3,57	136,36
Taxa de gravidade Eficácia Resp.: Diraf/Sesao	(Soma do número de dias perdidos e debitados devido a acidentes, do pessoal próprio e contratado, por milhão de h/h de exposição ao risco)	8 (unidade/ milhão de horas)	10	125

(*) Egressos 1 /Ingressos 110

Vaga provida = vaga que candidato aprovado tomou posse. Vagas do concurso de 2010 que foram providas em 2012 = 110 Dos servidores que entraram em 2012, apenas 1.

(**) O indicador de Taxa de Gravidade de Acidentes, diferentemente da Taxa de Frequência de Acidentes, é muito influenciado pelo número de dias de afastamento e tipo de lesão sofrida pelo acidentado, sendo esta tendência independente da evolução do número de acidentes.

Houve aumento da quantidade de acidentes em função do aumento relevante da quantidade de servidores entre o final de 2011 e o ano de 2012. O ingresso de novos servidores, ainda não familiarizados com a política de saúde e segurança do Instituto, contribuiu para o aumento do indicador. No entanto, esses acidentes apresentaram afastamentos de pequenos períodos, conforme observa-se pela redução da taxa de gravidade em relação ao ano de 2011. Apesar da redução com relação ao ano passado, a meta estipulada ainda não foi atingida devido a reformulações nos processos internos do Sesao neste período, dificultando a implementação das medidas de controle necessárias.

Além disso, a maioria dos acidentes em 2012 não foram acidentes relacionados à execução das atividades laborais, mas sim acidentes atípicos e de pouca gravidade.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

XLI - Quadro A.6.14 - Cargos e Atividades inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Técnico em Metrologia e Qualidade	13	16	21	0	16
Pesquisador Tecnologista em Metrologia e Qualidade	26	27	32	0	27
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade	14	23	32	0	22

Fonte: Instituto Brasileiro de Administração Pública e Apoio Universitário do Rio de Janeiro

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

XLII - Quadro A.6.15 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Adalberto Romar	Técnico Especializado VI	-	-	-	-
Aline Priscila Aguiar Moraes	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Altamiro de Oliveira Filho	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Alvaro Cruz de Azevedo	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Anderson Derlan B.de Souza	Assistente Técnico II	-	-	-	-
André Luiz Garcia Rocha	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Anselmo Alves Cabral	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Anselmo Ferreira de Castro	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Antero Manoel da Silva Bastos	Técnico Especializado IV	-	-	-	-
Arnaldo Pereira Ribeiro	Técnico Especializado V	-	-	-	-
Carlos Adriano Cardoso	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Carlos Mario Faveret Neto	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Caroline Margarida Mendes	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Cesar Henrique Machado	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Cleber Lima Lopes da Cruz	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Edgar Bortolini	Técnico Especializado V	-	-	-	-
Eduardo da Silva Diniz	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Elysio Medeiros Pires Filho	Técnico Especializado V	-	-	-	-
Estela Cristina C. de Farias	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Eving da Silva	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Fabio Andre Ludolf Cacaís	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Fabio Budel Paduin	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Fernanda Barboza de Lima	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Flavia Noemia C Leite Geraldo	Assistente Técnico II	-	-	-	-

Flavio Senna Accon	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Francisco Jose M. de Carvalho	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Gilson Barbosa da Silva	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Iara Loren Soares Gonçalves	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Jesse Melo Batista	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Jorge de Castro M. C. Filho	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Jose Alves Garcia Neto	Técnico Especializado IV	-	-	-	-
Jose Julio P. dos Santos Junior	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Jose Luiz de Araujo Sabóia	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Jose Reinaldo Rosa Lima	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Julio Cesar Calassara Pereira	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Leandro Santos Lima	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Luciana de Castro Alves	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Luciaurea Oliveira C. de Zuniga	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Luis Sergio de A. Cordeiro Junior	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Luiz Edimar Carneiro	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Marcio Benicio Campos	Técnico Especializado IV	-	-	-	-
Marco Antonio Kothe	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Marcos Aurelio M. de Carvalho	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Marcos Vinicios dos S. Garcia	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Maria Aparecida Menssor	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Maria Auxiliadora R. Marques	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Maria de Fatima de B. Cyrillo	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Mauricely de Macedo Franco	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Max acrisio J. de Goes Bezerra	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Michele Oliveira Dos Santos	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Nelson Figueiredo Rodrigues	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Paula Carvalho de Almeida	Técnico Especializado I	-	-	-	-
Paulo Cesar Pelli	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Pedro Henrique Masson Franck	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Priscila Figueiredo Vieira	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Reynaldo M. de Rezende Filho	Técnico Especializado IV	-	-	-	-
Richardson Fabio B.de Souza	Técnico Especializado II	-	-	-	-
Robson Teixeira Pereira	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Rosa Raquel Gomes Correa	Técnico Especializado IV	-	-	-	-
Samuel de Oliveira Pinto	Técnico Especializado IV	-	-	-	-
Sandra Maria de Freitas Tostes	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Sergio de Aguiar Portugal	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Suzana de Oliveira Barbeitas	Técnico Especializado III	-	-	-	-
Vanderson Morgado Teixeira	Assistente Técnico II	-	-	-	-
Vitor Ferreira	Técnico Especializado I	-	-	-	-

Observação: O TAC não previu publicação dos desligamentos no DOU.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve autorização para realização de concurso público para substituição de terceirizados no exercício.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

XLIII - Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia													
UG/Gestão: 183023							CNPJ: 00.662.270/0003-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	Contrato n.º 069/09 e Processo n.º 25078/09	Milênio Assessoria Empresarial Ltda. (03.062.394/0001-09)	13/12/2012	12/12/2013	139	139	2	2	0	0	P
2011	V	O	Contrato n.º 027/11 e Processo n.º 15480/10	Supervig Segurança e Vigilância Ltda. (11.412.859/0001-24)	2/5/2012	1/5/2013	125	125	0	0	0	0	P

Observações: Em nenhum desses contratos é especificado nível de escolaridade exigido. No caso do contrato de limpeza, para os cargos "Técnico de Segurança do Trabalho" é exigida a formação técnica pertinente e "Preposto" é solicitada comprovação de conhecimentos técnicos comprovados, pelo que assinalamos como "Nível Médio".

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Diraf/Diope

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

XLIV - Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia													
UG/Gestão: 183023							CNPJ: 00.662.270/0003-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	041/12 e 15144/12	01.711.147/0001-52	1/8/2012	30/9/2013	31	31	0	0	0	0	A
2009	2	O	061/09 e 26971/09	33.087.859/0001-39	3/11/2012	2/11/2013	27	27	0	0	0	0	P
2010	6	O	091/10 e 41700/10	07.385.089/0001-09	2/1/2013	1/1/2014	7	7	0	0	0	0	P
2011	10	O	025/12 e 46083/11	01.229.958/0001-11	2/4/2012	1/4/2013	36	36	0	0	0	0	A
2012	12 - Refeições	O	039/12 e 3489/12	31.579.279/0001-33	2/7/2012	1/7/2013	12	8	31	33	1	3	A
2012	12 - Jardinagem	O	030/12 e 25477/11	05.703.030/0001-88	16/5/2012	15/5/2013	85	85	2	2	0	0	A
2009	7	O	015/09 e 53098/08	03.062.394/0001-09	1/4/2012	31/3/2013	0	0	12	12	0	0	P
2012	9	O	18/12 - 54979/2011	00.022.090/0001-11	7/3/2012	6/3/2013	0	0	2	2	1	1	A
2012	7	O	042/12 e 4230/2012	07.544.650/0001-47	1/8/2012	31/7/2013	0	0	2	2	0	0	A
2008	9	O	001/2008 e 41587/2007	32.330.003/0001-80	1/2/2012	31/1/2013	0	0	20	21	0	0	P
2008	9	O	06/08 e 15760/2007	32.330.003/0001-80	10/6/2012	9/6/2013	0	0	28	35	0	0	A

Observações: Em nenhum desses contratos é especificado exatamente o nível de escolaridade exigido. Nos casos dos cargos "Telefonista", "Técnico de Segurança do Trabalho" e "Assistente/Auxiliar Administrativo" é necessária a formação pertinente, pelo que assinalamos como "Nível Médio". No caso da empresa Sombreiro Lanches há previsão de 01 Nutricionista (Nível Superior).

LEGENDA
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo- Menores Aprendizizes; 12. Outras
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial;
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Diraf/Diope

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

XLV - Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	110	100	107	97	872.479,28
1.1 Área Fim	48	44	46	40	376.532,64
1.2 Área Meio	62	56	61	57	495.946,64
2. Nível Médio	44	39	46	45	193.601,72
2.1 Área Fim	23	20	23	22	94.042,28
2.2 Área Meio	21	19	23	23	99.559,44
3. Total (1+2)	154	139	153	142	1.066.081,00

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Codrh

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

O INMETRO tem como principais atividades atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade; planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins e prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins.

Tendo em vista as atribuições acima elencadas, a Frota de Veículos, apesar de ser atividade meio, faz parte das atividades diárias do Instituto, pois recebemos pesquisadores e cientistas de toda parte do mundo, autoridades e profissionais de todas as categorias, bem como nosso público e colaboradores internos, tendo que transportá-los aos mais diversos locais e horários do Estado do Rio de Janeiro e da Federação.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ:

Quantidade de veículos oficiais: 58 (cinquenta e oito)

Quantidade de Veículos Institucionais: 1 (um)

Quantidade de Veículos Transporte Comum: 54(cinquenta e quatro)

Quantidade de Veículos Transporte Comum Específico: 3(três)

Totalização por grupo: Grupo III - 1 (um) veículo

Grupo IV - 57 (cinquenta e sete veículos).

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

Grupo III - Anual: 45470 - Mensal: 3789

Grupo IV - Anual 721.862 - Mensal: 5041

Idade média da frota, por grupo de veículos;

Grupo III - 1 (um) veículo - Ano 2009 - 3 anos.

Grupo IV - 5 (cinco) veículos - Ano 1996 - 16 anos.

Grupo IV - 12 (doze) veículos - Ano 1998 - 14 anos.

Grupo IV - 1 (um) veículo - Ano 2002 - 10 anos.

Grupo IV - 13 (treze) veículos - Ano 2003 - 9 anos.

Grupo IV - 20(vinte) veículos - Ano 2005 - 7 anos.

Grupo IV - 2 (dois) veículos - Ano 2008 - 4 anos.

Grupo IV - 4 (quatro) veículos - Ano 2009 - 3 anos.

Idade Média : 9 anos

Custos associados à manutenção da frota:

Custo Frota Anual (2012) - Veículo Institucional - Manutenção - Grupo III - R\$ 5.492,35

Custo Frota Anual (2012) - Veículos Transporte Comum: Manutenção: Grupo IV - 277.331,43

Custos com Combustível: Etanol: R\$ 78.151,50 + Gasolina: R\$ 57.264,86 + Diesel: R\$ 61.706,69 =

Total: R\$ 212,507,05

Plano de substituição da frota;

Não há previsão de planejamento para substituição da frota de veículos.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O Inmetro não tem adquirido veículos nos últimos exercícios devido aos frequentes contingenciamentos orçamentários impostos pelo Governo Federal, principalmente no que diz respeito a orçamento para investimentos, que tem sido mais direcionados às áreas finalísticas da instituição.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Combustível: Empresa contratada - Good Card, onde temos todos os controles de abastecimento/consumo;

Manutenção: Oficina contratada - Peças Oil, onde temos um técnico permanente em sua dependência, fiscalizando/controlando orçamento, substituição e colocação das peças;

Operação: Pessoal contratado e servidores para desenvolver atividades administrativas.

b) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros:**Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:**

Foi realizado um estudo em 2008, com o intuito de analisar as vantagens e desvantagens de se terceirizar a frota de veículos do Inmetro. Na ocasião, foi realizado um comparativo entre a frota própria e a frota então locada. Levou-se em consideração itens como: despesas com manutenção, aquisição de pneus, aquisição de óleos e filtros lubrificantes, seguro obrigatório, custo do seguro do veículo, dentre outros. Assim, pelos quantitativos levantados, com o natural envelhecimento da frota e considerando que os veículos locados seriam trocados regularmente e contratualmente por mais novos, mantendo uma frota em bom estado para atendimento às demandas do Inmetro.

Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

IT Service Alimentos - CGC 01.711.147/0001-52

Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

Tipo de licitação efetuada: Pregão Eletrônico

Número do Contrato nº 41/2012 - Processo nº 15144/2012;

Vigência do Contrato - 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2013

Valor Contratado - R\$ 2.969.998,00

Valores pagos desde a contratação - R\$ 1.492.666,88

Valor do excedente - R\$ 6.148,02

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Norma Regulamentadora nº 03, de 15 de maio de 2008.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Nos últimos anos, em função da revisão da estrutura física e também regimental do Inmetro, foram criadas novas unidades, e com a aprovação de vagas para concurso, houve o ingresso de um número significativo de novos servidores, assim como pesquisadores, prestadores de serviços etc.

Dessa forma, houve também um aumento significativo das atividades da instituição.

Com o envelhecimento da frota de veículos oficiais do Inmetro, por todas as razões apresentadas, apresenta-se como de suma importância, e até de grande necessidade, a ampliação da frota, com veículos locados, com impacto positivo em face da possibilidade de atendimento de todas as demandas de deslocamento de servidores e de visitantes.

Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ:

Total de Veículos alugados: 28 (vinte e oito), todos com característica de veículos do Grupo IV - Transporte Comum.

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

1.044.366 Km/ano 2012.

Idade média anual, por grupo de veículos:

Toda a frota de veículos locados é zero quilômetro.

Custos associados à manutenção da frota, caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Todos os gastos com seguro obrigatório, lubrificantes, manutenção e combustíveis estão embutidos no custo do contrato de locação de veículos e mão de obra.

Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente:

Apresentação da Nota Fiscal do serviço prestado, pela contratada, anexando planilha com Km produtivo de cada veículo, comprovantes dos pagamentos de pedágio e estacionamento. Apresentação das solicitações de transportes, juntamente com os BDVs (boletim diário de veículo), de cada veículo.

Km excedente, análise diária de relatório operacional.

Manutenção - Controle mensal dos custos. Emissão de nota fiscal por meio da oficina contratada.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

XLVI - Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PA	2	2
	Ananindeua	1	1
	Belem	1	1
	AP	1	1
	Macapá	1	1
	MA	1	1
	São Luis	1	1
	PI	2	2
	Parnaíba	1	1
	Teresina	1	1
	CE	2	2
	Mucuripe	1	1
	Fortaleza	1	1
	RN	2	2
	Natal	1	1
	Macaíba	1	1
	PB	1	2
	Mangabeira	1	1
	Juaribe (reversão ao Estado)	0	1
	PE	1	2
	Curado	1	1
	Recife	0	1
	BA	4	4
	Feira de Santana	1	1
	Itabuna	1	1
	Salvador	1	1
	Simões Filho	1	1
	MG	8	8
	Belo Horizonte	1	1
	Araguari	1	1

	Contagem	1	1
	Governador Valadares	1	1
	Juiz de Fora	1	1
	Uberlândia	1	1
	Varginha	1	1
	Varginha	1	1
	ES	2	2
	Linhares	1	1
	Vitória	1	1
	RJ	1	1
	Xerem	1	1
	SP	6	7
	Araçatuba	1	1
	Franca (reversão ao Estado)	0	1
	São Jose do Rio Preto	1	1
	São Paulo - Centro	1	1
	São Paulo - Centro	1	1
	São Paulo - Centro	1	1
	São Paulo - Centro	1	1
	PR	4	4
	Araucária	1	1
	Curitiba	1	1
	Curitiba	1	1
	Maringá	1	1
	SC	2	2
	Itajaí	1	1
	São Jose	1	1
	RS	10	8
	Pelotas	1	1
	Porto Alegre - Centro	1	1
	Porto Alegre - Centro	1	1
	Porto Alegre - Centro	1	1
	Porto Alegre - Centro	1	1
	Porto Alegre - Centro	1	1
	Santa Maria	1	1
	Santa Maria	1	1
	Santo Ângelo	1	0
	Santo ngelo	1	0

	GO	3	3
	Anápolis	1	1
	Goiania	1	1
	Senador Canedo	1	1
	MS	3	3
	Campo Grande - Centro	1	1
	Campo Grande - Centro	1	1
	Campo Grande - Centro	1	1
	AC	1	1
	Rio Branco	1	1
	MT	1	1
	Cuiabá	1	1
Subtotal do Brasil		57	58
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		57	58

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

XLVII - Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AL	1	0
	Arpiraca	1	0
	ES	2	0
	Colatina	1	0
	Linhares	1	0
	CE	3	0
	Caucaia	1	0
	Juazeiro do Norte	1	0
	Sobral	1	0
	MS	1	0
	Dourados	1	0
	MT	1	0
	Cuibá	1	0
	MG	9	0
	Caratinga	1	0
	Patos de Minas	1	0
	Montes Claros	1	0
	Divinópolis	1	0
	Contagem	1	0
	Governador Valadares	1	0
	Juiz de Fora	1	0
	Pouso Alegre	1	0
	Uberaba	1	0
	RN	1	0
	Natal	1	0
	RJ	2	0
	Petrópolis	1	0
	Volta Redonda	1	0
	PB	1	0
	Campina Grande	1	0
	PA	1	0
	Santarem	1	0

	PR	2	0
	Curitiba	1	0
	Guarapuava	1	0
	RS	5	0
	Uruguaina	1	0
	Passo Fundo	1	0
	Cachoeira do Sul	1	0
	Santo Ângelo	1	0
	Caxias do Sul	1	0
	SC	3	0
	Tubarão	1	0
	Joinville	1	0
	Chapecó	1	0
	PE	1	0
	Caruaru	1	0
	TO	1	0
	Palmas	1	0
	SP	13	0
	São Paulo	1	0
	São Paulo	1	0
	São Paulo	1	0
	Guarulhos	1	0
	Santos	1	0
	Santo André	1	0
	Ribeirão Preto	1	0
	Presidente Prudente	1	0
	Marília	1	0
	Jabaquara	1	0
	São Paulo	1	0
	Araraquara	1	0
	São Paulo	1	0
	Subtotal Brasil	47	0
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	47	0
Fonte: Contratos de locação recebidos da RBMLQ-I			

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

XLVIII - Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	UP (Estado)	Município		Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Número	Nome			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
183023	139003825002	AC	139	Rio Branco	21	3	R\$ 13.368,96	29/11/2012	R\$ 13.954,88	R\$ -	R\$ -
183023	601200695005	AP	601	Amapá	21	3	R\$ 2.486.946,85	30/12/2012	R\$ 2.486.946,85	R\$ 2.408.053,41	R\$ -
183023	3515000945001	BA	3515	Feira de Santana	21	3	R\$ 180.165,00	29/11/2012	R\$ 188.061,09	R\$ 185.555,91	R\$ -
183023	3597000295001	BA	3597	Itabuna	11	3	R\$ 69.294,49	30/12/2012	R\$72.331,46	R\$ -	R\$ -
183023	3849006935001	BA	3849	Salvador	21	3	R\$ 266.666,68	29/11/2012	R\$ 278.072,05	R\$ 273.044,98	R\$ -
183023	3913000275005	BA	3913	Simões Filho	21	3	R 2.026.864,04	29/11/2012	R\$ 2.115.695,41	R\$ 2.100.038,01	R\$ -
183023	1389003875004	CE	1389	Fortaleza	12	3	R\$ 1.177.620,00	30/12/2012	R\$ 1.229.231,55	R\$ 197.721,71	R\$ -
183023	1389003885000	CE	1389	Fortaleza	12	3	R\$ 330.259,73	29/12/2012	R\$ 347.734,02	R\$ 19.147,68	R\$ -
183023	5663000445006	ES	5663	Linhares	21	3	R\$ 43.350,00	29/11/2012	R\$45.249,90	R\$ 44.886,65	R\$ -
183023	5705002215007	ES	5664	Linhares	11	3	R\$ 1.322.899,06	29/11/2012	R\$ 1.380.877,75	R\$ 654.403,39	R\$ -
183023	9221000275004	GO	9221	Anápolis	21	3	R\$ 272.556,41	30/11/2012	R\$ 284.501,74	R\$ 199.500,05	R\$ -
183023	9373002235009	GO	9373	Goiânia	21	3	R\$ 647.023,33	29/11/2012	R\$ 812.782,52	R\$ 137.402,10	R\$ -
183023	9753000055004	GO	9753	Senador Canedo	21	3	R\$ 110.465,95	29/11/2012	R\$ 115.307,34	R\$ -	R\$ -
183023	921005055008	MA	921	São Luis	11	3	R\$ 25.850,85	30/12/2012	R\$ 540.645,83	R\$ 514.794,98	R\$ -
183023	4069000115001	MG	4069	Araguari	21	3	R\$ 30.900,12	30/11/2012	R\$ 32.254,38	R\$ 1.747.587,40	R\$ -
183023	4371000085006	MG	4371	Contagem	21	3	R\$ 823.888,97	30/11/2012	R\$ 869.928,73	R\$ 859.997,55	R\$ -
183023	4553000965000	MG	4553	Governador Valadares	21	3	R\$ 30.000,00	30/11/2012	R\$ 31.314,81	R\$ -	R\$ -
183023	4733000635009	MG	4733	Juiz de Fora	21	3	R\$ 498.771,67	30/11/2012	R\$ 520.631,34	R\$ -	R\$ -
183023	5403002535006	MG	5403	Uberlândia	21	3	R\$ 745.609,75	30/11/2012	R\$ 894.403,39	R\$ 778.287,59	R\$ -
183023	5413000145003	MG	5413	Varginha	21	3	R\$ 59.108,09	30/11/2012	R\$ 61.698,62	R\$ -	R\$ -

183023	5413000155009	MG	5413	Varginha	5	3	R\$ 93.632,76	30/11/2012	R\$ 97.727,01	R\$ -	R\$ -
183023	4123004155006	MG	4123	Belo Horizonte	21	3	R\$ 121.931,18	30/11/2012	R\$ 127.275,06	R\$ 109.302,26	R\$ -
183023	9051001665000	MS	9051	Campo Grande	21	3	R\$ 1.844,86	30/11/2012	R\$ 1.925,71	R\$ 120.813,56	R\$ -
183023	9051001695006	MS	9051	Campo Grande	5	3	R\$ 119.759,69	30/11/2012	R\$ 125.011,40	R\$ -	R\$ -
183023	9051003005007	MS	9051	Campo Grande	21	3	R\$ 398.346,69	30/11/2012	R\$ 475.805,03	R\$ -	R\$ -
183023	9067002945002	MT	9067	Cuiabá	21	3	R\$ 211.507,20	30/11/2012	R\$ 220.776,93	R\$ -	R\$ -
183023	415000215000	PA	415	Ananindeua	21	3	R\$ 77.395,00	30/12/2012	R\$ 80.786,99	R\$ -	R\$ -
183023	427007525009	PA	427	Belém	21	3	R\$ 1.400.000,00	30/12/2012	R\$ 1.461.357,80	R\$ 1.455.307,03	R\$ -
183023	2051002375007	PB	2051	João Pessoa	21	3	R\$ 1.369.707,88	30/12/2012	R\$ 1.689.118,94	R\$ 1.369.707,88	R\$ -
183023	2531007775000	PE	2531	Recife	21	3	R\$ 533.967,44	30/11/2012	R\$ 1.288.664,14	R\$ 1.283.099,71	R\$ -
183023	1153000775005	PI	1153	Parnaíba	21	3	R\$ 36.500,00	30/12/2012	R\$ 38.099,69	R\$ -	R\$ -
183023	1219001605002	PI	1219	Teresina	21	3	R\$ 750.959,43	30/12/2012	R\$ 1.268.283,46	R\$ 750.959,43	R\$ -
183023	7535002865001	PR	7535	Curitiba	21	3	R\$ 588.192,25	30/11/2012	R\$ 613.971,57	R\$ 610.505,65	R\$ -
183023	7535004425009	PR	7536	Curitiba	21	3	R\$ 240.720,00	30/11/2012	R\$ 251.270,03	R\$ -	R\$ -
183023	7691000395005	PR	7691	Maringá	21	3	R\$ 65.434,26	30/11/2012	R\$ 68.302,05	R\$ -	R\$ -
183023	7435000075007	PR	7435	Araucária	21	3	R\$ 345.654,46	31/12/2012	R\$ 360.803,46	R\$ -	R\$ -
183023	5833011055000	RJ	5833	Duque de Caxias	3	3	R\$ 336.451.886,24	30/11/2012	R\$ 381.431.365,15	R\$ 130.387.677,84	R\$ -
183023	1741000285002	RN	1741	Macaíba	21	3	R\$ 315.000,00	18/12/2012	R\$ 328.805,50	R\$ -	R\$ -
183023	1761003185003	RN	1761	Natal	21	3	R\$ 320.821,06	18/12/2012	R\$ 321.249,07	R\$ 320.821,06	R\$ -
183023	8791000555004	RS	8791	Pelotas	21	3	R\$ 185.000,00	18/12/2012	R\$ 193.107,99	R\$ 192.156,02	R\$ -
183023	8801004135000	RS	8801	Porto Alegre	11	3	R\$ 299.200,00	18/12/2012	R\$ 312.313,04	R\$ 2.337.814,38	R\$ -
183023	8801005435008	RS	8801	Porto Alegre	21	3	R\$ 85.000,00	18/12/2012	R\$ 88.725,30	R\$ 88.384,28	R\$ -
183023	8801005735001	RS	8801	Porto Alegre	21	3	R\$ 751.090,00	18/12/2012	R\$ 784.008,02	R\$ 782.355,11	R\$ -
183023	8801005855007	RS	8801	Porto Alegre	21	3	R\$ 835.000,00	19/12/2012	R\$ 876.825,05	R\$ 781.529,48	R\$ -
183023	8801006065000	RS	8801	Porto Alegre	21	3	R\$ 378.415,01	18/12/2012	R\$ 394.999,81	R\$ 375.771,66	R\$ -

183023	8801006145003	RS	8801	Porto Alegre	21	3	R\$ 71.584,99	18/12/2012	R\$ 74.722,35	R\$ 309.773,85	R\$ -
183023	8841003075003	RS	8841	Santa Maria	21	3	R\$ 170.000,00	18/12/2012	R\$ 177.405,59	R\$ 175.497,38	R\$ -
183023	8853000635001	RS	8853	Santo Angelo	21	3	R\$ 1.180.000,00	20/12/2012	R\$ 1.180.000,00	R\$ 590.000,00	R\$ -
183023	8853000655002	RS	8853	Santo Angelo	21	3	R\$ 195.000,00	20/12/2012	R\$ 195.000,00	R\$ -	R\$ -
183023	8161000545009	SC	8161	Itajaí	11	3	R\$ 474.577,38	18/12/2012	R\$ 495.376,69	R\$ 491.305,76	R\$ -
183023	8327000665007	SC	8327	São José	21	3	R\$ 4.006.942,01	18/12/2012	R\$ 4.182.554,26	R\$ 4.177.528,13	R\$ -
183023	6155000075007	SP	6155	Aracatuba	11	3	R\$ 90.000,00	18/12/2012	R\$ 96.076,31	R\$ 83.550,39	R\$ -
183023	7097000205002	SP	7097	São José do Rio Preto	5	3	R\$ 1.530.116,67	18/12/2012	R\$ 1.597.177,09	R\$ 631.320,14	R\$ -
183023	7107005695009	SP	7107	São Paulo	21	3	R\$ 4.250.000,00	18/12/2012	R\$ 4.436.236,75	R\$ 4.900.704,09	R\$ -
183023	7107007885000	SP	7107	São Paulo	21	3	R\$ 480.000,00	18/12/2012	R\$ 501.036,96	R\$ 466.590,67	R\$ -
183023	7107007925001	SP	7107	São Paulo	21	3	R\$ 372.500,00	18/12/2012	R\$ 388.825,56	R\$ -	R\$ -
183023	7107007905000	SP	7107	São Paulo	21	3	R\$ 372.500,00	31/12/2012	R\$ 388.825,56	R\$ -	R\$ -
Total										R\$ 162.912.897,17	R\$ -
Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET											

Análise Crítica

O Serviço de Patrimônio do Inmetro administra e controla o imobilizado sob sua responsabilidade das seguintes maneiras:

- Os imóveis adquiridos, cedidos para utilização gratuita, recebidos em doação e alugados pelos órgãos da RBMLQ-I utilizamos o Sistema Spiunet;
- Os bens móveis adquiridos pelo Inmetro e pelos Órgãos da RBMLQ-I são registrados e controlados pelo Sistema de Controle Patrimonial do Inmetro - SISPATRI;
- Está em fase de finalização o Módulo Patrimonial no SGI - Sistema de Gestão Integrada para utilização em todos os órgãos da RBMLQ-I, visando o controle patrimonial com maior rastreabilidade;
- Será implementado o Módulo Patrimonial no SGI para ser utilizado no Inmetro, em substituição ao Sistema já existente - SISPATRI;

Existem como pendências as aquisições de 02 (dois) imóveis nas cidades de São Carlos e Bauru que ainda não estão cadastrados no Spiunet. Os imóveis foram adquiridos pelo IPem/SP, Órgão delegado do Inmetro, com repasse financeiro federal, mas registrados, equivocadamente, em nome daquele Instituto. O Inmetro está aguardando a reversão desses imóveis, pelo Ipem/SP, para a sua propriedade.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

XLIX - Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	x monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	x aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
x	Auditoria de sistemas de informação.
x	Auditoria de segurança da informação.
x	Auditoria de contratos de TI.
x	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)? Auditoria de Processos de TI
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
x	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação do Inmetro (Ctinf)

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

L - Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					x
					caneta esf. azul, papel A4 e etiqueta adesiva
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
					Sim () Não (x)
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					x

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Anualmente, são desenvolvidas campanhas de Educação Ambiental com caráter de sensibilização e de reflexão crítica. No Dia Mundial da Água, foram realizadas campanhas por meio de e-mail, palestras e documentários, destacando-se o valor deste bem de uso comum que, embora renovável, apresenta assimetrias espaço-temporais, geradoras de diversos tipos de conflitos. Procurou-se também enfatizar o seu uso racional, e juntamente com os demais recursos naturais escassos, desenvolver estratégias de minimização do desperdício. Nesse sentido, foram afixados adesivos educativos próximos aos pontos de uso de recursos (torneiras e interruptores de energia elétrica). Além disso, foram realizadas campanhas via e-mail incentivando os funcionários a desligarem luzes e monitores na hora do almoço e ao final do expediente e a aproveitarem as condições naturais do ambiente de trabalho, como ventilação e luz solar. 				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Dadas as características ecológicas relevantes oriundas da localização do campus do Inmetro nas proximidades da Reserva Biológica do Tinguá, busca-se enfatizar nas campanhas de Educação Ambiental a necessidade de preservação dos serviços ambientais do bioma Mata Atlântica. As campanhas realizadas até o momento foram compostas principalmente de palestras sobre a importância da conservação das florestas e da fauna nativa, folders de sensibilização contra a caça e a captura de animais silvestres, mensagens via e-mail de sensibilização sobre o uso racional de recursos, reportagens na intranet, exposições de fotos da biodiversidade local, realização de trilhas ecológicas e mutirão de produção de mudas de árvores, debate sobre a Rio+20 e a “Economia Verde”. 				x
Considerações Gerais:				
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

LI - Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel A-4 (resma)	2203	1125	7332	18.064,60	9.753,75	63.568,44
Papel A-4 (resma)	4490	5797	0	34.303,60	47.535,40	
Água	137.764 m ³	168.480 m ³	179.042 m ³	880.370,82	919.622,59	979.769,80
Energia Elétrica	16.502.424 kWh	15.849.332 kWh	13.746.262 kWh	7.704.659,83	6.670.043,59	6.267.616,94
			Total	8.637.398,85	7.646.955,33	7.310.955,18

Fonte: Diraf/Diope/Nualx

Obs: Não houve adesão a Programas de Sustentabilidades nos últimos anos.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-028.954/2009-8	266/2012-TCU	Individual	RE	Ofício 164/2012-TCU/SECEX/RN, de 27/02/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 286, parágrafo único, combinado com o art. 285 do Regimento Interno para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão nº 2.763/2010-TCU-Plenário, retificado por inexatidão material pelo Acórdão nº 82/2011-TCU-Plenário;</p> <p>9.2 dar ciência do inteiro teor do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente, ao Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO, ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte – IPEM/RN e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência do Inmetro					240
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em maio de 2011 ao participar da reunião plenária da RBMLQ-I, na cidade de Natal, o Sr. Procurador Geral do Inmetro reuniu-se com o Diretor Presidente e os servidores da área jurídica daquele Ipem para orientá-los quanto aos procedimentos que deveriam ser adotados em relação às constatações da Auditoria Interna naquela unidade jurídica.</p> <p>Considerando-se que havia ocorrido a mudança de todo o quadro diretivo do Ipem-RN, inclusive da área jurídica, o Procurador Geral os orientou para procedessem a um amplo levantamento de todos os processos de atuação existentes naquele órgão e, tão logo, tomassem conhecimento da real situação, adotassem as medidas administrativas pertinentes.</p> <p>Concomitantemente, no final do exercício de 2010, em parceria com a Coordenação-Geral da RBMLQ-I (Cored) deste instituto, foi iniciada a implantação do Sistema de Gestão Integrada(SGI) daquela unidade delegada, com vistas ao início efetivo dos controles dos procedimentos de atuação e da receita gerada e arrecadada.</p> <p>Como pode ser observado nos relatórios e documentos em anexo, constata-se a existência de um enorme descontrole na área jurídica, que, somente poderia ser sanado por meio da sistematização dos procedimentos, via SGI.</p>					

No início de 2011, o então Diretor-Presidente do Ipem-RN encaminhou a Procuradoria Federal do Inmetro (Profe), um relatório em que apontava a prescrição de processos administrativos de autuação, solicitando orientação de como proceder.

Conforme documentos anexos, aquela Presidência foi orientada à observância dos trâmites estabelecidos em Portaria do Inmetro e, considerando que as eventuais irregularidades foram cometidas, presumivelmente, por servidores estaduais, lotados no Ipem-RN, fosse instaurado processo de sindicância para apurar autoria e responsabilidades.

No decorrer do exercício de 2011, foram ministrados treinamentos aos servidores do quadro de pessoal do Ipem-RN, destinados a operacionalização do SGI, fato que acarretou a radical mudança dos controles efetuados naquele Ipem-RN, em particular no que tange a área jurídica.

Concomitantemente, interagimos com a Divisão do Contencioso e com a Procuradoria Regional Federal do Rio Grande do Norte para que operacionalizassem as cobranças dos créditos gerados pelo referido Ipem.

Convém informar, ainda, que, por meio da Portaria Inmetro nº 285 de 5/7/2011, publicada no DOU em 07/07/11, foi instaurada uma Comissão de Tomada de Contas Especial, processo Inmetro nº 35.585/11, que decidiu analisar todos os processos da gestão do Sr. Rychardson de Macedo Bernardo, relativas ao período de 09/04/2007 a 25/02/2010, com a seguinte conclusão, apresentada no relatório dos Tomadores de Contas nº 01/2011: “dano ao erário apurado no montante de R\$ 1.241.461,21 cujo valor atualizado, em 03/01/2012, perfazia o total de R\$ 1.732.793,32, sob a responsabilidade do Sr. Rychardson de Macedo Bernardo, como ordenador de despesas; e do Sr. Aécio Aluizio Fernandes de Faria (tendo em vista que a empresa de sua propriedade foi beneficiada por receber recursos financeiros oriundos do convênio celebrado entre o Inmetro e o Ipem/RN) sendo o total do dano registrado pelo Serviço de Contabilidade do Inmetro, na conta de diversos responsáveis (2011NL000393)”.

Por oportuno informamos que a Diretoria de Administração e Finanças (Diraf), desta autarquia, não realizou intervenção no IPEM com revogação da Portaria de ordenamento de despesas, conforme sugestão da Auditoria Interna, na conclusão do seu Relatório PA 810-005/2010-O, datado de 16 de abril de 2010, em razão dos seguintes aspectos:

- a) exoneração, em 24 de fevereiro de 2010, ou seja, precedendo o término do supracitado relatório, do dirigente que teve seu período avaliado pela Auditoria-Interna do Inmetro;
- b) nomeação do novo dirigente do Ipem pelo Governo do Estado, com a consequente emissão, pelo Inmetro, da portaria de ordenação de despesas;
- c) levantamentos, (i) na TCE, de todas as possíveis irregularidades e consequências com prejuízo para a administração pública, inerentes ao processo n.º 52.600.031118/2009, apurando todas as despesas no período de janeiro/2004 a julho/2009, e (ii) na TCE, processo 52.600.035585/2011, que levantou as despesas realizadas de agosto/2009 a 24 de fevereiro de 2010, data esta da exoneração do ex-dirigente;
- d) complexidade em rescindir um convênio com órgão da RBMLQ-I, que vai desde seu aspecto financeiro, decorrente da mobilização de equipes de outros Estados para a realização das atividades metrológicas naquele Estado, passando pela questão social, face a interrupção das atividades metrológicas, pela cessação da proteção ao consumidor local.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informamos finalmente que as medidas adotadas mostraram-se eficazes, tendo em vista que os controles, hoje implementados, garantem a regularidade dos procedimentos e a indubitável melhoria da gestão dos atuais dirigentes.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 035.819/2011-1	1250/2012-TCU- 1ª Câmara	Agregado	DE	50063-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Descrição da Deliberação					
<p>9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado relacionado no item 9.2 teve conhecimento do acórdão;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças Gabinete da Presidência do Inmetro					240
Síntese da Providência Adotada					
<p>Encaminhamento do ofício ao Sr. Benedito Jose Campos. Foi realizada a correção nos Siape e Sisac, da proporcionalidade do pagamento da GQDI, relativa ao provento conforme estabelecido no Acórdão.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-037.688/2011-1	2205/2012 - TCU	Individual	RE	Ofício 513/2012-TCU/Secex-9
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
1.7 Determinar ao Inmetro que remeta o processo administrativo 018.758/2012-81 à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, no prazo de 60 (sessenta) dias, para pleno cumprimento da determinação contida no item 9.3.5 do Acórdão 3012/2009-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					240
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o processo de Tomada de Contas Especial n.º 52600.18758/2012-81, contendo 30 volumes, distribuídos em 6 caixas, instaurado nas dependências do Instituto de Metrologia do Estado de Santa Catarina/SC- Imetro/SC, em atendimento ao ofício n.º 5175/2012/DEDIC/DE/SFC/CGU-PR emitido em 24/2/2012 para conhecimento e providências necessárias.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC-012.881/2012-0	1270/2012-TCU	Individual 1	RE	Ofício 07-622/2012, de 13/7/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
<p>a) Como é a atuação do Inmetro/Ipem na homologação e aferição das balanças rodoviárias e demais equipamentos envolvidos no controle de peso? Em média, quanto tempo o Inmetro leva para homologar um equipamento, especialmente alguma nova tecnologia?</p> <p>b) Considerando a Portaria Inmetro/Dimel 225/2003, quais seriam, segundo o Inmetro, as razões que tornam as atuais balanças dinâmicas meios não confiáveis para medir, no transporte de cargas líquidas: i) o peso bruto total; e ii) o peso por eixo?</p> <p>c) Em relação ao item b) acima, o Inmetro vem atuando junto aos demais entes envolvidos na pesagem de veículos com vistas a superar a atual impossibilidade de se pesar cargas líquidas na atuais balanças dinâmicas? Em caso positivo, quais medidas vêm sendo adotadas pelo Inmetro com esse fim?</p> <p>d) Atualmente, para fins do disposto no art. 2.º da Resolução 258/CONTRAN, quais os instrumentos homologados pelo Inmetro para mensuração da dimensão veicular? Quais as dificuldades envolvidas na homologação de instrumentos mais modernos, como aqueles que fazem uso de laser? O que o Inmetro vem fazendo para superar tais dificuldades?</p> <p>e) Atualmente, para fins do disposto no art. 2.º da Resolução 258/CONTRAN, quais os instrumentos homologados pelo Inmetro para mensuração da dimensão veicular? Quais as dificuldades envolvidas na homologação de instrumentos mais modernos, como aqueles que fazem uso de laser? O que o Inmetro vem fazendo para superar tais dificuldades?</p> <p>f) O DNIT planeja adotar futuramente tecnologia de pesagem em alta velocidade, baseada no uso de sensores piezelétricos. A adoção dessas novas tecnologias demandará a atuação do Inmetro para aferir e homologar esses novos instrumentos de pesagem e, provavelmente, a alteração do atual Regulamento técnico Metrológico no que concerne à pesagem e movimento de veículos. Considerando essas informações, o Inmetro vem mantendo diálogo com o DNIT e outras entidades envolvidas, com vistas a possibilitar a homologação dessa nova tecnologia? O que já foi discutido até o momento?</p> <p>g) Em relação ao item g) acima, quais seriam as medidas de responsabilidade do Inmetro que devem ser tomadas para possibilitar a adoção da pesagem de veículos baseada em sensores piezelétricos. O Inmetro possui plano de ação, ou documento semelhante, com esse objetivo? Em caso positivo, solicita-se uma cópia.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Metrologia Legal					240
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) Os instrumentos de pesagem, utilizados na medição da massa dos veículos em rodovias, devem corresponder ao modelo aprovado pelo Inmetro, sendo que a mesma dá-se por meio de ato legal expedido pela Diretoria de Metrologia Legal (Dimel) e baseia-se em relatório de apreciação técnica de modelo elaborado pela equipe técnica daquela Diretoria, quando são realizados exames e ensaios de desempenho em um protótipo do instrumento para avaliar as características metrológicas do mesmo e suas condições de proteção contra interferências indevidas (selagem) e com vistas a constatar se, os erros observados na medição, encontram-se na faixa máxima admissível. Os ensaios são executados em condições normais de uso, de acordo com metodologia específica.</p> <p>Após a emissão da portaria de aprovação de modelo, os instrumentos devem ser submetidos à verificação inicial, executada pelos órgãos delegados do Inmetro, comumente chamados de Institutos de Pesos e Medidas (Ipem), nos Estados, que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade–Inmetro (RBMLQ-I). Nesta etapa são realizados exames para avaliar a conformidade do instrumento com a respectiva portaria de “aprovação de modelo e ensaios de desempenho”, com o objetivo de comprovar o</p>					

atendimento aos erros máximos admissíveis constantes da metodologia de ensaio, anexa à portaria de aprovação de modelo. Quando aprovado, o instrumento recebe as marcas de verificação e selagem pertinentes.

Os instrumentos colocados em uso devem ser submetidos à verificação subsequente, pela RBMLQ-I, sendo realizados os mesmos exames e ensaios da verificação inicial. Esta verificação é executada a cada ano ou quando o instrumento passa por reparo que demande a retirada ou violação das marcas de selagem.

O Inmetro ou a RBMLQ-I também podem realizar inspeções sempre que entender necessário ou quando solicitado pelo Poder Judiciário.

b) Quando do desenvolvimento da metodologia de ensaio e verificação dos instrumentos de pesagem automáticos a pesagem de veículos transportando cargas líquidas, não foi prevista em função da necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Por este motivo, a referida Portaria revogou a nº 91/1998 (Dimel) que autorizava a utilização do modelo DAW 310, marca PAT, na pesagem de veículos transportando cargas líquidas. Faz-se mister esclarecer que nenhum instrumento aprovado, segundo esta metodologia, pode ser utilizado para pesagem de veículos com cargas líquidas.

c) A Diretoria de Metrologia Legal (Dimel) está trabalhando no desenvolvimento de uma regulamentação técnica metrológica específica para os instrumentos de pesagem em tela, no sentido de que o trabalho de regulamentação tenha o envolvimento e a participação da sociedade. O grupo de trabalho, coordenado pelo Inmetro, agrega fabricantes, concessionárias, operadores de instrumentos, autoridades de trânsito, agências reguladoras e usuários, além de representantes do meio acadêmico. A minuta do regulamento técnico em análise pelo grupo é baseada na Recomendação Internacional R-134 da Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML), da qual o Brasil é Estado-Membro. A OIML recomenda que os instrumentos utilizados na pesagem de veículos com cargas líquidas sejam submetidos a ensaios de desempenho com veículos utilizando materiais líquidos.

O novo regulamento técnico metrológico permitirá a utilização do instrumento para esta finalidade e a garantia da confiabilidade das medições serão estabelecidos requisitos e procedimentos de ensaios específicos.

d) Nos testes de pesagem de carga líquida, a equipe do Inmetro envolvida, à época, entendeu que os instrumentos destinados à pesagem de veículos com cargas líquidas deveriam ser submetidos a ensaios de desempenho utilizando veículos com cargas líquidas.

Para melhor atendimento acerca do assunto, encaminhamos, em anexo, o artigo “Análise da pesagem de veículos em movimento com cargas líquidas”, de autoria do pesquisador do Inmetro responsável pelo trabalho, na ocasião. Cabe ressaltar que, em função do tempo e da continuidade dos estudos, alguns dados e informações utilizados na pesquisa podem estar desatualizados.

e) Atualmente, não há instrumentos aprovados especificamente para medição dimensional veicular. O Inmetro recebeu demanda do DNIT à regulamentação de “medidores de dimensões de veículos automotores” e o projeto foi incluído no Plano de Ação de Regulamentação da Dimel, com previsão de conclusão para final de 2014. Neste período serão realizados estudos para o estabelecimento dos requisitos técnicos e metrológicos necessários.

f) O diálogo vem sendo mantido com o DNIT e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo sido solicitada a participação deste Instituto nos estudos ora em execução. Todavia, como a tecnologia encontra-se em desenvolvimento, entendemos que, nesse momento, a participação do Inmetro dar-se-á na observação dos resultados, uma vez que a tecnologia demandará novos requisitos ou procedimentos de ensaio. As discussões preliminares já foram realizadas, embora as informações acerca dos resultados ainda não tenham sido encaminhadas.

g) As discussões em andamento, com vistas à conclusão do novo regulamento técnico metrológico, não abordam aspectos referentes à tecnologia empregada na concepção do instrumento, mas sim aos requisitos técnicos e metrológicos necessários para comprovar a segurança e a exatidão das medições.

Neste sentido, todos os instrumentos, independentemente da sua tecnologia, deverão atender ao regulamento quando de sua entrada em vigor, o que não exclui a possibilidade de novos estudos para aprimoramentos e adaptações de requisitos e procedimentos técnicos, sempre em conjunto com fabricantes e partes impactadas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC-030.694/2012-4	6060/2012-TCU	Agregado	DE	Ofício nº 58619-TCU/Sesip, de 22/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
<p>9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					240
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em 5/11/2012, o senhor Allan de Souza Monteiro Gurgel e seu pai Henrique César Custódio Teófilo Gurgel tomaram ciência do Acórdão n.º 6.060/2012-TCU.</p> <p>Foi cessado o pagamento do benefício em 8/11/2012, como determinado o Acórdãocitado, em que Alyne de Souza Monteiro atingiu a maioria em 13/7/2007, sendo então o Senhor Allan o único beneficiário da pensão.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC-026.872/2011-0	2983/2012-TCU-1ª câmara	Individual	RE	Ofício nº 52893-TCU/Sesip, de 29/6/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de aposentadoria, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão de interesse do inativo a que se refere o item 9.1 acima;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					240
Síntese da Providência Adotada					
Referente ao Acórdão 2983/2012-TCU-Primeira Câmara que considerou prejudicada a apreciação do mérito do ato de aposentadoria de Walter Guimarães Pereira, de informar que foi procedida a alteração, no sistema Sisac, do registro do tempo de serviço preenchido no quadro “dados da concessão”.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 002.741/2012-1	1054/2012-TCU	Agregado	DE	Ofício circular nº 94/AECI/GM, de 29/5/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
A todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Internos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União que orientem os órgãos e entidades a eles vinculados no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efeito cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei n.º 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei n.º 12.440, de 7/7/2011, atentando, em especial, para o salutar efeito do cumprimento desta nova regra sobre o novo Enunciado 331 da Súmula de Jurisprudência do TST, sem prejuízo de que a Segecex oriente as unidades técnicas nesse mesmo sentido.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna do Inmetro					240
Síntese da Providência Adotada					
De ordem do Presidente do Inmetro, foi encaminhada cópia do Ofício 535/2012-TCU/SECEX-3, de 15/5/2012, o qual remete o Acórdão n.º 1054/2012-TCU-Plenário, de 2/5/2012, para conhecimento e providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC-031.257/2011-9	74/2012-TCU-Plenário	Individua 1	RE	Ofício 26/2012-TCU/SECEX-9, de 25/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
Com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que em contratações de serviços de tecnologia da informação, caso inclua, na especificação técnica dos serviços a serem realizados, que os resultados esperados serão avaliados de acordo com modelos de qualidade de processo, a exemplo de CMMI ou MPS.BR, tal nível deverá refletir as escolhas estratégicas da organização para seu processo de software e sua real capacidade de avaliar tecnicamente os artefatos e produtos entregues.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna do Inmetro					240
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhado para as áreas, para conhecimento e providências, cópia do Acórdão 74/2012 – TCU – Plenário, de 18/01/2012, referente à contratação de serviços de tecnologia da informação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	TC-000.533/2011-4	2459/2012-TCU-Plenário	Individual	RE	Ofício 554/2012-TCU/SECEX-9, de 01/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
comunicar ao Inmetro que restou descaracterizada, ao longo da instrução do processo, a responsabilidade de Elizandra da Silva Morilho (CPF: 690.281.171-72) e Emerson de Souza Amorim (CPF: 793.549.551-34) em relação aos fatos aqui relatados, para que tome as providências administrativas necessárias.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					240
Síntese da Providência Adotada					
Em atendimento contido no acórdão, foi efetuada a baixa da responsabilidade do Sr. Emerson de Souza Amorim da conta contábil 112290100 – pagamentos indevidos. No que diz respeito à baixa de responsabilidade da Sra. Elizandra da Silva Morilho, cabe esclarecer que o valor a ser devolvido é de R\$ 840,96. Despacho da Diraf, de 25/10/2012 – Destarte, entendemos que não cabe a devolução dos valores recolhidos aos cofres da União.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-002.857/2009-0	2014/2012-TCU	Agregado	DE	Ofício 836/2012-TCU/SECEX-PA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
<p>1.7.1 Adote, juntamente com o Instituto de Metrologia do Estado do Pará, todas as medidas necessárias para a apuração, saneamento e recuperação, no âmbito administrativo, dos valores pagos indevidamente que foram registrados no Relatório Final dos Tomadores de Contas, que tomou por base o relatório de auditoria ordinária (Processo Audin PA-330-005/2006-O) e o relatório de auditoria extraordinária financeira, contábil e administrativa (Processo Audin PA-330-007/2007-E), nos termos do § 1º do art. 3º da Instrução Normativa n.º 56/2007;</p> <p>1.7.2 Apure se houve prejuízo ao Erário, nos casos das contratações irregulares da Consult Consultoria e Assessoria Organizacional S/C Ltda. E Maia Construções Ltda., seja pelo pagamento de preço acima do mercado ou pelo pagamento de serviço não executado, para então instaurar a respectiva tomada de contas especial, seguindo as orientações da IN/TCU n56/2007;</p> <p>1.7.3 Informe, no próximo relatório de gestão, as providências adotadas pelo Inmetro ara cumprir as determinações “b.1” e “b.2”.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					240
Síntese da Providência Adotada					
Destarte, visando mitigar as pendências apontadas pela Audin e pelo TCU, solicitamos que o órgão apresente ao Inmetro que medidas administrativas foram tomadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					240
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 000.802/2012-3	2066/2012-TCU	Agregado	DE	49512-TCU/Sefip, De 24/4/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro					240
Descrição da Deliberação					
<p>9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças Gabinete da Presidência do Inmetro					240
Síntese da Providência Adotada					
Informamos que por meio do ofício n.º 022/2012 Diraf/Dapso/Seape, de 22/5/2012, solicitamos o comparecimento ao Inmetro de Marly de Melo Martins, com vistas a tomar ciência do Acórdão 2066/2012-TCU – Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 17/04/2012, Ata 12/2012, o que até o momento não ocorreu, embora a documentação tenha sido recebida em 25/05/2012, conforme AR JL100514309BR.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro			240
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201204606	Individual	Ofício 35.532/2012/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 27/11/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro			240
Descrição da Recomendação			

Recomendação 001: Garantir que o Termo de Referência contenha elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto, conforme previsto em normatização federal para as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Diretoria de Metrologia Científica e Industrial	240
Síntese da Providência Adotada	
<p>Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento – Ofício nº 026/Dplad, de 08/11/2013. Concordamos com a recomendação em apreço. Informamos que os Termos de Referência do Convênio SIAFI n.º 705352 estão apensados no processo administrativo n.º 14305/2009.</p> <p>Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – Memorando nº 259/Dimci, de 31/10/2012: Reunião com a presidência do Inmetro, diretoria de planejamento e desenvolvimento do Inmetro e a presidência da SBM, com a participação dos gestores do convênio por parte do Inmetro e da SBM, em 08/10/2012 (Ata em anexo), com a finalidade de adequação do Termo de Convênio e do seu plano de trabalho para melhor atender as exigências da Legislação e às orientações da Coordenadoria Geral da União. As propostas de revisão deverão ser posteriormente encaminhadas à Procuradoria do Inmetro para avaliação e chancela.</p> <p>Reunião realizada em 17/10/2012, no Inmetro, em Xerém, com a direção do Cicma, gestor do convênio do Inmetro, gestora do convênio da SBM para dar continuidade as ações pactuadas na reunião do dia 08/10/2012.</p> <p>Reunião realizada em 23/10/2012, no Inmetro, em Xerém, com a direção do Cicma, gestor do convênio o corpo técnico e operacional do Cicma com a gestora do convênio da SBM para dar continuidade as ações pactuadas na reunião do dia 08/10/2012.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>Entendimento e revisão da congruência entre o objeto, ações e plano de trabalho relativo ao convênio SBM 001/2012.</p> <p>Entendimento e estabelecimento de princípios da relação de trabalho entre o Inmetro/SBM em relação aos profissionais contratados no âmbito do convênio SBM 001/2012. Estabelecimento e revisão dos valores e prazos registrados no original do convênio SBM 001/2012 com vistas ao termo aditivo.</p> <p>Entendimento e definição da responsabilidade do cicma em relação ao convênio SBM 003/2009.</p> <p>Proposta de reelaboração do plano de trabalho do convênio SBM 001/2012 com vistas ao termo aditivo.</p> <p>Proposta de reelaboração de termo aditivo para o convênio SBM 001/2012 com vistas ao encaminhamento à Procuradoria do Inmetro.</p> <p>Proposta de metodologia de gestão para o convênio SBM 001/2012, para o planejamento e execução das atividades e que envolvem profissionais da SBM do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.</p> <p>Entendimento e definição da responsabilidade do cicma em relação ao convênio SBM 003/2009.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reelaboração do plano de trabalho do convênio SBM 001/2012 com vistas ao termo aditivo. - Relatórios gerenciais e de prestação de contas pela SBM - Repasse dos recursos relativos aos meses de julho e outubro - Capacitação e treinamento de colaboradores da SBM - Decreto 6.114/2007 - Termo de referência - Atendimento à CGU <p>Elaboração do termo de referencia para o plano de trabalho SBM, conforme orientação da CGU;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração das atividades individuais por colaborador da SBM; - Revisão do plano de trabalho, elaboração de termos de referencia e novas ações; - Elaborar relatório gerenciais da SBM alinhado às recomendações da CGU; - Elaborar nota técnica para a CGU sobre posicionamento das evidências quanto aos eventos de capacitação. 	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro			240
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201204606	Individual	Ofício 35.532/2012/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 27/11/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro			240
Descrição da Recomendação			
Recomendação 002: Assegurar que os Planos de Trabalho, de convênios que prevejam a realização de eventos de capacitação, seminários e congêneres, contêm a especificação detalhada das horas técnicas envolvidas, a discriminação da quantidade e o custo individual, a comprovação da adequabilidade dos custos determinados, bem como a qualificação mínima requerida dos profissionais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Diretoria de Metrologia Científica e Industrial			240
Síntese da Providência Adotada			
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento – Ofício nº 026/Dplad, de 08/11/2013: Concordamos com a recomendação em epígrafe. Informamos que a Diretoria de Metrologia Científica e Industrial (Dimci) do Inmetro fará ações corretivas nos futuros Convênios a serem celebrados no âmbito desta Diretoria. Solicitaremos a Sociedade Brasileira de Metrologia (SBM) especificação detalhada das horas técnicas envolvidas, a discriminação da quantidade e o custo individual, a comprovação da adequabilidade dos custos determinados, bem como a qualificação mínima requerida dos profissionais, dos eventos de capacitação, seminários e congêneres, que estão sendo realizados no âmbito do Convênio SIAFI n.º 705352, no momento da Prestação de Contas Final. Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – Memorando nº 259/Dimci, de 31/10/2012: Acatamos a orientação e estamos revendo o plano de trabalho atual para que atenda aos requisitos estabelecidos pela CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro			240
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201204606	Individual	Ofício 35.532/2012/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 27/11/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro			240
Descrição da Recomendação			
Recomendação 003: Incluir, nos convênios que prevejam a realização de eventos de capacitação, seminários e congêneres, entre os documentos obrigatórios da prestação de contas, a lista de presença dos eventos realizados, contemplando informações como nomes e respectivas assinaturas dos participantes e palestrantes, por período (matutino, vespertino e/ou noturno), a data de realização, o local do evento, dentre outras informações relevantes para comprovar o atendimento dos objetivos do acordo.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Diretoria de Metrologia Científica e Industrial			240
Síntese da Providência Adotada			
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento – Ofício nº 026/Dplad, de 08/11/2013: Concordamos com a recomendação em tela. Informamos que a Dimci solicitará à SBM documentos comprobatórios na realização de eventos de capacitação, seminários e congêneres, no âmbito do Convênio SIAFI n.º 705352, tais como: lista de presença dos eventos realizados, contemplando informações como nomes e respectivas assinaturas dos participantes e palestrantes, por período (matutino, vespertino e/ou noturno), a data de realização e o local do evento, no momento da Prestação de Contas Final. Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – Memorando nº 259/Dimci, de 31/10/2012: Acatamos a orientação e estamos solicitando que em todos os eventos seja obrigatória a sua comprovação por meio da lista de presença nos termos estabelecidos pela CGU. Estamos elaborando nota técnica sobre uma alternativa para evidenciar a realização e a participação em eventos de capacitação (em especial cursos) para consideração dessa CGU. A proposta elaborada deverá ser posteriormente encaminhada à Procuradoria do Inmetro para avaliação e chancela.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem recomendações de OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício de 2012.

10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

Em conformidade com o Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007 e da Portaria MDIC n.º 82, de 1º de abril de 2008, foi aprovada a Estrutura Organizacional e o Regimento Interno do Inmetro, respectivamente, definindo a Auditoria Interna como órgão seccional ligado diretamente a presidência, com a seguinte composição: Um Auditor-Chefe-DAS 101.4, Serviço de Auditorias Internas – Seain – Chefe-DAS 101.1 e Serviço de Auditorias Externas – Seaex – Chefe-DAS 101.1. O Auditor-Chefe é nomeado por Portaria do Presidente do Inmetro, estando em vigência a de n.º 145, de 6 de julho de 1993, publicada no DOU de 26 de julho de 1993.

A Auditoria Interna do Inmetro encontra-se posicionada dentro da estrutura organizacional, no Item II – Órgãos Seccionais.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Auditoria ordinária- RBMLQ-I

Unidade	Principais Constatações
PA-200-012/2012-O IPEM/MG	Relatório final em fase de conclusão.
PA-810-019/2012-O IPEM/RN	Relatório final em fase de conclusão.
PA-900-008/2012-O IPEM/PE	Relatório final em fase de conclusão.
PA-700-022/2012-O IPEM/RJ	<ul style="list-style-type: none">• Termo definitivo de encerramento da obra;• Responsabilidade jurídica junto à empresa pelos danos apresentados;• Procedimento quanto à entrada e saída de todas as viaturas em atendimento a Instrução Normativa n.º 3, de 15/5/2008;• Controle de gestão de abastecimento de viaturas;• Controle de abastecimento e entrada e saída das viaturas substituídas (reservas);• Planejamento para aquisição de viaturas locadas;• Justificar se os objetos dos processos contribuem para o desempenho das atividades delegadas ao órgão por intermédio do convênio;• Pendências de esclarecimento das recomendações resultantes do Processo Audin PA-700-005/2011-O;• Pendência de ressarcimento de servidores cedidos;• Regularização da situação do bolsista Luiz Carlos da Silva Bizarro;• Regularização da situação dos processos ajuizados para regularização fiscal previdenciária do Instituto;• Situação dos itens obsoletos no almoxarifado;• Identificação visual de viatura.

PA-100-016/2012-O IPEM/SP	Relatório final em fase de conclusão.
PA-341-025/2012-O IPEM/AP	<ul style="list-style-type: none"> • Pendências de esclarecimento das recomendações resultantes do Processo Audin PA-341-039/2011-O; • Atente para as disposições da Lei 8.666/1993 - renovação de contratos; • Atuação do fiscal do contrato; • Requisições de passagens - cotações; • Realização de serviço acima do valor contratado - apuração; • Consulta ao setor de almoxarifado nas aquisições de materiais de consumo; • Atraso na prestação de contas e devolução do saldo residual de Suprimento de Fundos.
PA-850-004/2012-O IPEM/TO	Relatório final em fase de conclusão.
PA-340-003/2012-O IPEM/AM	<ul style="list-style-type: none"> e) Formalização dos processos; f) Abertura de sindicância; g) Descumprindo a Lei 8.666/1993 em seus arts. 40 e 45, com aquisição de valor superior.
PA-510/009/2012-O IMEQ/MT	Relatório final em fase de conclusão.
PA-320-018/2012-O IMEPI	<ul style="list-style-type: none"> • Apuração de desvios de produtos apreendidos; • Formalização dos processos de aquisição; • Formalização dos processos de suprimento de fundos; • Despesas efetuadas contrariando o objeto do convênio firmado com o Inmetro.
PA-310-006/2012-O INMEQ/MA	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização de cessão de servidor; • Controle de entrada e saída das viaturas oficiais e locadas; • Recargas e localização dos extintores de incêndio; • Regularização dos termos de responsabilidade; • Controle de entradas e saídas dos itens do almoxarifado; • Formalização dos processos administrativos; • Autuação do fiscal do contrato; • Apuração de responsabilidade para pagamentos efetuados por indenização; • Pagamentos sem cobertura contratual; • Formalização do processo de compra de passagens aéreas; • Regularização para o pagamento de diária dos servidores do IpeM/Fort, executando atividades no Inmeq/MA; • Comprovação da atuação das atividades do Diretor Administrativo; • Formalização do processo de suprimento de fundos;
PA-800-002/2012-O IMEQ/PB	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização do enquadramento legal do Convênio firmado com o Inmetro; • Elaboração do Plano de Trabalho, o Orçamento e o Plano de Aplicação do convênio firmado com o Inmetro; • Acompanhamento e fiscalização das transferências de recurso utilizando o sistema governamental (SICONV); • Transferência de recursos para custear despesas de obrigação do Estado da Paraíba. • Abertura de sindicância; • Planejamento para aquisição de combustíveis; • Nomeação e atuação do fiscal de contratos; • Capacitação de pregoeiro; • Planejamento dos gastos; • Formalização do processo de concessão de diárias;

	<ul style="list-style-type: none"> • Irregularidades de pagamentos das diárias aos servidores estaduais; • Devolução de diária.
PA-346-024/2012-O IPEM/RR	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização de pagamento realizado a maior; • Formalização de processo; • Ausência da atuação do fiscal do contrato; • Falta de planejamento orçamentário; • A abertura de sindicância; • Comprovação de devolução dos valores de diárias recebidas a maior.
PA- 420-005/2012-O ITPS-SE	<ul style="list-style-type: none"> • Divergência no relatório de inspeção patrimonial; • Controle das despesas efetuadas com os recursos do Convênio; • Fragmentação de despesa; • Atuação do fiscal do contrato; • Utilização de linha telefônica em período de gozo de férias do servidor. • Utilização de linha telefônica por função - boas práticas quanto ao uso dos recursos públicos. • Passagens aéreas – cotações; • Controle de entradas e saídas de veículos; • Guarda, preservação e segurança dos materiais; • Registro de entradas e saídas dos materiais de consumo.
PA-300-020/2012-O IPEM/FORT	Relatório final em fase de conclusão.
PA-400-021/2012-O IBAMETRO	Relatório final em fase de conclusão.
PA-540-014/2012-O AEM/MS	Relatório final em fase de conclusão.
PA-840-004/2012-O IPEM/RO	Relatório final em fase de conclusão.
PA-710-010/201-O IPEM/RJ	<ul style="list-style-type: none"> • Pendência de itens de relatório do exercício anterior; • Elaboração do Regimento Interno; • Controles de entrada e saída de viaturas; • Identificação de viatura; • Regularização do inventário dos bens e materiais; • Formalização de processos; • Formalização de processos de suprimento de fundos. • Regularização das diárias para os servidores oriundos do Estado de Minas Gerais. • Ausência do desconto do auxílio alimentação na concessão de diárias dos servidores do IPEM/ES; • Devolução de diárias; • Denúncia de irregularidades; • Contratação de profissional contrariando a Lei n.º 8.666/93;
PA-410-017/2012-O INMEQ/AL	Relatório final em fase de conclusão.
PA-330-015/2012-O IMEP	Formalização do convênio firmado com o Inmetro;

PA-730-027/2012-O SURRS	Relatório final em fase de conclusão.
PA-502-023/2012-O DPEM/AC	Relatório final em fase de conclusão.
PA-610-013/2012-O IMETRO/SC	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização da documentação de viaturas; • Formalização dos Convênios da Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade Inmetro – RBMLQ-I, em atendimento à recomendação da CGU; • Despesa com pessoal relativa aos servidores estaduais custeada com recursos do convênio; • Despesa efetuada com o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina pagos com recursos oriundos do convênio; • Processos realizados indevidamente por dispensa de licitação para locação de imóveis das Regionais; • Ausência de atuação do fiscal de contrato; • Processo licitatório de locação de viatura para desenvolver atividade na SURRS; • Aditamento de contrato de locação de viatura, sem a devida utilização das mesmas; • Prorrogação de contrato emergencial sem justificativa – Contratação de serviço de apoio administrativo, e • Contratação de serviço de apoio administrativo sem a justificativa para paralisação de tramitação do mesmo.
PA-600-017/2012-O IPEM/PR	Relatório final em fase de conclusão.
PA-500-026/2012-O SURGO	Relatório final em fase de conclusão.

Auditoria Ordinária – Inmetro

PA-002-032/2012-O GABIN	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-003-026/2012-O PROFE	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-004-031/2012-O CAINT	<p>A Diretoria vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, cabendo ressaltar apenas a observância quanto às recomendações contidas nas constatações: 1, 2 e 3 da Nota de Auditoria emanada pela Audin:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Recomendamos à Caint realizar análise crítica com base nas auditorias da Audin, da Digeq e do seu mapeamento por processos, a fim de identificar: seus pontos de fragilidade, os pontos críticos de controle, os seus indicadores de desempenho e os impactos deles decorrentes, para buscar a melhoria contínua da sua gestão por processos. 2. Recomendamos a Caint cumprir o estabelecido no plano de ações corretivas acordado com a Auditoria Interna da Qualidade e nos encaminhem os documentos comprobatórios da resolução desses

	<p>pontos para nosso acompanhamento, bem como de medidas em fase de implementação e seu cronograma, observada a necessidade de evidência das melhorias e garantia do desempenho nesses controles internos.</p> <p>3. Recomendamos que todos os indicadores da Caint, existentes no sistema Planest sejam atualizados e, que se busquem referenciais comparativos para facilitar análises gerenciais e de desempenho. Sugerimos também a criação de novos indicadores para complementar a gestão da Caint, tendo em vista o aperfeiçoamento e desenvolvimento de seus processos operacionais. Os indicadores sugeridos são para o:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo específico: Articulação das atividades relacionadas à cooperação técnica internacional Indicador sugerido: Número de Participações em eventos para promoção do comércio (estratégico) • Processo específico: Articulação das atividades relacionadas a negociações internacionais. • Indicador sugerido: (1) Número de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional negociados e, outro indicador (2) “Número de instruções de Cooperação Técnica Firmada (percepção tática) • Processo específico: Articulação das soluções para a superação de BT. Indicador sugerido: (1) “Numero de regulamentos técnicos internalizados”, e (2) “Número de RT harmonizados”.
PA-005-031/2012-O CGCRE	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-006-035/2012-O DPLAD	Informamos que não pudemos avaliar a Dplad como um todo, visto o não atendimento às solicitações dessa equipe por parte da Ctin, Codrh e Cicma. Não obstante, a Dgcor, Diple, Diplo e Dicus vêm desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro.
PA-007-037/2012-O DIRAF	Relatório sendo finalizado pela equipe.
PA-008-032/2012-O DQUAL	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-009-033/2012-O DIMCI	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-010-028/2012-O DIMEL	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-011-030/2012-O OUVID	<p>Informamos que vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, cabendo ressaltar apenas a observância quanto às recomendações contidas nos itens 1, 2, 3,4 e 5 da Nota de Auditoria emanada pela Audin.</p> <p>1. Recomendamos que a Ouvidoria do Inmetro adote mecanismos, objetivando implantar procedimentos no tocante as revisões periódicas incluídas nas bases de dados contendo as perguntas e respostas referente as atividades desempenhada pelo Inmetro e seus Órgãos estaduais delegados, evitando de certa maneira, prováveis informativos diferenciados que poderão ocasionar problemas futuros tanto para o Inmetro quanto para os Órgãos estaduais delegados, no tocante as interpretações diferenciadas, abrangendo os diversos assuntos correlatos, tratados continuamente por parte das ouvidoras (Inmetro e Órgãos delegados), fortalecendo robustez harmônica, gestão de excelência, e implementando gestão</p>

	<p>sistemática por competência.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Proceder à atualização dos indicadores pendentes, propiciando melhorias para as tomadas de decisões internas da Ouvidoria do Inmetro, assim como, permitindo seu manuseio por outros entes internos, como base de informações para implementação da gestão de processos no Inmetro. 3. Recomendamos que a Ouvidoria do Inmetro intensifique as cobranças no tocante as pendências existentes com relação às UPs Internas do Inmetro envolvidas. As pendências com os prazos extrapolados, recomendamos que a Ouvidoria do Inmetro provoque as referidas UPs envolvidas, citando as legislações federais e normas internas vigentes, propondo maior empenho das mesmas em resolvê-las. 4. Sugerimos a Ouvidoria do Inmetro implante mecanismos urgentes, objetivando atender o pleito anteriormente citado, conforme preconiza o Decreto n.º 6.523, de 31 de julho de 2008, assim como, o Estatuto do Portador de Deficiência, em seu Capítulo I, parágrafo 1º, Inciso V, que vislumbra a necessidade de ser utilizada como referencia de boas práticas por parte das Ouvidorias em geral. 5. A Ouvidoria do Inmetro poderá preencher mensalmente tal formulário, objetivando acompanhar a execução dos serviços realizados pela empresa contratada, como <u>boas práticas</u> de gestão pelos fiscais do contrato.
PA-012-038/2012-O CORED	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-013-039/2012-O DITEC	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.
PA-014-040/2012-O PRESI/DIPRO	Foi verificado que a referida Unidade vem desenvolvendo suas atividades de forma regular, dentro dos objetivos previstos na Estrutura Organizacional do Inmetro, sendo assim não foi emanada nenhuma recomendação a esta.

Auditoria Extraordinária

Unidade	Principais Constatações
PA-600-002/2012-E Ipem/PR	<p>. Recomendamos ao órgão que seja instaurada a sindicância com foco na apuração de responsabilidade com vistas ao desaparecimento de documento processual das dependências do órgão;</p> <p>. Recomendamos que o órgão passe a adotar o estabelecido na legislação pertinente, quanto à atuação dos fiscais dos contratos, no cumprimento de suas obrigações.</p>
PA-810-001/2012-E Ipem/RN	<p>. Recomendamos que o Ipem/RN encaminhe à AUDIN, assim que concluído os trabalhos da comissão inventariante, o respectivo relatório conclusivo, assim como os saldos apurados devidamente conciliados com os registros contábeis e do SGI;</p> <p>. Diante das sucessivas contratações de empresas especializadas em serviços de contabilidade, na forma emergencial, recomendamos ao Ipem/RN que seja aberta Sindicância com objetivo de apurar a responsabilidade dos antigos gestores do órgão que não adotaram tempestivamente as providências cabíveis, e</p> <p>. Recomendamos ainda ao Ipem/RN que providencie a nomeação do fiscal do contrato em vigor, bem como evidencie sua atuação no processo em tela em cumprimento a Lei de Licitações e Contratos.</p>
PA-330-002/2012-E	. Sugerimos à Diraf/Inmetro apurar a responsabilidade de quem deu causa, a provável desídia com o bem público;

IMEP	<p>. Recomendamos ao Imetropará comunicar formalmente ao Serviço de Patrimônio do Inmetro, a qualquer tempo, sobre os assuntos de competência do Sepat, visando o correto procedimento para a transferência e desfazimento do bem público, evitando-se o desperdício e a ingerência;</p> <p>. O Imetropará preencha com clareza o anexo II da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, permitindo que as informações sejam utilizadas no caso de futuras aquisições e contratações;</p> <p>. O Imetropará preencha o anexo VIII, conforme a Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, cujas informações sejam completas e fidedignas, servindo de parâmetro para futura cessão e alienação;</p> <p>. O Imetropará preencha todas as informações dos formulários: Solicitação de Veículo Oficial e, Saídas de Veículos demonstrando a finalidade, o usuário, o condutor, o destino, entre outros, quanto à utilização do veículo em atendimento à Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008;</p> <p>. O Imetropará adote a utilização dos formulários constantes do SGI para o controle de entrada e saída dos veículos, permitindo eficácia no controle e em atendimento a cláusula terceira do Convênio nº 016/2009;</p> <p>. O Imetropará instrua a pessoa responsável pelo controle da entrada e saída dos veículos na Regional de Santarém, visto não haver internet para a utilização do SGI; Que todos os registros sejam anotados em planilha e remetidos à sede do Imetropará;</p> <p>. O Imetropará cumpra o que preconiza a Instrução Normativa Nº 03, de 15/05/2008, visando gerenciamento adequado dos veículos locados e, conseqüente eficácia do controle interno;</p> <p>. Imetropará concluir o estudo do estado de conservação das viaturas e comunicar formalmente ao Serviço de Patrimônio do Inmetro para as providências cabíveis;</p> <p>. Imetropará priorizar a realização de licitações, preferencialmente pregão eletrônico, para aquisição de bens e contratação de serviços, evitando a dispensa de licitação, visto que esta é a exceção e não a regra da licitação;</p> <p>. Imetropará encaminhar à Dqual e Dicom para validação, os materiais elaborados sobre avaliação da conformidade e relações de consumo;</p> <p>. Imetropará realizar despesas, estritamente necessárias ao cumprimento do objeto do Convênio.</p>
------	---

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

PLANILHA DE RELATÓRIOS			
RELATÓRIOS	RECOMENDAÇÕES FEITAS	RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS	%
PA-500.026/2012-O SURGO	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-600.017/2012-O IPREM/PR	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-610.013/2012-O IMETRO/SC	16	10	62,50
PA-200.012/2012-O IPREM/MG	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____

PA-810.019/2012-O IPEM/RN	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-900.008/2012-O IPEM/PE	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-700.022/2012-O IPEM/RJ	15	_____	_____
PA-100.016/2012-O IPEM/SP	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-502.023/2012-O IPEM/AC	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-730.027/2012-O SURRS	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-341.025/2012-O IPEM/AP	14	_____	_____
PA-330.015/2012-O IMETROPARA	03	_____	-----
PA-410.017/2012-O INMEQ/AL	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-420.005/2012-O ITPS/SE	15	15	100,00
PA-300.020/2012-O IPEM/FORT	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-320.018/2012-O IMEPI	8	8	100,00
PA-310.006/2012-O INMEQ/MA	15	_____	_____
PA-800.002/2012-O IMEQ/PB	17	_____	_____
PA-346.024/2012-O IPEM/RR	9	5	55,55
PA-340.003/2012-O IPEM/AM	8	7	87,50
PA-400.021/2012-O IBAMETRO	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-506.011/2012-O IPEM/TO	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-710.010/2012-O IPEM/ES	17	11	64,7
PA-850.004/2012-O IPEM/RO	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-540.014/2012-O AEM/MS	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-510.009/2012-O IMEQ/MT	EM CONCLUSÃO (*)	_____	_____
PA-600.002/2012-E IPEM/PR	2	_____	_____
PA-810.001/2012-E IPEM/RN	3	_____	_____
PA-330.002/2012-E IMETROPARÁ	12	_____	_____
PA-004-028/2012-O CAINT	3	-----	-----
PA-011-030/2012-O Ouvid	5	-----	-----

(*) Obs.: Cabe registrar que até o encerramento do exercício de 2012, os relatórios citados não haviam ainda sido concluídos, sendo finalizados no exercício de 2013.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

A unidade de auditoria interna do Inmetro, Audin, por consequência dos trabalhos realizados, emite os relatórios com as recomendações das unidades, superintendências do Inmetro e dos órgãos da RBMLQ-I, cumprindo na totalidade as atividades estabelecidas no PAINT/2012. Consequentemente, para a realização do acompanhamento das recomendações realizadas, são emitidos pareceres em análise às justificativas apresentadas pelos auditados, onde fica decidido pela equipe auditora que participou dos trabalhos, pela aceitação ou não da recomendação imposta. (NIG-Audin-001).

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Com relação ao acompanhamento dos resultados decorrente dos trabalhos da auditoria interna, são efetuados controles monitorando as recomendações oriundas dos relatórios de auditorias, juntamente com as implementações adotadas pelas unidades responsáveis, e os órgãos da RBMLQ-I, conforme os prazos definidos pelo Auditor Chefe, em cumprimento estabelecido pela NIG-Audin 001.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Após a realização dos trabalhos de auditoria os relatórios elaborados contendo as recomendações são encaminhados a alta gerência que providencia a implementação das recomendações. Quanto a assumir riscos em momento algum aconteceu tal fato, uma vez que a alta gerência do Inmetro sempre se antecipa providenciando de imediato ações corretivas no concernente as recomendações tais como: Auditorias Extraordinárias, Sindicâncias, Processos Administrativos e Tomadas de Contas Especiais.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Não se aplica em função do explicitado no item anterior.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

LII - Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	112	22	121
	Entregaram a DBR	112	22	10
	Não cumpriram a obrigação	0	0	111
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	2	1
	Entregaram a DBR	2	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	2	1

Fonte: Dapso

10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e no SINCONV – ANEXO 1

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Declaração do Contador – ANEXO 2

12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Prática em Gestão de Processos

Durante o ano de 2012 foi dada ênfase às ações ligadas à implantação da metodologia de mapeamento e melhoria de processos. Como desdobramentos de um projeto realizado em 2011 que contou com o apoio de consultoria externa, foram elaborados 3 Documentos Orientativos da Qualidade (DOQ) definindo a base teórica para as atividades de mapeamento e melhoria de processos no Inmetro: "Modelo de projeto de melhoria de processos", "Método de mapeamento de processos" e "Ferramentas de melhoria de processos".

O conteúdo desses DOQ tem sido aplicado em processos de todo o Inmetro, otimizando as ações de mapeamento e melhoria dos processos tanto em áreas finalísticas (Coordenação-Geral de Articulação Internacional, Diretoria de Programas, Diretoria de Metrologia Legal) quanto em áreas meio (Diretoria de Administração e Finanças, Gabinete da Presidência do Inmetro). Foram também mapeados e otimizados processos de interesse coletivo do Inmetro como, por exemplo, "Desdobramento do Plano Brasil Maior", "Serviço de informação ao cidadão - SIC (Lei de Acesso à

Informação - nº 12527/2011)", "Execução do ciclo de gestão do Inmetro - A3" e "Prestação ordinária de contas do Inmetro".

Para o ano de 2013 estão sendo organizados treinamentos para disseminação desses DOQ e preparação de multiplicadores da metodologia, de forma a gerar ganho de escala na execução das atividades relacionadas à gestão de processos.

Benchmarking

Atualmente o processo de benchmarking está incorporado ao sistema de gestão da instituição. O comitê de Benchmarking do Inmetro avaliou e selecionou duas novas propostas de estudos para se iniciarem em 2012, uma sobre Avaliação de Risco na Regulamentação e a outra sobre Avaliação analítica de segurança em formulações terapêuticas genéricas baseadas em anticorpos monoclonais. Além dessas duas novas propostas, a equipe gestora do processo de benchmarking envidou um grande esforço na execução de um estudo piloto de benchmarking colaborativo em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O objeto do estudo foi a “Atuação pró-ativa dos regulamentadores para a participação das partes interessadas no processo de regulamentação e sua divulgação para a sociedade” e como escopo, enfocou os mecanismos de participação do cidadão e das demais partes interessadas, de maneira qualificada, na identificação e elaboração de regulamentos assim como sua comunicação efetiva. Como objetivo, o estudo visou ampliar a participação efetiva e qualificada do cidadão e das demais partes interessadas no processo de regulamentação, bem como o acesso às informações resultantes desse processo, a fim de promover o diálogo e transparência, identificar demandas e assegurar a legitimidade e eficácia dos regulamentos. O estudo contou com a participação de oito regulamentadores federais e foi concluído em janeiro de 2013. Os produtos desse projeto foram: uma metodologia de benchmarking colaborativo customizada para a Administração Pública brasileira, um relatório de boas práticas e um plano de melhorias para aprimorar a transparência no processo de regulamentação do Inmetro.

Pesquisas de Opinião

Exceto pela pesquisa de população que é realizada por meio de entrevistas pessoais em cerca de 50 municípios e, portanto, conduzida por instituto de pesquisa contratado externamente, para a realização das demais pesquisas do Inmetro foi criada uma estrutura de pesquisa interna.

O QuestManager é a ferramenta de pesquisa online utilizada para elaboração dos instrumentos de coleta de dados, assim como para acompanhamento e monitoramento dos resultados das pesquisas quantitativas. Ele permite, além da agilidade na elaboração e envio dos questionários, um monitoramento bastante próximo por parte da Instituição com relação a vários aspectos das pesquisas de opinião, como taxa de resposta dos questionários enviados, resultados parciais etc. Desta forma, torna-se possível correções de rumo em curto espaço de tempo, permitindo maior eficiência do processo de pesquisa e fidedignidade dos resultados.

Outra melhoria no processo de pesquisa foi a elaboração de uma norma com o objetivo de facilitar sua solicitação por parte de todas as UP do Inmetro, formalizar objetivos da pesquisa e responsabilidades, assim como priorizar as solicitações, de acordo com critérios de relevância e urgência para a instituição. Alguns conceitos sobre pesquisa também são apresentados com o intuito de favorecer o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa de opinião no Inmetro.

No que concerne ao tratamento de resultados, outra norma determina que as ações de melhoria a serem realizadas pela área contratante sejam apresentadas num prazo de 180 dias a partir da data de divulgação dos resultados da pesquisa. Este formulário é de preenchimento obrigatório e pré-requisito para realização de futuras pesquisas.

Uma importante contribuição das pesquisas tem sido a ampliação da participação da sociedade no processo de elaboração de regulamentos técnicos. Como exemplo, pode ser citada a consulta à sociedade no que concerne à utilização de instrumentos de medição (balanças, bombas de combustíveis, calibrador de pneus etc.) cujos resultados serão utilizados para melhoria do processo de regulamentação metrológica. Em outras palavras, pode ser afirmado que o Inmetro utiliza

pesquisas com o intuito de definir o atendimento ou não a demandas de regulamentação, priorizar novas regulamentações ou, ainda, aperfeiçoar as regulamentações já existentes. Como exemplo desta prática de participação da sociedade no processo de elaboração de regulamentos técnicos, está sendo realizada, com ampla divulgação na mídia, pesquisa sobre a utilização de calibradores de pneus, utilizado para medir a pressão de pneus em automóveis, motocicletas e bicicletas. Os resultados serão utilizados para a tomada de decisão de regulamentar ou não este instrumento de medição.

Regimento Interno

Informamos que foi publicado no dia 14.03.2013 o Decreto 7.938, de alteração da Estrutura Regimental do Inmetro. Este Decreto entrará em vigor 28 dias após, ou seja, no dia 11.04.2013.

13. ANEXOS

ANEXO 1 - Declaração de Atualização de Dados no SIASG e no SINCONV



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
Avenida Nossa Senhora das Graças n° 50 - Prédio 20 - 2º andar - Xerém - CEP: 25250-020 - Duque de
Caxias - RJ
E-mail: acgodinho@inmetro.gov.br - Tel.: (21) 2679-9300 - Fax: (21)2145-3234

Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.

DECLARAÇÃO

Eu, **Rogério da Silva Fernandes**, CPF nº753.788.337-87, **Diretor de Administração e Finanças Substituto**, exercido na **Diretoria de Administração e Finanças do INMETRO** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 cuja responsabilidade pelo gerenciamento é da Diretoria de Administração e Finanças estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Duque de Caxias, 22 de março de 2013.

ROGERIO DA SILVA FERNANDES
753.788.337-87
Diretor de Administração e Finanças do INMETRO - Substituto

ANEXO 2 - Declaração do Contador – com Ressalva



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
 INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
 Avenida Nossa Senhora das Graças n.º 50 - Prédio 20 - 2.º andar - Rio de Janeiro - CEP: 25230-020 - Duque de
 Caxias - RJ
 E-mail: scr@inmetro.gov.br - Tel.: (21) 2679-9287 - Fax: (21) 2145-3338

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (U2):		Código da UG:	
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO		183023	
<p>Declaro que as demonstrações contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidas pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Quanto ao registro de dívida ativa: As informações constantes no Sistema SIAFI encontram-se divergentes em relação ao Sistema de Gestão Integrada do INMETRO. Apesar da implantação do Sistema SGI nos órgãos da RBMLQ-I, o Serviço de Contabilidade ainda não recebeu as informações pertinentes sobre os créditos a receber e a Dívida Ativa. Convém esclarecer que ao final do exercício de 2010, tentamos entrar informações no SGI a respeito da execução de Dívida Ativa; porém constatou-se que as informações não atendiam às exigências contidas no Manual SIAFI, fato este que foi comunicado devidamente aos responsáveis pelo SGI no Rio Grande do Sul, o qual não se manifestou até a presente data.</p> <p>b) Quanto à reavaliação dos bens móveis: O Inmetro está formando uma equipe multidisciplinar para proceder a avaliação dos bens móveis de acordo com as determinações contidas na Lei n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/06, nas Normas Brasileiras de Contabilidade - Lei n.º 10.180/2001 e no Manual SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <div style="text-align: center;">  Rita de Cássia T. dos Santos Ribeiro Chefe do Serviço de Contabilidade CPF: 003.054.203-08 CRC-RJ nº 71.530-Q </div>			
Local	Duque de Caxias	Data	06 de fevereiro de 2013.
Contador Responsável	Rita de Cássia Tadinho dos Santos Ribeiro.	CRC n.º	71.530-Q